



Vivências urbanas e a mulher nipo-brasileira

Lilian Tiemi Higa

VIVÊNCIAS URBANAS E A MULHER NIPO-BRASILEIRA

Lilian Tiemi Higa

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Luciana de Oliveira Royer

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Higa, Lilian Tiemi
Vivências urbanas e a mulher nipo-brasileira / Lilian Tiemi Higa; orientadora Luciana de Oliveira Royer. - São Paulo, 2022.
180 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Mulher Nipo-brasileira. 2. Feminismo Asiático. 3. Espaços Públicos e Privados. I. Royer, Luciana de Oliveira, orient. II. Título.

Trabalho Final de Graduação
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Julho/2022
São Paulo - SP

agradecimientos

Aos meus pais, pelo carinho, cuidado, apoio e amor incondicional. Por terem lutado e me apoiado sempre para que eu pudesse alcançar meus objetivos e por terem me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos.

À minha querida orientadora, Luciana Royer, que topou entrar na discussão de um assunto novo e que em todos os momentos me acolheu e acalmou quando nada daquilo que eu pesquisava parecia fazer sentido.

Às entrevistadas e às mulheres que participaram da roda de conversa por se disporem em conversar comigo e contar a história de vida de suas famílias, as suas experiências e sentimentos para com os espaços da cidade e com a sociedade. Essas conversas foram de grande importância para o desenvolvimento do trabalho e para meu crescimento pessoal.

À Flávia e à Lais que aceitaram fazer parte desta banca e poder discutir um tema que acredito ser tão importante.

Ao Matheus, pela conexão, pela paciência, pelas palavras de incentivo, pelas conversas, por me acolher em todos os momentos que precisei e pelo amor que cresce cada vez mais.

À Yume, por estar sempre ao meu lado compartilhando histórias, pelas palavras de incentivo, pelo carinho e por ser essa amizade pra todas as horas. A ideia deste TFG surgiu a partir do que você me apresentou e sobre o que conversamos sobre ser amarelas.

À Vic, Mari, Cah, Vi, Deb e Kaori por fazer parte de toda minha trajetória na FAU desde o início (ou até antes dela), por todas as trocas, conversas, risadas, apoio e amor. Sem vocês não seria a mesma coisa.

À Ma pela parceria nos mais diversos momentos, nos rolês atleticanos ou culturais, nas festinhas, no intercâmbio, pelas trocas, apoio e afetos compartilhados.

Às Migatléticas, Lari, Lau, Bru, Cami, Mari, Mands e Bre por tantos momentos, pelas alegrias, pelos ensinamentos e pelos desafios que enfrentamos e crescemos juntas.

À Vivi, Fê, Robs, Ju, Lu Zucchi, Carols e Maria por tantos momentos, pelas conversas, trocas, alegrias, pela preocupação, pelo cuidado e carinho sempre.

Ao Handebol, atlética, bateria, Lero Lero, por tantos jogos, pelas visitas, pelos ensinamentos, desafios enfrentados e por serem parte tão importante para o meu crescimento. A todos e todas que fizeram parte dessa história, obrigada!

E um agradecimento especial à Yume, Vic, Carla e Ma pela ajuda com a diagramação deste caderno.

resumo

A forma como experienciamos a cidade, os espaços públicos e privados não são similares para todos, principalmente quando consideramos que a sociedade é formada por pessoas de gêneros, raças, classes sociais, grupos etários, orientações sexuais diversas. No entanto, por estarmos inseridos em uma sociedade androcêntrica e patriarcal, para a construção e o desenvolvimento urbano é considerada apenas uma única experiência, tendo ela como universal: a experiência masculina. Desta maneira, todas as outras vivências urbanas não são contempladas no fazer da cidade.

Assim, busca-se compreender, a partir da perspectiva da mulher, especificamente das mulheres nipo-brasileiras, a sua relação com os espaços urbanos, tanto ambientes públicos quanto privados, e com a sociedade, pois, ainda que os imigrantes japoneses chegaram ao Brasil há 114 anos e tenham se estabelecido aqui, asiáticos brasileiros ainda são vistos como estrangeiros ou não pertencentes a este espaço. Portanto, analisa-se neste estudo como estas percepções sobre indivíduos nipo-brasileiras influenciam em sua relação com os espaços públicos e domésticos.

Palavras-chaves: Vivências urbanas; Mulher nipo-brasileira; Cidade; Espaço público e privado; Feminismo asiático.

abstract

The way we experience public and private spaces in the city, are not similar for everyone, especially when we consider that society is constructed by people of different genders, races, social classes, age groups and sexual orientations. However, because we are part of an androcentric and patriarchal society, for the construction and urban development, it's considered only a single and has it as universal: the male experience. In this way, all other urban experiences are not included in the creation of the city.

So, we seek to understand the perspective of women, specifically Japanese-Brazilian women and their relationship with urban spaces, both public and private environments, and their relationship with society. For, even though Japanese immigrants arrived in Brazil 114 years ago and have settled here, Asian Brazilians are still seen as foreigners or not belonging to this place. Therefore, this study analyzes how these perceptions of Japanese-Brazilian individuals influence their relationship with public and domestic places.

Keywords: Urban experiences; Japanese-Brazilian Woman; City; Public and private space; Asian feminism.

justificativa

As questões de gênero se tornaram uma temática em evidência para mim e no meu cotidiano durante a minha passagem pela faculdade, onde pautas feministas foram debatidas e eram realizadas rodas de conversa abertas ao público. Nelas, eram apresentadas diferentes vertentes do feminismo, abordando problemáticas específicas de cada raça, como o feminismo negro e o feminismo amarelo.

Nestes debates, identifiquei situações semelhantes às quais passei por toda minha vida. Porém, no momento em que elas aconteciam, não compreendia que eram problemáticas de gênero e raça. Exemplo disso é que por mais que tenha nascido no Brasil, não se referem a mim como brasileira, mas sim como a “japa”, “japinha”, “japonesa”. Isso não foi algo que me incomodou por um longo período da vida, principalmente por ser descendente de japoneses, e porque, por estereótipos “positivos”, japoneses são vistos como pessoas inteligentes, bem educadas e bem sucedidas.

No entanto, por outro lado, chamar alguém de “japa” para referir-se a descendentes de asiáticos não japoneses pode ser ofensivo, além de gerar desconforto e ser inapropriado. Países asiáticos tiveram guerras entre si, gerando conflitos, desconfianças e repulsa entre seus povos em determinados momentos da história. Ademais, tais estereótipos que a princípio seriam “positivos” referem-se a uma minoria modelo, a qual serve como forma de comparação e diminuição de outras questões étnico-raciais tão presentes no Brasil racista em que vivemos. Nesse sentido, seria como reforçar estereótipos de que os índios são preguiçosos, que as pessoas negras são bandidas ou que a mulher negra — diferente da mulher asiática, que é “recatada e do lar” mas ao mesmo tempo é “exótica” — é hipersexualizada e teria finalidades apenas para o sexo. Essas ideias reforçam a imagem e os lugares sociais de cada pessoa de acordo com sua raça, gênero, classe, orientação sexual ou qualquer outra categoria social.

Mais atenta às questões feministas, durante o intercâmbio na Universidad de Chile, em Santiago, pude estudar a relação dos indivíduos com a cidade e como a questão de gênero interfere nessa dinâmica, tornando-a diferente para cada

um. As experiências urbanas são diversas de acordo com as distinções de gênero, sexualidade, raça ou condição social. Ou seja, um homem homossexual, cisgênero e negro tem uma vivência urbana completamente diferente de uma mulher branca, heterossexual de classe média alta, ou uma pessoa transgênero, por exemplo.

A partir desse entendimento que a cidade proporciona múltiplas experiências para as diversas pessoas, percebe-se que as mulheres, negras e de baixa renda são as que possuem menor acesso à cidade, a áreas de lazer e a boas condições de transportes públicos, enquanto que os maiores privilegiados são homens, brancos, heterossexuais e de classe alta. Partindo disso, diferentes grupos de indivíduos têm diferentes visões, percepções e sensações para com a cidade, sendo ela mais ou menos confortável, dinâmica e agradável para se viver.

Diante deste panorama, me questioneei onde estavam as mulheres imigrantes e descendentes de imigrantes asiáticos — mais especificamente as nipo-brasileiras — nessas camadas sociais: quais seriam as suas perspectivas e os seus papéis na sociedade brasileira?

Assim, nesta pesquisa pretendo apresentar como se faz necessária uma visão feminista sobre a cidade para que se possa ter uma cidade mais acessível e igualitária para todos. Juntamente, irei especificar a visão do espaço urbano a partir da perspectiva da mulher asiática, imigrante e descendente de japoneses que vive hoje em São Paulo. Esta cidade abriga hoje a maior comunidade nipônica fora do Japão e, apesar disso, ainda existem muitos estereótipos acerca da população japonesa que aqui vive. Este grupo ainda assim é considerado estrangeiro, como pessoas diferentes e não “normais”, onde o normal ainda é ser branco e ter ascendência européia. Devido a estas questões, é feito tal recorte para a pesquisa.

Desta maneira, colocarei em evidência histórias de pessoas que não são consideradas pertencentes a este espaço urbano da cidade de São Paulo apenas por serem fenotipicamente diferentes do padrão pré-estabelecido, mas que historicamente fazem parte da cidade, de sua construção e de seu desenvolvimento urbano.

sumário

16	introdução
24	capítulo 1 mulheres, trabalho e o espaço urbano feminismo, direitos e desigualdades as mulheres e o seu lugar nos trabalhos remunerados
38	capítulo 2 raça, estereótipos e pertencimento população negra e estudos urbanos perigo amarelo eugenia e as políticas imigratórias minorias modelo e estereótipos “positivos” entre lugar e pertencimento
64	capítulo 3 um breve histórico da imigração japonesa no Brasil
74	capítulo 4 a mulher nipo-brasileira concursos de beleza e a mulher nipo-brasileira dualidade público x privado e domesticidade da mulher nipo-brasileira
90	considerações finais
100	referências bibliográficas
108	anexos
178	acervo iconográfico

introdução

Quando se fala sobre cultura do machismo é inerente a compreensão de que a sociedade vive sob estruturas patriarcais, estabelecidas por meio de processos históricos simbióticos às hierarquias de poder. A hegemonia construída pelo colonialismo traz consigo um privilégio ainda duradouro no percurso histórico, no qual narrativas de indivíduos racializados e mulheres sofrem diversos apagamentos e silenciamentos. Entender as estruturas de poder é entender sobre dominação e violência de gênero. (LEE; MANGHIRMALANI; HIGA, 2019, p. 130.)

Quando debatemos sobre as vivências e as experiências dos indivíduos nas cidades, não podemos pensar de modo homogêneo ou que todos terão as mesmas experiências e sensações perante àquele lugar, especialmente quando consideramos as mulheres, idosos, pessoas LGBTQIA+ e pessoas racializadas. No entanto, para a construção e o desenvolvimento urbano, é considerada apenas uma única experiência, a qual é colocada como universal: a vivência masculina. Isso é resultado de fatores sociais, culturais e econômicos que colocam o homem à frente da mulher e valoriza mais o trabalho produtivo frente aos trabalhos reprodutivo e de cuidado. Sendo o primeiro remunerado e os últimos, como trabalhos de menor importância e considerados apenas atividades de subsistência, como será explicado adiante.

Porém, antes disso, é urgente compreender que estamos inseridos em uma cultura machista, androcêntrica, patriarcal e capitalista, responsável por perpetuar essa estrutura da maneira em que vivemos, de forma a manter o homem heterossexual, cisgênero, branco, com plenas capacidades de mobilidade, independente financeiramente e economicamente ativo como o centro de tudo. E é, portanto, para quem as atividades serão destinadas e para quem a cidade será construída. Em contrapartida, mulheres, pessoas não heterossexuais, trans, pessoas racializadas ou com alguma dificuldade de mobilidade não são contempladas

nessa estrutura social e urbana. Consequentemente, estes são os grupos mais atingidos por problemas de mobilidade urbana, de dificuldade de acesso a equipamentos públicos, de emprego, de insegurança em determinadas localidades, entre outros problemas que acometem os espaços públicos, além dos problemas socioeconômicos já conhecidos.

Pensando na questão racial relacionada ao meio urbano, há diversos estudos acerca da temática, como por exemplo, os desenvolvidos no laboratório de estudos na FAUUSP, o LabRaça, onde são feitas pesquisas a respeito da população negra nas cidades brasileiras. No entanto, ainda temos poucas produções acadêmicas sobre a relação entre as pessoas amarelas e os espaços urbanos que ocupam. Portanto, com esse estudo pretendo tentar fazer essa relação, buscando compreender se existe um lugar destinado aos amarelos, tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados. Será abordado mais especificamente os imigrantes e seus descendentes de japoneses, devido a minha ascendência e questões pessoais familiares.

Para iniciarmos este debate quanto a pessoas amarelas, é imperativo esclarecermos as definições de “asiáticos” e quem são “asiáticos amarelos”, uma vez que generalizações ainda são comuns, como por exemplo, chamar de “japa” qualquer pessoa que tenha olhos puxados. Este traço, porém, é apenas uma característica fenotípica que reúne um grupo de indivíduos de diferentes nacionalidades, com culturas, costumes, religiões e políticas completamente diversas.

A Ásia é o continente mais extenso do planeta e abrange diversos países, tais como: Afeganistão, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bahrein, Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Catar, Cazaquistão, China, Chipre, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Geórgia, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Kuwait, Laos, Líbano, Malásia, Maldivas, Mongólia, Myanmar, Nepal, Omã, Palestina, Paquistão, Quirguistão, Singapura, Síria, Sri Lanka, Tailândia, Taiwan, Tajiquistão, Timor-leste, Turcomenistão, Turquia, Uzbequistão e Vietnã. É o continente

Diante disso, este trabalho foca em trazer as percepções de mulheres nipo-brasileiras acerca dos espaços urbanos e como as questões de gênero e de raça estão colocadas dentro de suas vivências e experiências na cidade, tanto no ambiente público quanto no privado.

Para entrar nestas questões referentes a estas mulheres, é imperativo compreender a relação que homens e mulheres possuem com a cidade. As experiências para cada um deles são sentidas de maneiras diferentes, ao passo que a estrutura socioeconômica em que vivemos colabora para que não sejam as mesmas. Além destas experiências no meio urbano, percebe-se também que há uma separação entre a relação de trabalho remunerado e trabalho doméstico, e que eles são favoráveis para esta estrutura. Portanto, no primeiro capítulo serão abordadas estas relações de gênero, trabalho e cidade.

Para entrar na questão racial no capítulo 2, se faz necessário entender o que se entende por raça amarela e como estes povos são vistos no mundo ocidental. Para isso, é preciso esclarecer alguns termos, como Perigo Amarelo e minoria modelo, e como estes são utilizados política e socialmente para se referirem aos povos asiáticos, tanto de maneira “positiva” quanto negativa. Esta maneira “positiva” é reflexo do estereótipo de como os japoneses são inteligentes, bem sucedidos e esforçados, mas que na realidade é uma forma de reforçar posições sociorraciais. Além disso, será apresentado a visão de asiáticos brasileiros sobre como se sentem em relação a estes estereótipos e como é a sua relação com uma sociedade que não os enxerga brasileiros, gerando o sentimento de não pertencimento. E para esclarecer estas problemáticas será abordada brevemente a imigração japonesa para o Brasil no capítulo 3, apresentando o processo que passaram para se estruturarem e permanecerem aqui.

E por fim, no capítulo 4 será introduzida a relação das mulheres japonesas e as nipo-brasileiras com a sociedade, a forma como eram vistas e como se relacionam com os espaços públicos e privados, abordando os temas desenvolvidos nos capítulos anteriores. Para entender esta relação, utilizo

entrevistas e uma roda de conversa realizada com descendentes de japoneses e que apresentam idades variadas, desde jovens universitárias até senhoras com formação acadêmica e que possuem uma vida profissional ativa.

1

**mulheres, trabalho e o
espaço urbano**

1.1. Feminismo, direitos e desigualdades

“Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” – bell hooks

Para entendermos o que é feminismo e o porquê precisamos dele, é preciso compreender que ainda não existe uma igualdade de gênero ou raça na sociedade. Apesar dos grandes avanços nas pautas feministas e de diversas conquistas, ainda existe um grande abismo para alcançarmos a igualdade racial e de gênero ou para acabarmos com qualquer outro tipo de opressão. Dessa maneira, através da dominação androcêntrica¹ e patriarcal² estrutura-se um sistema que coloca o homem e todas as suas experiências, como universais, tornando-o um ponto de referência. Sob o ponto de vista das políticas públicas, é importante que sejam levadas em consideração as particularidades dos outros grupos de indivíduos e suas vivências, visto que este tipo de decisão afetará a todos na sociedade.

Assim, por entender que as vivências masculinas são universais, as vivências femininas não são compreendidas e ficam em segundo plano ou são consideradas idênticas às dos homens, o que não é verdade. Percebe-se que são dados papéis sociais diferentes a cada um ao observar atentamente suas rotinas. Enquanto tradicionalmente foi colocado que fica a encargo das mulheres cuidar dos afazeres domésticos, cuidar

¹ Androcentrismo é o termo criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903, que refere-se a tendência de colocar a perspectiva masculina como o centro e o foco do todo, sendo suas experiências universais, sem considerar a perspectiva feminina em qualquer ponto.

² Segundo bell hooks, “O patriarcado é um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e a todos considerados fracos, especialmente as mulheres, e dotados do direito de dominar e governar sobre os fracos e manter esse domínio através de várias formas de terrorismo psicológico e violência.” (“Patriarchy is a political-social system that insists that males are inherently dominating, superior to everything and everyone deemed weak, especially females, and endowed with the right to dominate and rule over the weak and to maintain that dominance through various forms of psychological terrorism and violence.”)

dos filhos e idosos, manter a casa organizada, preparar a comida para toda família, entre outras tarefas, é conhecido que fica a encargo do homem o trabalho remunerado e o sustento da casa financeiramente (MADARIAGA, 2004).

Ao passo que a maior parte da rotina masculina é comumente direcionada do trabalho para casa, sendo um trajeto linear, o da mulher, geralmente é não linear, pois tem que levar os filhos à escola, levar os familiares idosos ao médico, ir ao mercado, e várias outras atividades pontuais na cidade. Isso faz com que a mulher tenha que percorrer diversos trajetos ou recortar um único trajeto em pequenos trechos para que tais tarefas de cuidados sejam realizadas (VALDIVIA, 2018). Compreendendo os trajetos realizados por cada um é possível identificar que as mulheres passam por equipamentos públicos de saúde e de educação, mercados, e utilizam mais os transportes públicos para seu deslocamento. Portanto, são atividades familiares, domésticas e profissionais que demarcam seus trajetos pela cidade.

Dessa maneira, percebe-se que as experiências vividas nas cidades e nos espaços públicos não são semelhantes. Isto foi imposto a partir da Revolução Industrial, onde houve uma grande mudança estrutural da sociedade e, conseqüentemente, como ela se relaciona com o espaço doméstico e o público. Anteriormente, os trabalhos produtivos e reprodutivos estavam reunidos em um mesmo lugar, nas aldeias comunais, porém, após a consolidação do capitalismo e das indústrias, essas duas esferas de trabalho foram separadas. Enquanto o produtivo era realizado nas fábricas com o sistema de trabalho assalariado e associados ao ambiente público, o reprodutivo foi retirado da comunidade, realocado para o ambiente doméstico e desvalorizado do conceito de trabalho (HARVEY, 2014).

Junto a essa segregação espacial das atividades, há a ideia liberal burguesa de que homens são responsáveis pelo trabalho remunerado e por sustentar financeiramente a família, e à mulher lhe cabe o cuidado da casa e dos filhos. Essa segregação de atividades por gênero, chamada de divisão sexual do trabalho, é a distribuição histórica de obrigações,

responsabilidades, atitudes e destrezas de maneira sexista, onde os homens — normalmente referindo-se a homens heterossexuais, adultos, pai e marido — se apresentam como provedores financeiros e as mulheres como mães e cuidadoras dos filhos, enfermos e do lar. Assim surge a raiz da distinção social entre trabalho produtivo e trabalho de cuidado. O primeiro é definido como aquele que traz consigo dinheiro e mais especificamente um salário; enquanto que o segundo é delimitado como um trabalho que, ainda que necessário, simplesmente responde a uma atividade de “subsistência”.

Fica evidente, então, que passa a existir uma divisão sexual do trabalho que perdurará até os dias atuais e que se reflete na formação e reprodução dos espaços da cidade (VALDIVIA, 2018). Essa separação dos ambientes e de quais atividades são determinadas para cada gênero, posteriormente irá se refletir em uma “classificação” das profissões por gênero, de maneira que aquelas consideradas femininas estão relacionadas aos cuidados de outras pessoas, como profissionais da saúde e da educação, ou carreiras da área de humanas. Enquanto que, profissões consideradas masculinas são as das áreas de exatas ou que exigem força física.

Essa ideia se espalha pela cidade e pelo território. Assim, pode-se mostrar que a configuração urbana foi concebida e construída desde uma base androcêntrica, mas também marcadamente capitalista. Isto pois, os processos de urbanização, não somente estão associados a fatores que se estruturam sobre a base de gênero, mas que também considera a produção para a obtenção de valor. Deste modo, a configuração espacial permanece reproduzindo a dicotomia público e privado, onde para cada espaço é atribuída uma atividade ou função, e no desenho urbano, as atividades produtivas são priorizadas em detrimento das esfera reprodutiva (VALDIVIA, 2018).

A divisão que separa homens e mulheres a partir do trabalho, em primeiro lugar, precisa ser vista como um processo social histórico, portanto não original de características biológicas que determinam às

mulheres certos tipos de atividades e aos homens outras. [...] a divisão entre os papéis femininos e masculinos deixaram de ser complementares na revolução neolítica e passaram a ser hierarquizados, com a preponderância do papel masculino, representado por uma forma de organização social: a família monogâmica patriarcal. (FREITAS, 2018, p. 85)

Em *Cidades Rebeldes*, Harvey (2014) exemplifica o desenvolvimento de algumas cidades e como o capitalismo, junto de uma visão androcêntrica acerca das cidades modernas que estavam sendo construídas, transformam a relação que os indivíduos têm com os espaços públicos e privados e como eles estão relacionados e são reproduzidos com a divisão sexual do trabalho. Com o desenvolvimento capitalista, era necessário investir o capital excedente para que o capitalismo continuasse funcionando. A solução encontrada foi investir na urbanização das cidades, como foi feita no pós Segunda Guerra Mundial em algumas regiões metropolitanas dos EUA. Essas transformações não só mudaram as cidades e seu entorno, como também mudaram radicalmente o modo de vida, assim como a acessibilidade aos serviços e moradias. Dessa maneira, apoiada na divisão sexual do trabalho, por meio da ideia de que o espaço urbano não é um lugar para as mulheres, associando-as ao ambiente doméstico, é que a cidade começa a atender apenas às necessidades masculinas. Assim, como aponta Freitas,

*as formas aparentemente pré-capitalistas com que o trabalho doméstico foi historicamente realizado e relegado à responsabilidade feminina, em verdade, assumem um papel central na própria reprodução da acumulação capitalista, como fator essencial de consolidação da nova estrutura econômica moderna. [...] Se os homens foram programados como sujeitos no novo mundo urbano-industrial, sendo herdeiros do patriarcalismo colonial, **as mulheres foram educadas, década após década, para não aspirarem qualquer ascensão social***

por meio do trabalho. [...] Sua ocupação estará quase sempre associada à garantia de vida da sua prole, enquanto que a posição social dos homens será desigualmente combinada, calcada na sua posição individual. (grifo nosso - FREITAS, 2018, p. 101 - 102)

Quando pensamos na sociedade brasileira e na sua história escravocrata e de servidão, especialmente quanto aos homens, percebe-se que é habitual o ato de servi-los e manter uma relação de dependência, nas quais por muitos momentos é esperado da mulher o casamento e a formação de família, enquanto que para o homem é esperado uma formação profissional e um trabalho remunerado, para além de estabelecer um relacionamento e construir uma família. Assim, com essas concepções ainda atuais, percebe-se como é reforçado a ideia de que o ambiente específico das mulheres é o espaço privado, o espaço da casa.

Desta maneira, mantém-se o ambiente público de domínio masculino, ao passo que, por não participar ativamente da vida pública, as mulheres não se sentem pertencentes ali e, portanto, não contribuem para a política. Isso implica em colocar o Direito como algo exclusivo dos homens e, quando é pensada alguma política pública, para as mulheres, por exemplo, é como se fosse uma concessão, uma exceção à regra, dando assim origem a legislações atreladas aos papéis de gênero. Segundo Silva (2013), citado por Ferreira e Silva (2017, p. 5), “o Direito incorpora a perspectiva da mulher não enquanto sujeito autêntico, mas enquanto o Outro”, ou seja, quando se percebe-se a ausência de autonomia e de direitos das mulheres, estas não apresentam as condições para se tornarem sujeitos de direitos.

Ao colocar as mulheres à margem da vida pública, não tendo voz para reivindicar seu ponto de vista e sua experiência no ambiente público urbano, fica evidente o androcentrismo e como, de fato, o direito à cidade não se faz presente a todos de maneira igualitária. Somada a falta dos direitos às mulheres, podemos pensar que há outras condicionantes

que não permitem que o espaço urbano seja aproveitado de maneira igualitária por todos. As condições socioeconômicas, etária ou de orientação sexual já proporcionam experiências diferenciadas para cada indivíduo. Ao pensarmos intersecções entre essas condicionantes, temos diversas vivências que acabam sendo negligenciadas quando se planeja a cidade pensando apenas pela perspectiva androcêntrica.

Quando se pensa apenas nas relações de gênero, dentro dos relacionamentos heterossexuais, percebe-se que fica a cargo das mulheres realizar tarefas domésticas, como lavar e passar roupa, cozinhar, fazer as compras no mercado, sendo raro os casos em que há divisão igualitária destas tarefas com os companheiros homens. Quando há divisão, é comum que seja realizado entre as mulheres da casa, entre mãe e filhas. Isso faz com que as mulheres acabem sendo sobrecarregadas, tendo que realizar duplas ou triplas jornadas de trabalho, onde possuem um ou mais empregos remunerados além das atividades domésticas realizadas quase que integralmente sozinhas (BRUSCHINI, 2006).

Além deste ponto referente aos trabalhos domésticos, as mulheres têm suas experiências urbanas limitadas por questões de segurança, onde nem sempre é seguro andar em transporte público ou até mesmo na rua em determinados horários; às vezes acabam realizando trajetos mais longos, que demoram mais tempo para chegar ao destino por ser um caminho que tem melhor iluminação (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019).

Outro exemplo de divergência de experiências urbanas são as ocasionadas pelas diferenças socioeconômicas, onde a renda permite que os indivíduos tenham ou não possibilidades de escolha de locomoção, como utilizar um carro, seja como transporte individual particular ou a opção de utilizar um motorista de aplicativo, ou tenham que optar pelo transporte público coletivo. Na maioria dos casos, quando a família possui um único veículo automotivo, este acaba sendo de uso predominante do homem, enquanto às mulheres resta o uso do transporte coletivo (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019).

Mais um ponto de diferenciação nas vivências urbanas é em relação ao ambiente físico: à qualidade urbanística das ruas e calçadas. Locais onde ainda não são priorizados os deslocamentos de pedestres ou que possuam boas condições de calçadas podem ser locais de difícil mobilidade para diversas pessoas, como para as mães que carregam seus filhos ou carrinhos de bebês, para pessoas que possuem algum tipo de deficiência, idosos ou apenas aqueles que estão carregando as compras do mercado. Isso torna tais espaços menos atrativos e democráticos, de forma a gerar experiências ruins para estes pedestres. Além disso, percebe-se que existem poucos locais para o lazer, principalmente quando se observa bairros mais pobres, onde o espaço destinado a esta função é o campo de futebol, ocupado majoritariamente pelos homens (CYMBALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008).

Efetivamente, pensar a desigualdade de gênero no território em um plano vai além de escrever princípios e diretrizes, ou determinar onde estarão equipamentos, mas também, por exemplo, entender o olhar diferenciado das mulheres sobre o espaço. As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (por questões de segurança que muitas vezes significam uma ameaça maior a elas do que aos homens); à necessidade de lazer para seus filhos; ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo. (SANTORO, 2008, p. 2 - 3)

Sendo assim, para a arquiteta e professora da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, Zaida Muxí, “o urbanismo precisa ser pensado a partir da ‘proximidade’, ou seja, tem que ser algo participativo, que escute as necessidades da população da região.” Assim, de acordo com Muxí, para que as cidades sejam mais eficientes para todos, é preciso pensá-las como uma cebola, em que há camadas de igual importância e relevância aos seus cidadãos, mas que haja diversos usos e que possam ser utilizadas por todos os seus indivíduos (FREITAS, 2018).

Portanto, falar sobre habitar a cidade de maneira diferenciada é falar de vivenciá-la e corporificá-la de diferentes maneiras e como nos movemos ou não nela; é frequentar, excluir-se ou incluir-se de certos espaços; é condicionar-se e limitar-se ao uso de certos lugares por medo ou desconforto; é beneficiar-se ou não do acesso a certos bens e serviços, e é, acima de tudo, a capacidade de construir vínculos no território e nos afetarmos com ele.

1.2. As mulheres e o seu lugar nos trabalhos remunerados

Para além de pensar sobre diferentes maneiras que as pessoas experienciam as cidades, é preciso observar mais atentamente como estão os direitos dessas pessoas para com a cidade. O direito à cidade vai muito além de ter boa infraestrutura ou boas condições de transporte para circular. É também o direito à moradia, à terra urbana, ao direito de ir e vir, aos serviços públicos, ao trabalho e lazer. No entanto, ao pensar na questão da moradia, é possível perceber que muitos não têm esse direito garantido, principalmente as famílias mais pobres. Em um estudo da urbanista e docente da FAUUSP, Paula Santoro, é apresentado uma aproximação do planejamento urbano com as questões de gênero e, um ponto colocado é a importância das mulheres na transformação das cidades e como, com uma economia que aceita que uma parcela da sua população trabalhe na informalidade, atividades domésticas e de cuidado de crianças passe a ser uma atividade remunerada para muitas mulheres pobres e que necessitam de outras formas de se complementar financeiramente (SANTORO, 2008, p. 4).

Quando se entra na questão da moradia, é necessário pensar sobre a titulação dos imóveis. É comum, principalmente pelas questões androcêntricas apresentadas, que os títulos de propriedade dos imóveis das famílias brasileiras estejam nomeados ao homem. No entanto, há um grande número de

mulheres que assumem a chefia do lar, sendo as responsáveis financeiras e das necessidades básicas da casa e dos moradores. A questão da titulação é problemática, pois, há casos em que o homem, que é considerado chefe, mas que não está mais presente na vida da família, acaba voltando apenas para receber o título de propriedade. Esse problema é resolvido quando se coloca a mulher como responsável pela propriedade, pois, através de um estudo coordenado por Pedro Abramo acerca do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres (ABRAMO, 2003), mostrou que as chances das mulheres venderem suas casas são menores do que comparado aos homens. Isso ocorre, porque acredita-se que as mulheres não enxergam a propriedade privada como uma mercadoria, mas sim, como algo que tem mais valor de uso do que de troca.

Assim, não apenas os homens têm os privilégios de usufruir da cidade e da política, mas também acabam por ter a preferência quando se trata da propriedade privada da família tradicional brasileira. Esse ponto também é questionado por Santoro, uma vez que hoje há diversas outras formas de constituir famílias, não sendo formadas apenas por relações heterossexuais, mas também famílias formadas por relações homossexuais ou famílias de mães solteiras e que não são contempladas nesse modelo tradicional. Portanto, percebe-se que alguns grupos de indivíduos — homens heterossexuais, adultos, brancos e de classe alta — são privilegiados em diversas questões, enquanto que outros não têm os mesmos acessos e privilégios. Normalmente, esse grupo é formado principalmente por mulheres pretas e de classe baixa. Esse acesso desigual entre homens e mulheres é reforçado quando não há um Estado presente nos locais mais pobres, como afirmam Cymbalista, Cardoso e Santoro:

Conforme diminui a presença do estado nos bairros e vilas mais pobres, aumenta a carga social assumida pelas mulheres nesses mesmos lugares. Assim, evidencia-se que as mulheres são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais. Se

nossas cidades são desiguais, são diferentemente desiguais para homens e para mulheres. Em outras palavras: a pobreza urbana tem endereço, sexo e cor: mulheres, na maioria negras, chefes de família que moram nas periferias. (grifo nosso - CYMBALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 1)

Historicamente, para as mulheres mais pobres não era incomum assumir o papel majoritariamente designado ao homem como provedor do lar, tendo que trabalhar fora de casa desde muito antes do feminismo branco reivindicar o direito das mulheres ao trabalho remunerado. Era, na realidade, comum haver mulheres trabalhando principalmente com o fim da escravidão no século XIX. Como afirma Freitas,

Sem dúvida, a noção de que as mulheres viveram antes relegadas aos trabalhos domésticos e ao espaço do lar é, na realidade histórica brasileira, algo mítico. É certo que as mulheres pobres e negras, profundamente marcadas por mais de três séculos de escravidão, sempre participaram economicamente da renda das famílias. (FREITAS, 2018, p. 16)

Essas mulheres, negras escravas e ex-escravas, tiveram papel importante na construção das cidades, pois, junto aos homens negros, compuseram a força de trabalho nos espaços urbanos. Trabalhavam como quitandeiras, lavadeiras, costureiras e cozinheiras, compreendendo essencialmente os pequenos comércios, locais onde eram aceitas socialmente.

Não apenas as mulheres negras escravas e ex-escravas que trabalhavam, mas também mulheres pobres, de camadas populares e que não se confundiam de forma alguma às mulheres da elite. Ao migrarem para a cidade, tais mulheres marginalizadas são colocadas na posição de chefia dos lares e das famílias, tendo a necessidade de assumir o papel masculino de provedora financeira.

De acordo com o censo de 1872, como apresenta Freitas (2018), as mulheres representavam praticamente metade da força de trabalho, estando 33% delas nos serviços domésticos.

Em 1900, a mão de obra manufatureira nas atividades têxteis cresceu consideravelmente, sendo 90% da mão de obra feminina, principalmente jovens e solteiras. No entanto, esse número cai com a industrialização e há a substituição da mão de obra feminina pelo maquinário que estava sendo importado, assim, as mulheres trabalhadoras nesse setor representam menos de 30%, em 1920. Já nos anos 1930, apesar da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a estipulação do salário mínimo e a legalização do voto feminino, o crescimento do número absoluto de mulheres no mercado de trabalho nos três setores não se compara ao crescimento considerável da ala masculina. Nos anos 1950, houve um aumento de mulheres trabalhando no setor terciário, representando cerca de 32%, embora a maior parte delas, cerca de 84%, declarava ocupar as atividades domésticas, sendo este, devido à grande expansão da metrópole paulistana, muitas vezes era ocupado por mulheres nordestinas e mulheres pobres, submetidas a alta exploração e baixos salários.

Já os anos 1970 e 1980, após a entrada no mercado farmacêutico da pílula anticoncepcional, responsável parcial pela queda na taxa de fecundidade e pelo planejamento familiar, foram anos de grandes mudanças para as famílias brasileiras. O período referente à ditadura militar e ao “milagre econômico” geraram consequências como o arrocho salarial e a diminuição do poder aquisitivo. Isso levou as famílias, principalmente as mulheres que ocupavam as atividades domésticas, a buscarem empregos. Aos poucos, se tornou um desejo a conquista da autonomia financeira e profissional (FREITAS, 2018).

Neste mesmo período, com a crescente industrialização e crescimento urbano, as mulheres passaram a ocupar espaços no setor industrial, antes tradicionalmente masculinos, representando quase 30%. Apesar do aumento significativo neste setor por parte das mulheres, elas ainda realizam a maior parte do trabalho doméstico, seja ele feito em suas próprias residências, seja como trabalho remunerado em outras casas,

o que configura ainda 30% das trabalhadoras brasileiras, até o fim da década de 1970.

Portanto, o crescente número de mulheres no mercado de trabalho, a busca do aprimoramento profissional e o crescente número de estudantes universitárias é marca do século XX (LEONE; PORTILHO, 2018). Entretanto, o avanço das mulheres na diversificação nos cargos de trabalho e o aumento da escolaridade não afeta as mais pobres e que ainda realizam trabalhos domésticos remunerados. Na realidade, só fortaleceu esse lugar como uma função realizada por mulheres pobres e negras, enquanto que mulheres da classe média e alta buscam essa diversificação no mercado. Tal condição permanece até os dias atuais. Assim, o que parece ser um avanço coletivo das mulheres em busca de igualdade, é em verdade, uma segregação socioeconômica, onde empregos precários e a dupla ou tripla jornada de trabalho são realizadas majoritariamente por mulheres pobres e negras.

2

**raça, estereótipos e
pertencimento**

2.1. População negra e estudos urbanos

O estudo sobre a cidade é mais do que a soma de bens públicos e privados, da mobilidade urbana ou das manifestações e expressões culturais materiais e imateriais. Do ponto de vista dos grupos sociais, a cidade apresenta diversas oportunidades e possibilidades, mas ao mesmo tempo, é um local de competição e de conflitos. Ao observarmos historicamente a população e as cidades brasileiras, não se passam despercebidas as marcas deixadas pelo período da escravidão e como há até os dias atuais diversos atritos gerados pós abolição da escravidão. Tais marcas aparecem não somente em forma de racismo, mas se refletem também na forma do espaço urbano. E, como Ana Barone, arquiteta e docente da FAUUSP coloca, para se compreender o espaço urbano brasileiro é imprescindível realizar um recorte racial, trabalho realizado também pelo LabRaça, um laboratório de estudos da FAUUSP especializado nos estudos urbanos relacionados à população negra (BARONE, 2020).

Rolnik (1989) mostra que, ainda durante a escravidão, o espaço do negro era definido pela sua condição social. Se era escravo, seu espaço era reduzido à senzala, às casas senhoriais e às ruas. Embora eram controlados e vigiados pelos senhores, as senzalas se tornaram também terreiros, onde eram celebradas suas ligações e transmitidos seus rituais, cultura e compartilhado sua memória coletiva. Posteriormente, esses terreiros passam a ser elemento fundamental na configuração dos territórios negros urbano.

Com a abolição da escravidão, São Paulo sofre uma intensa reformulação territorial, pois a partir do final do século XIX torna-se o centro cafeeiro e passa a necessitar de mão de obra assalariada. É neste momento que há o interesse no embranquecimento da população brasileira. Para isso, a solução desejada era a entrada de imigrantes europeus. No entanto, não conseguindo a totalidade de europeus interessados em emigrar para o Brasil, há a entrada de imigrantes amarelos, o que será apresentado no capítulo seguinte.

Ao mesmo tempo da entrada de imigrantes, uma das consequências do fim da escravidão foi a reestruturação da cidade, onde começa a haver uma segregação urbana por uma espécie de zoneamento social: o isolamento dos ricos em um local privado e exclusivo da burguesia. Portanto, a população negra se concentra nos cortiços e locais abandonados pelos ricos no centro da cidade, além de se deslocarem na cidade para essas novas zonas ricas para realizar o trabalho doméstico, uma vez que os imigrantes passam a ocupar 80% dos serviços manufatureiros.

Assim como os estudos urbanos com enfoque racial nas cidades brasileiras procuraram demonstrar que existe um território negro específico, que tem sua história e tradição, este estudo pretende compreender como é a relação de mulheres nipo-brasileiras com os espaços urbanos da cidade, tanto espaços públicos quanto privados.

Para introduzir o debate sobre a população amarela é necessário entender alguns termos referentes a esses povos e como provocaram consequências sociais no imaginário da população a respeito da visão dos imigrantes amarelos, especificamente dos imigrantes japoneses e dos nipo-brasileiros.

2.2. Perigo Amarelo

O termo “Perigo Amarelo” surge entre o final do século XIX e começo do século XX, como resposta ao medo do Ocidente de que, com o crescimento econômico e militar do Leste Asiático, principalmente da China e do Japão, eles se tornassem uma grande potência.

Esse medo do Perigo Amarelo tem sua base no grande crescimento populacional chinês já no início do século XX, com quase ¼ da população mundial, vasto território e muitos recursos naturais, segundo Ireland (1900), citado por Shimabuko (2016). O Ocidente temia sua industrialização e uma possível expansão econômica. Ao mesmo tempo que

há esse grande desenvolvimento chinês, o Japão passa por diversas mudanças com a Restauração Meiji desde 1868. Desde então, há a modernização do poder bélico nipônico, sendo um dos fatores para a derrota chinesa na Guerra Sino-Japonesa (1894 - 1895) e, posteriormente, a derrota russa em 1905. Com a vitória de um país do Oriente sobre uma nação ocidental, cresce ainda mais o medo da perda da supremacia branca estadunidense européia e isso é a justificativa imperialista de invasão do leste asiático. Esse medo fica muito evidente na fala do imperador alemão, Guilherme II, também citado e traduzido por Shimabuko,

O futuro pertence à raça branca, nada temam. Ele pertence ao anglo-teutônico, o homem que veio do norte da Europa, de onde você, a quem os Estados Unidos pertencem, veio – o lar dos alemães. [O futuro] não pertence aos amarelos ou aos negros ou aos de cor oliva³. (SHIMABUKO, 2016, p. 3)

No entanto, esse discurso do Perigo Amarelo não é algo pontual, exclusivo daquele momento histórico, mas é usado como um instrumento político, podendo ser mobilizado em qualquer momento que países ocidentais se sentirem ameaçados de perder seu domínio político-militar. Como Shimabuko coloca,

*O Perigo Amarelo é extremamente mutável e depende inteiramente da conjuntura política, visando sempre favorecer o Ocidente ao atribuir papéis de **inimigo comum**, **muitas vezes racializados**, ao Japão e à China, mais recentemente também à Coreia do Norte.” (grifo nosso - SHIMABUKO, 2016, p. 7 - 8)*

Assim, esse instrumento político atravessa a fronteira de ser apenas uma estratégia de dominação política e passa a ser respondida socialmente com xenofobia, refletindo em como as pessoas asiáticas são vistas em território ocidental.

3 Tradução livre: “The future belongs to the white race, never fear. It belongs to the Anglo-Teuton, the man who came from Northern Europe, where you, to whom America belongs, came from — the home of the German. It does not belong — the future — to the yellow or to the black or the olive-colored.”



[Fig. 2] Charge intitulada “O bolo dos Reis e Imperadores” representando a partilha do território chinês entre os países imperialistas Grã-Bretanha, Alemanha, Rússia, França e Japão.

2.3. Eugenia e as políticas imigratórias

Durante o momento da política internacional em que países asiáticos tem um crescimento econômico e militar, a doutrina da supremacia branca ganha força e com ela surge a Eugenia⁴ como ciência. Portanto, baseados no darwinismo social e em um pensamento racista mascarado de cientificismo, é que surgem discursos de que chineses são ótimos trabalhadores, constituem mão de obra barata e são resistentes às intempéries climáticas, diferente do homem branco, que não possui as mesmas características (SHIZUNO, 2005).

Assim, o Perigo Amarelo e o medo da dominação dos povos asiáticos sobre o Ocidente passa de apenas um instrumento político de dominação do Ocidente sobre países asiáticos para uma política baseada na ciência eugenista e que irá se refletir na sociedade através da xenofobia e racismo, onde pessoas imigrantes e descendentes de imigrantes tornam-se alvos de atos violentos. Um exemplo desse reflexo social foi o massacre ocorrido em 1871 em Los Angeles, com a tortura e morte de vinte imigrantes chineses e, anos mais tarde, já no início do século XX, são introduzidas políticas anti-nipônicas, nas quais eram impostas diversas restrições e dificuldades para a entrada de asiáticos nos EUA, Canadá, Brasil e Peru (SHIMABUKO, 2016).

A partir do início do século XX, há um grande contingente de imigrantes japoneses vindo para países ocidentais, incluindo o Brasil. Essa vinda está ligada principalmente porque, com abolição da escravidão em 1888, eleva-se a demanda por imigrantes para trabalhar nas zonas rurais cafeeiras. A princípio, o governo brasileiro tinha maior interesse na entrada daqueles provenientes da Europa devido ao desejo de embranquecimento da população.

4 Francis Galton, fundador da Eugenia, a definiu como “a ciência que trata daquelas agências sociais que influenciam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das futuras gerações”, ou seja, como uma ciência que apresenta bases teóricas para compreender mecanismos da transmissão de caracteres entre as gerações e contribuir para a melhora das características do conjunto populacional. (CONT, 2008, p. 209)



[Fig. 3] “Japoneses, continuem andando. Esse é um bairro de homem branco”.

Periodos	Total de imigrantes recebidos	% Italianos	% Espanhóis	% Portugueses	% Alemães	% Austriacos	% Japoneses	Outras nacionalidades
1870-1879	11.330	30,1	2,6	14,6	9,6	1,5		41,6
1880-1889	183.505	78,8	3,0	12,3	1,3	1,4		3,2
1890-1899	734.985	58,5	11,8	8,0	1,0	2,0		18,7
1900-1909	364.834	47,5	24,1	15,5	1,1	1,5	0,2	10,1
1910-1919	446.582	23,7	30,3	29,7	1,5	1,1	6,1	7,6
1920-1929	487.253	15,3	13,1	23,2	6,7	1,8	11,7	28,2
1930-1939	198.122	6,3	3,3	18,3	5,2	0,7	51,3	14,9
1940-1949	53.992	17,6	2,4	33,6	3,9	1,4	5,5	35,6
1950-1952	113.049	25,2	16,0	36,0	3,9	0,7	0,3	17,9
TOTAL	100 (2.593.652)	34,5 (894.037)	15,7 (406.448)	18,6 (481.572)	2,7 (70.837)	1,5 (39.693)	7,3 (190.063)	19,7 (305.949)

Tabela 1 - Entrada de imigrantes no Estado de São Paulo entre 1870 e 1952 (principais nacionalidades). Fonte: CARDOSO, 1995. p. 30.

De acordo com Cardoso (1995), percebe-se pela tabela 1, que o contingente de imigrantes italianos diminui desde a década de 1880 e que outras nacionalidades europeias também passam a reduzir até a década de 1940, enquanto nesse período chega um grande número de imigrantes japoneses.

No entanto, essa vinda é acompanhada de um medo por parte de governantes brasileiros de que ocorresse uma “mongolização” de sua população, caso houvesse um número muito grande de imigrantes amarelos, baseada nos estereótipos e preconceitos criados sobre os povos asiáticos. Assim, como Ueno (2019) explica, esse medo torna-se um discurso antinipônico, como se japoneses e seus descendentes fossem inimigos ou um perigo a ser combatido.

Desde 1914 já se falava no Brasil sobre o Perigo Amarelo, sendo discutido entre deputados federais quais nacionalidades poderiam entrar no país. Até então, havia o discurso da dificuldade de assimilação cultural, de que os japoneses e seus descendentes teriam mais dificuldades de se incorporar à cultura brasileira, até mesmo por serem mais fechados entre si. No entanto, esse discurso foi mudando ao longo do tempo, à medida que o Japão se tornava uma potência econômica e militar, passando a ser um medo da dominação da raça amarela sobre a branca.

Esse discurso foi intensificado a partir do Governo de Vargas com a centralização do poder e da política nacionalista, institucionalizando o discurso antinipônico, tomando a forma de lei na Constituição de 1934 por meio da política de cotas de imigrantes por políticos eugenistas, além de proibir o ensino de japonês às crianças. O que antes era apenas um discurso relacionado ao diferente, a partir da chegada dos imigrantes, passa a ser baseado nas teorias raciais e no ideal de branqueamento do país. Oliveira Vianna (1883 - 1951), intelectual brasileiro, expõe sua visão sobre os japoneses, como cita Shizuno (2005):

Para nós o problema da assimilação do imigrante japonês é infinitamente mais difícil de resolver do

que o dos imigrantes das outras raças aqui afluentes — e isto, não pela sua inferioridade, que fica patente não existir, mas pela sua incapacidade de se deixar absorver pela massa nacional. [...] O japonês é como enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema migratório, aqui como em qualquer outro ponto do globo. (grifo nosso - SHIZUNO, 2005, p. 42)

Contudo, com a explosão da Segunda Guerra Mundial e a aliança japonesa aos países do Eixo — Alemanha e Itália — concretiza-se essa imagem de uma nação perigosa à hegemonia ocidental. Consequentemente, é nesse período que a imagem do japonês e dos nipo-brasileiros transforma-se de fazendeiros trabalhadores para pessoas traiçoeiras, perversas, inteligentes e astutas. Essa imagem é uma releitura de um personagem fictício, o Doutor Fu Manchu, um vilão criado pelo escritor Arthur Sarsfield Ward, conhecido como Sax Rohmer (SHIMABUKO, 2016). Esse personagem é criado inspirado no estereótipo do chinês e o que ele representava no imaginário branco, mas que, com o cenário da guerra, são os japoneses que assumem esse papel de inimigo.

No decorrer do conflito bélico, assim como em outros países com grande contingente de japoneses e descendentes, houve restrições à cultura japonesa. No Brasil destaca-se a proibição do uso e ensino da língua, da circulação do jornal japonês, o fechamento de escolas e a expulsão de nipo-brasileiros da região portuária de Santos, além do congelamento dos seus bens como forma de indenização dos prejuízos ao Estado brasileiro causados pela guerra (SHIMABUKO, 2016).

E como lembra Nucci,

Deve-se enfatizar que o contexto da II Guerra Mundial não criou estes significados; eles já circulavam e eram reelaborados antes do conflito, e apontavam para tensões que se verificavam no contato entre grupos diversos, e também para a ênfase no conceito de raça. “Raça” servia para

delimitar as partes da humanidade desejáveis ou não para a formação de um povo brasileiro, idealizado por certos cientistas e políticos durante décadas. “Raça amarela”, por sua vez, significou para muitos deles algo fora da humanidade, o que deveria ser destruído ou controlado, por representar uma diferença insuportável. O que se modifica, entre o momento da Constituinte de 1933-34 e o momento da derrota do Japão, é o enfraquecimento do argumento eugênico, movimento já perceptível nas discussões parlamentares, e a ênfase nos aspectos políticos da questão. (NUCCI, 2009, p. 336 - 337)

Por esses acontecimentos percebe-se que o medo do Perigo Amarelo começa a se refletir na sociedade na maneira como as pessoas nipo-brasileiras são percebidas tanto pelo governo brasileiro quanto pela sociedade. Essa visão permanece até os dias atuais, em que descendentes nipônicos não são considerados como brasileiros. Isto será explorado nos próximos capítulos.



[Fig. 4] Revista em quadrinhos com o personagem Doutor Fu Manchu, que representa a ideia estereotipada dos chineses.

2.4. Minoria modelo e estereótipos “positivos”

Simultaneamente a existência do medo do Perigo Amarelo, de que os povos asiáticos poderiam se tornar grandes potências econômicas e militares, competindo diretamente com a supremacia branca de países ocidentais, surge nos Estados Unidos o estereótipo da “minoria modelo”: uma visão de que a comunidade asiática é extremamente inteligente, trabalhadora, séria, ética e que possui grande conhecimento sobre as áreas de matemática e tecnologia. Essa imagem é resultado de certas características demográficas, como, por exemplo, um alto nível de escolaridade, uma proporção dessa população em cargos de liderança e um poder aquisitivo maior entre asiáticos (SANTOS e ACEVEDO, 2013).

Ao importar esta imagem estereotipada dos povos asiáticos para o Brasil, percebe-se que esta carrega diversos reflexos de como os imigrantes japoneses e nipo-brasileiros são tratados e qual a visão brasileira sobre estas pessoas. Como comentado anteriormente, no período da abolição da escravidão houve a necessidade de trazer mão de obra para substituir o trabalho escravo e um grande contingente para trabalhar nas lavouras cafeeiras. Simultaneamente, havia o interesse do governo brasileiro no “embranquecimento” da sua população e, para isso, era interessante a vinda de imigrantes europeus. No entanto, não atingindo o objetivo da vinda desses imigrantes brancos, estuda-se a possibilidade da entrada dos imigrantes amarelos.

Com a chegada dos asiáticos em terras brasileiras, é gerado um debate sobre os impactos e consequências que poderiam existir na sociedade e no mundo ocidental, não apenas no Brasil. Ao mesmo tempo em que os japoneses são formidáveis trabalhadores, há o receio de que sejam espíões e uma ameaça ao Ocidente (SHIMABUKO, 2016), como exposto no item anterior, sobre o Perigo Amarelo.

Trazendo essa imagem da minoria modelo para a atualidade, percebe-se que ela se reproduz em diversos momentos e é utilizada para reforçar estereótipos de outras

raças. Os japoneses e os nipo-brasileiros ainda são vistos como um conjunto de pessoas intelectualmente talentosas, esforçadas, trabalhadoras, éticas e disciplinadas. Isso fica evidente durante a entrevista com Aline⁵ (nome fictício), em que ela afirma que não enxerga pontos negativos em ser descendente de asiáticos. Quando se observa tais estereótipos, nota-se que se apresentam características positivas e que por isso, ser descendentes de asiático não é entendido como algo negativo. Essa ideia é reforçada quando se compara com dois casos. O primeiro é a comparação feita com a população preta e como eles foram e ainda são tratados no Brasil. O racismo que essa população sofre até hoje não pode ser comparado à xenofobia que os povos amarelos sofrem e, dessa maneira, essa xenofobia aparenta ser algo de pouca importância, comparativamente. O segundo caso é quando se compara a forma como descendentes de japoneses de outros países ocidentais foram tratados, principalmente porque se sabe da existência de campos de concentração destinados à eles durante o período da Segunda Guerra Mundial — embora pouco falado, também existiram campos de concentração no Brasil durante este período.

*“Nós sabemos da concentração lá nos Estados Unidos, porque realmente é um assunto que virou filme também, todo mundo conhece. Mas é uma história difícil. E essa comparação entre diversos países, o que aconteceu com o imigrante, no caso, o japonês, porque o tema é muito, muito forte, muito claro. E até hoje isso se arrasta, **porque Asian Hate existe nos Estados Unidos até hoje. É um grande problema e esse tipo de discriminação que acontece principalmente nos Estados Unidos, que é um país mais difícil, eu acho que assim aqui no Brasil não existe.** E eu acho que a gente tem que enfatizar que no Brasil nós temos pouca discriminação. [...] Mas eu acho que assim, **ser oriental, hoje, aqui no Brasil principalmente, é***

⁵ Formada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP em 1975 e presidente da Comissão de Administração do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Entrevista realizada virtualmente no dia 31 de maio de 2022.

visto de uma forma boa, positiva. Eu acho pouco negativo. Porque nos Estados Unidos eu tenho uma amiga que mora lá e ela estava dizendo que, principalmente no interior, eles ainda são muito racistas. Não gostam de asiáticos, de amarelos que eles dizem, né?” (Entrevista com Aline, 2022)

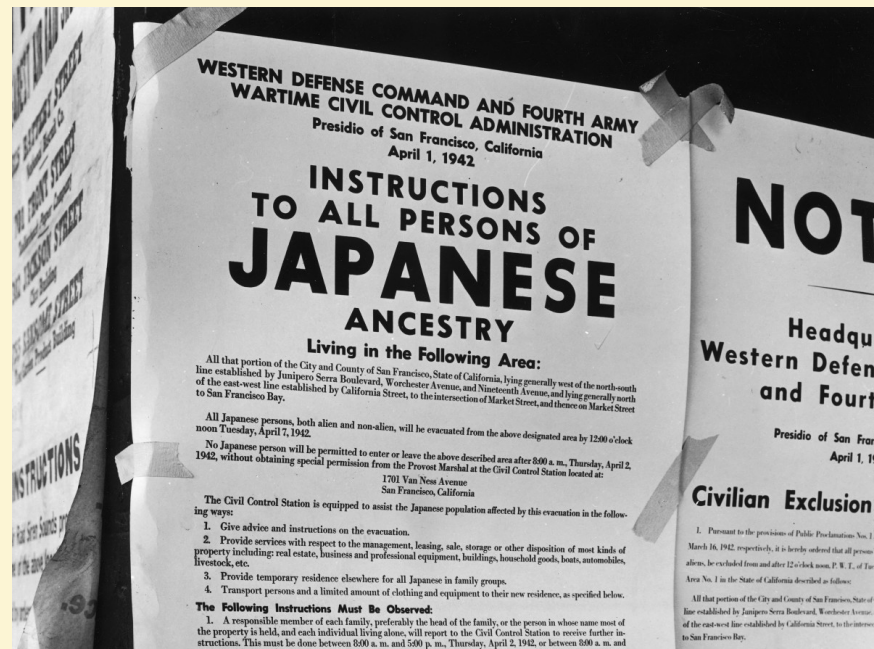
Bárbara⁶ (nome fictício) aponta o primeiro caso, em que a discriminação de pretos e amarelos é completamente diferente. Quando há essa comparação injusta, fica evidente, pelo seu relato, que a xenofobia contra povos amarelos não parece grave quando se discute racismo e discriminação.

“Então eu acho que é muito diferente quando se fala de uma discriminação aos negros e de uma discriminação aos amarelos. Eu não me sinto oprimida nos espaços, não sinto que eu não devo estar em alguns lugares que eu estou, não me sinto discriminada, não me sinto oprimida com ameaças que dizem respeito a minha raça especificamente como os negros e as negras. Isso, na verdade, é uma questão que eu nunca elaborei muito, nunca desenvolvi muito essa questão que você está pesquisando, para mim é uma coisa muito naturalizada.” (Entrevista com Bárbara, 2022)

O fato dos nipo-brasileiros serem encaixados dentro da minoria modelo, passa a impressão de que ser descendente de japoneses é um fator positivo, pois é esperado que sejam pessoas inteligentes e bem sucedidas profissionalmente. Ao passo que, quando Aline diz que nos EUA é diferente, considera-se a existência de uma forte discriminação. De fato, é notável o movimento que pede o fim dos ataques de ódio contra asiáticos, o *Stop Asian Hate*⁷, também mencionado pela entrevistada.

⁶ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP. Entrevista realizada virtualmente no dia 2 de junho de 2022.

⁷ De acordo com o site www.stopaapihate.org, é um movimento “em resposta à escalada alarmante de xenofobia e intolerância resultante da pandemia de COVID-19” (Tradução livre: In response to the alarming escalation in xenophobia and bigotry resulting from the COVID-19 pandemic).



[Fig. 5] Cartaz com “Instruções para todas as pessoas de ascendência japonesa vivendo nas seguintes áreas”.



[Fig. 6] Campo de concentração nos EUA durante o período da Segunda Guerra Mundial.



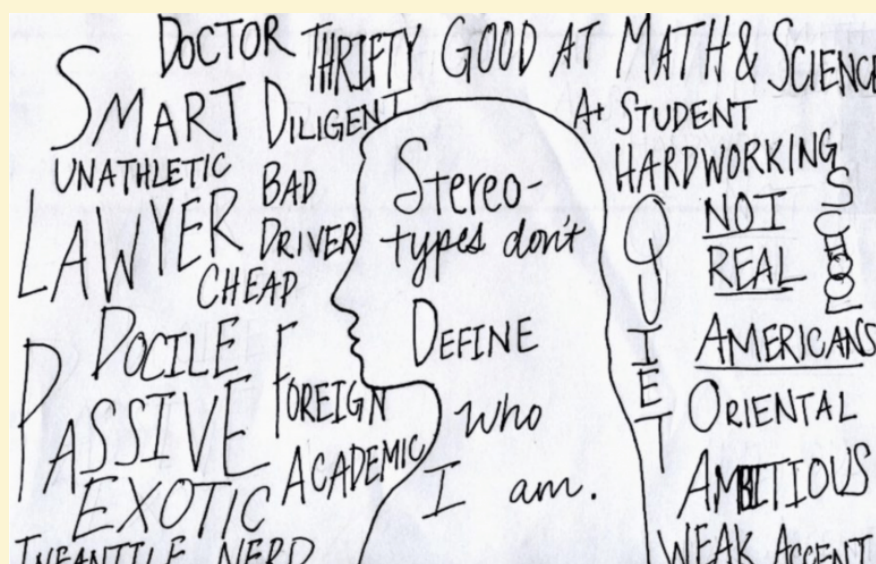
[Fig. 7] Movimento *Stop Asian Hate* nos EUA.

No entanto, não apenas o racismo e a xenofobia ficam evidentes, mas há também pequenas falas e expressões reproduzidas no cotidiano baseadas nessas ideias de que todo e qualquer asiático ou descendente asiático possuem essas características da minoria modelo. Um exemplo disso que escutei por um longo período e que está carregado desses estereótipos, foi nos cursos preparatórios para o vestibular, em que era comum os professores falarem que “para passar no vestibular você tem que matar um japonês”. Essa frase reflete a crença da existência dessa minoria modelo, sendo aplicada para toda uma comunidade de descendentes de asiáticos.

Embora o estereótipo da minoria modelo pareça bom e positivo, eles apenas reforçam o racismo e a comparação com outros grupos étnicos. “Para ser modelo, necessita ser comparado a outros grupos. Logo, legitima outros racismos, principalmente contra negros” como analisa a filósofa Maria Morita. O cineasta Hugo Katsuo reforça que essa imagem da minoria modelo transmite a ideia da meritocracia, de que se asiáticos brasileiros conseguem, os negros podem conseguir também, ignorando completamente a herança da escravidão.

Durante uma roda de conversa com algumas graduandas de arquitetura e urbanismo da FAU USP, realizada em dezembro de 2021, com o objetivo de discutir a relação de nipo-brasileiras com a sociedade, família e a cidade de São Paulo, foi colocado como este estereótipo acaba simplificando nipo-brasileiros em uma lista de características e que, ao não cumprir todas elas, são considerados “falsos japoneses” ou “japoneses do Paraguai”. Esses rótulos parecem inofensivos, mas colocam certas “normas” e expõem vulnerabilidades destas pessoas. Por não atingirem ou serem da forma que é esperada ser um nipo descendente, pressões sociais são geradas, tanto internas quanto externas, para que estes indivíduos moldem suas personalidades e a forma de interação com o mundo.

Além dessas pressões e expectativas criadas sobre nipo descendentes, surge para estas pessoas um questionamento sobre sua própria identidade e gera um sentimento de não pertencimento. Dizer “volta para o seu país” para um brasileiro estando no Brasil não parece fazer sentido, mas são frases como esta que são ditas para brasileiros descendentes de asiáticos que geram este sentimento de não pertencimento,



[Fig. 8] Diversas características que são atribuídas a pessoas asiáticas.
“Estereótipos não definem quem eu sou”.

uma vez que são indivíduos nascidos e criados no Brasil, mas que também possuem raízes na cultura asiática. Esse ponto gera uma questão de identificação para com o seu lugar na sociedade e no meio urbano que será abordada a seguir.

2.5. Não lugar ou entre lugar

Embora o Brasil seja um país que tenha grande diversidade cultural, nem todas pessoas de culturas diferentes são consideradas brasileiras. Ainda existe o mito das três raças, de que o Brasil é constituído apenas por brancos, negros e indígenas, excluindo a presença das pessoas descendentes de asiáticos.

Até 1940, nos indicadores do IBGE não existia a opção de cor e raça amarela. Isso influencia também as pessoas amarelas a não se sentirem representadas ou se referirem como amarelos, como acontece em muitos casos em que os próprios descendentes de japoneses se classificam como brancos. A entrevistada Bárbara afirma que em muitos momentos não se sente discriminada e que por um longo período da sua vida se enxergava como branca, principalmente pela sua formação e pela rápida busca de seus familiares em se adaptar ao Brasil e ao Ocidente.

*“[...] sinceramente em São Paulo eu não sinto uma discriminação, não sinto uma diferenciação pelo fato de eu ser amarela, descendente de japoneses. Eu acho que a **própria construção da minha formação e o lugar de onde eu venho me colocam em um lugar de branca, dos espaços que eu ocupo.** [...] eu nunca busquei conexões, amizades e afinidades por conta dessa raiz cultural japonesa. Não que eu buscava o oposto, não, mas **de certa forma eu me sentia uma mulher branca**, então acho que tem essa questão para mim. Eu acho que é muito diferente de quem conviveu sempre, quem estudou em escolas japonesas, é diferente assim.”* (Entrevista com Bárbara, 2022)

Considerar pessoas amarelas como brancas pode levar a uma dissolução do sentimento de xenofobia, da existência de um preconceito e acabam levando a invisibilidade da população amarela. Isso possibilita que nipo-brasileiros fiquem sem um espaço na sociedade brasileira. No entanto, quando é conveniente para os brancos que haja uma diferenciação, como aconteceu durante o período da pandemia do Covid-19, esse preconceito retorna. Pelo fato da doença ter surgido na China, evoca-se o discurso xenofóbico contra asiáticos, de que estes são diferentes, de que são uma ameaça aos povos ocidentais e que não deveriam estar presentes no Ocidente. É exatamente neste momento que expressões como “volta pro seu país” acabam sendo faladas com maior incidência, além de outras frases como, por exemplo, “japonês é tudo igual”, “abre o olho japonês”, “pastel de flango” ou chamar qualquer descendente de asiáticos de “japa” ao invés de ser chamado por seu nome. Todas essas frases colocam asiáticos e seus descendentes, de maneira extremamente simplificada, como uma única massa populacional que possui todas as mesmas características, retirando completamente suas individualidades, além de trazer o sentimento de não pertencimento a qualquer local.

Como Katsuo explica em uma entrevista (VALLE, 2021), essa ideia de que existem apenas três raças no Brasil, provoca apagamento e exclusão simbólica dos povos asiáticos na história brasileira e, por consequência, transmite a ideia de que todo e qualquer descendente asiático não é brasileiro. Além disso, durante o período da imigração japonesa, como já apresentado anteriormente, estes imigrantes eram comparados ao elemento químico enxofre e tidos como difíceis de se misturarem às outras etnias. Isso colabora ainda mais para a ideia de que os imigrantes japoneses e seus descendentes não sejam considerados brasileiros.

Desta maneira, para os nipo-brasileiros surge um questionamento sobre sua identidade e pertencimento regional. Durante a roda de conversa realizada com graduandas da FAU USP, foi colocada a questão de que em muitos momentos, por escutar falas como estas acima, que demonstram uma

diferenciação, um estranhamento e geram um sentimento de que não são brasileiros da mesma forma que não-asiáticos, aparece o seguinte questionamento: a que lugar pertencem? Apenas por apresentar características fenotípicas asiáticas ou possuir a cultura japonesa presente no seu cotidiano faz com que descendentes de nipônicos não se sintam brasileiros. Ao mesmo tempo, é evidente que, se estivessem presentes no Japão, também não seriam considerados japoneses apenas por suas feições semelhantes. Bárbara conta que sentiu essa questão de identidade e pertencimento quando esteve presente no Japão para realizar um trabalho temporário.

“Quando eu estava na FAU fui fazer um arubaito⁸ e eu senti pela primeira vez essa questão que você colocou, de que aqui eu sou vista como japonesa e quando eu cheguei no Japão as pessoas olhavam para mim e já sabiam que eu não era japonesa, pela cor da pele, pela forma de falar, gesticular, então as pessoas batiam o olho e já sabiam que eu não era. Quando eu voltei para o Brasil eu senti um pouco esse conflito de identidade, de que aqui eu sou japonesa e lá eu sou brasileira. Foi a primeira vez que me bateu isso mais forte.” (Entrevista com Bárbara, 2022)

Falas que apresentam os asiáticos brasileiros como não pertencentes ao território brasileiro como “volta pro seu país”, geram questionamento por estes indivíduos não apenas em relação ao pertencimento local, mas também conflito de identidade. Por mais que se identifique, tenha nacionalidade brasileira e que tenha vivido toda sua vida no Brasil, falas como esta colocam asiáticos brasileiros como o *outro*, o estranho àquele território e, portanto, que não é próprio daquele lugar. A ausência de identificação com a sociedade e o território levam a um dilema: se não pertencem e não sou identificado como brasileiro, onde cabe o meu espaço como indivíduo e como grupo social?

⁸ Arubaito é uma modalidade de trabalho temporário no Japão com duração de 3 a 6 meses.

Para além destas falas xenofóbicas, pode existir também uma questão interna à família japonesa, principalmente para gerações que ainda possuem contato com familiares japoneses (*isseis*⁹), como pais e avós. Durante a roda de conversa surge uma questão referente ao conflito de gerações que cresceram em ambientes e com culturas diferentes, como uma das participantes reflete:

“Uma coisa que parte da nossa geração sofre é que em casa você não é japonês para sua família, você não é o suficiente, e fora de casa você não é brasileiro o suficiente. E você fica num limbo.” (Participante A, Roda de conversa, 2022)

O questionamento gerado sobre “não ser japonesa suficiente” entra no conflito de gerações e a proximidade que possuem com a cultura japonesa. Ao dizer que alguém não é japonesa suficiente, pressupõe-se que esta pessoa não possua os mesmos hábitos e costumes que um indivíduo nascido no Japão, assim como os *isseis* ou *nisseis*¹⁰, que foram criados muitos mais próximos a estes costumes japoneses. Da mesma maneira, dizer que ela não é “brasileira suficiente”, pressupõe-se que, por possuir determinados hábitos e costumes da cultura japonesa, ela não se identifique como brasileira, apesar de ter nascido e crescido no Brasil.

Soma-se a esse questionamento um fator que acaba distanciando nipo-brasileiras da cultura nipônica e fazendo com que não queiram ser associadas à comunidade. Por serem vistas apenas pelos estereótipos, e não como indivíduos, há o desejo de adaptação aos costumes brasileiros. Uma das participantes expõe que durante um longo período da vida, especialmente durante a fase infantil e adolescência, não queria ser associada a tais estereótipos da mulher japonesa, de submissão e obediência — assim como outros estereótipos sexualizados, que não serão abordados nesta pesquisa.

9 São japoneses que emigraram do Japão e são chamados de primeira geração.

10 São filhos de japoneses imigrantes e, portanto, a segunda geração.

“No meu colégio tinha o ‘grupinho’ asiático, que era uma comunidade que todo mundo passava o recreio juntos e era um grupo mesmo. E eu nunca quis fazer parte e toda vez que alguém falava ‘Por que você não anda com aquele grupinho asiático?’ e eu falava ‘Não, não me pertence, não quero ser associado a isso’. Eu acho que é porque na minha cabeça o estereótipo era forte, porque a gente diz sim e abaixa a cabeça para tudo, e eu não queria ser associada a esse estereótipo. Então eu sempre me distanciei. Ai se formava uma rodinha muito grande e eu ficava tipo “Será que vou ser associada? Será que as pessoas vão vir perto de mim?” Hoje eu vejo o quão estranho era isso.” (Participante F, Roda de conversa, 2022)

Estes estereótipos, as dificuldades e preconceitos que os japoneses sofrem para se adaptarem a uma nova cultura faz com que tenham o desejo de abandonar seus próprios hábitos e costumes culturais para que sejam aceitos dentro da sociedade ocidental. Outra participante conta que alguns amigos japoneses passaram por essa dificuldade em adaptação e, que em muitos casos pode ter sido gerado por essa visão de que japoneses são difíceis de serem assimilados à cultura brasileira, e por isso, optaram, por exemplo, em não falar mais a língua materna.

“Acho que é muito normal o que você falou. Por exemplo, tem alguns amigos meus que nasceram no Japão, tem minha idade. Eles vieram pra cá com uns cinco, sete anos, acho. E eles eram fluentes em japonês, mas quando eles chegaram, eles se esforçaram o máximo possível para esquecer. Tanto que hoje eles não falam nada. Não falavam em casa, até pra tentar abrigar ao máximo pra se dar melhor, pra ter mais amigos na escola. Tanto que hoje em dia eles se arrependem porque eles gostariam de ter mais esse contato. Mas eles fizeram muito esforço para apagar tudo que eles tinham de japonês deles e se enturmar mais. E acho uma coisa muito natural isso.” (Participante Y, Roda de conversa, 2022)

No entanto, ao mesmo tempo em que há nipo descendentes que não tem o desejo de estarem juntos a comunidade nipônica ou não cresceram dentro desta comunidade e com o convívio mais direto com outros nipo-brasileiros, principalmente para facilitar o abasileiramento e a aceitação na sociedade, há aqueles que se sentem mais confortáveis em estarem presentes ao redor de outros descendentes de asiáticos.

Um desses motivos é a aceitação e o não estranhamento de seus costumes e hábitos, como uma das participantes da roda de conversa conta, em que compra comidas asiáticas típicas ou fala em japonês em público sem sentir um estranhamento alheio. Por ter sempre ter convivido com descendentes de asiáticos, frequentando a Associação japonesa de sua cidade, era muito mais confortável estar na presença de outros descendentes asiáticos.

“Eu era muito inserida ali e eu me sentia parte de alguma coisa, estava confortável. Mas eu botava o pé fora dali, eu me sentia muito peixe fora d’água. Mas em Bragança sempre foi isso [...] Se eu estou lá com os meus amigos do taiko, estou confortável, mas se eu não estou, já fico meio assim, sabe. [...] agora que moro aqui do lado, na Aclimação, eu fico bastante ali pela região da Liberdade, Aclimação que tem muito japonês, coreano, chinês. Eu me sinto muito mais tranquila. Então eu falo no telefone falando alto com a minha mãe em japonês no mercado, compro o meu kimchi¹¹, meu tofu¹² e saio tranquila sem ficar ‘Nossa, as pessoas vão olhar o que eu estou fazendo’. Virou uma coisa muito mais natural pra mim. Até dentro de São Paulo tem umas partes que eu me sinto muito mais confortável. Por exemplo, eu fui no Bom Retiro esses dias. Não sou coreana, não sei nada de coreano, só como as comidas. [...] Parecia um lugar mais seguro pra mim, só de ter

11 Conserva coreana.

12 Queijo de soja

peças parecidas comigo. Então em São Paulo fui achando uns pontos. Até dentro da FAU, que encontrava pessoas parecidas e eu me sentia mais tranquila. Em Bragança isso é uma coisa que nunca tinha acontecido fora da Nipo¹³.” (Participante Y, Roda de conversa, 2022)

Assim, diversos fatores podem influenciar os japoneses e nipo-brasileiros a desenvolverem esse sentimento de não pertencimento ou questionamentos acerca de sua própria identidade.

Esta situação do contexto cultural, da coexistência de duas culturas para um mesmo indivíduo e o questionamento de pertencimento pode se assemelhar de alguma maneira com as questões que Gloria Anzaldúa coloca por ser mulher, chicana¹⁴ e lésbica morando nos EUA. E através dos estudos de Santos (2013), percebe-se a existência de questões fronteiriças de identificação. Apesar de o estudo ser direcionado à identidade mestiça de um indivíduo feminino existente na fronteira México-Estados Unidos, pode-se fazer essa relação com a questão de pertencimento e de identidade dos nipo-brasileiros ao serem colocados em um lugar de entre espaços. Não são os mesmos questionamentos proporcionados pelo povo chicano, principalmente por divergências culturais e socioeconômicas, mas que transmitem a mesma ideia de lugar, ou, como Santos coloca, o surgimento do entre-lugar.

O fato de a cultura chicana não pertencer a nenhum dos dois países, de existir ‘flutuando’ entre os dois polos culturais, em um processo de hibridização múltipla, faz dessa minoria, duplamente desterritorializada, um grupo deslocado, em constante trânsito transfronteiriço, em busca de uma terceira margem, de um espaço que possa chamar de seu no qual enraíze a identidade construída: ‘Uma terceira margem, um caminho do meio, consiste nesses procedimentos

13 Nipo é referência a Associação Nipo-brasileira que frequentava.

14 Chicano (a) é o (a) cidadão (ã) dos Estados Unidos que pertence à uma minoria de origem mexicana ali existente.

de deslocamento de nomadismo, e que o próprio identitário possa nascer da tensão entre o apelo do enraizamento e a tentação da errância' (HANCIAU, 2005, p. 129). Esse espaço próprio demanda outras formas de conhecer e sentir. Desse modo, em um movimento contínuo de des-contextualização e re-contextualização cultural, o sujeito chicano retira elementos da cultura original e modifica-os para encaixá-los na nova cultura que se forma nesse entre-lugar. (SANTOS, 2013, p. 12)

Assim como Santos nos apresenta o entre-lugar, Ribeiro (GARCIA, 2020) traz uma reflexão sobre o constante apontamento da racialização de determinadas populações.

*Precisamos sempre nos perguntar o porquê de racializarmos determinadas populações e atribuímos a elas termos específicos, como afro-brasileiras, indígenas brasileiras ou asiático-brasileiras: **será porque reconhecemos a chamada arte euro-brasileira como sendo apenas arte brasileira?** (grifo nosso - GARCIA, 2020)*

Portanto, desde o período da chegada dos imigrantes e o desejo de embranquecer a população, passando pela imposição de estereótipos da população negra, indígena e asiática, é evidente a invisibilização da diversidade de povos pertencentes ao Brasil com o objetivo de uma única raça ser destacada.

3

**um breve histórico da
imigração japonesa
no Brasil**

A partir da segunda metade do século XVIII, o Japão passa por grandes mudanças com a Restauração Meiji, colocando fim ao *Shogunato Tokugawa*¹⁵, ao isolamento do país e restabelecendo a família imperial no comando do país (TAKEUCHI, 2009). Entre as diversas mudanças ocorridas estão a inauguração de um governo institucional, as reformas de base, como, por exemplo, a alfabetização em massa e a monetização das regiões que ainda utilizavam o escambo como forma de troca, que tinham por objetivo levar a um rápido desenvolvimento e crescimento da nação, buscando tornar-se uma potência mundial. Todas essas mudanças e modernizações levam ao crescimento populacional e à escassez de alimentos (KODAMA; SAKURAI, 2008).



[Fig. 9] Cartaz de incentivo à imigração ao Brasil.

15 O Shogunato Tokugawa corresponde ao período do regime feudal de 1600-1868, Neste período, o Japão estava sob uma política de isolamento, na qual o país não mantinha contato com outros países

Portanto, o governo japonês vê a necessidade da emigração de parte de sua população, sendo a primeira emigração oficial datada em 1883, quase 20 anos após o fim do isolamento nacional. A partir de então, inicia-se o processo migratório japonês para diversos países, entre eles Havaí, EUA, Canadá e Brasil (Uma Epopéia, 1992).

Quando da chegada dos primeiros japoneses no Brasil houve um amplo debate racial sobre a permissão da entrada de não europeus. Embora houvesse o interesse no embranquecimento da população brasileira e o medo da entrada de mais uma raça, considerada inferior, por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 1895, iniciou-se as relações entre Brasil e Japão, que 13 anos mais tarde, culminaria no desembarque dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Desde 1906, o Brasil articulava com Ryu Mizuno, diretor da Companhia Imperial de Emigração (*Kokoku Shokumin Kaisha*), a vinda de colonos japoneses, especialmente após a restrição de entrada na costa oeste dos Estados Unidos. E com a valorização do café e as restrições do governo italiano



[Fig. 10] Navio Kasato Maru atracando no porto de Santos em 1908.

à imigração ao Brasil, encontra-se uma alternativa para a emigração japonesa (UENO, 2019).

O contrato, assinado em 1907, previa o recrutamento de três mil imigrantes — sendo o primeiro grupo de imigrantes composto por mil indivíduos — e foi estabelecido que deveriam vir famílias inteiras para que pudessem trabalhar nas fazendas de café no Brasil. No entanto, devido ao curto período de tempo de recrutamento e a dificuldade em reunir famílias inteiras interessadas em emigrar, esta primeira leva reuniu apenas 781 pessoas (600 homens, 181 mulheres e 12

KOKOKU SHOKUMIN KAISHA.
(THE EMPIRE COLONIZATION COMPANY.)
No. 1, Ichome, Yoyesucho, Kojimachiku, TOKYO, JAPAN.

Original
12 Via.

LIST OF JAPANESE IMMIGRANTS SENT BY THE JAPANESE STEAMSHIP "KASATO-MARU," CAPTAIN
A. G. STEVENS, SAILING FROM KOBE, ON THE 28th APRIL, 1908, TO THE PORT OF SANTOS, BRAZIL.

No.	NAME.	Sex.	Age.	Profession.	Chief of Family.	Last Residence.	Time in last domicile (Years).	Quantity.	Number.	Mark.
1	Yasuto Shunpei	male	20	Farmer	Yasuto Shunpei	Fukushima	20	1	10	marked
2	Kono	female	16				16	1		
3	Matsuyoshi Shunpei	male	26		Matsuyoshi Shunpei		26	1		
4	Taketa Motoki	male	22		Taketa Koroji		22	1		
5	Taketa	female	20				20	1		
6	Shi	male	25		Shi Jinsuemon		25	1		
7	Kouchi Toraji	male	19		Kouchi Jinsuemon		19	1		
8	Kono	male	30		Kono Jinsuemon		30	1		
9	Anzai Jinsuemon	male	19		Anzai Jinsuemon		19	1		
10	Anzai	female	19				19	1		
11	Kouchi Jinsuemon	male	22		Kouchi Jinsuemon		22	1		
12	Kouchi	female	21				21	1		
13	Sano	female	20				20	1		
14	Kouchi	female	17				17	1		
15	Kouchi	female	25		Kouchi Jinsuemon		25	1		
16	Kouchi	female	26		Kouchi Jinsuemon		26	1		
17	Kouchi	female	24				24	1		
18	Kouchi	female	23		Kouchi Jinsuemon		23	1		
19	Sato	female	20		Sato Jinsuemon		20	1		
20	Sato	female	18				18	1		
21	Sato	female	20		Sato Jinsuemon		20	1		
22	Yasuto	female	36		Yasuto Shunpei		36	1		
23	Yasuto	female	22				22	1		
24	Yasuto	female	24				24	1		
25	Yasuto	female	22				22	1		
26	Kouchi	female	29		Kouchi Jinsuemon		29	1		
27	Kouchi	female	22				22	1		
28	Kouchi	female	18				18	1		
29	Kouchi	female	27		Kouchi Jinsuemon		27	1		
30	Kouchi	female	23				23	1		
31	Kouchi	female	26				26	1		
32	Kouchi	female	26		Kouchi Jinsuemon		26	1		
33	Kouchi	female	19				19	1		
34	Kouchi	female	19				19	1		
35	Kouchi	female	28		Kouchi Jinsuemon		28	1		
36	Kouchi	female	21		Kouchi Jinsuemon		21	1		
37	Kouchi	female	20		Kouchi Jinsuemon		20	1		
38	Kouchi	female	24		Kouchi Jinsuemon		24	1		
39	Kouchi	female	22				22	1		
40	Kouchi	female	21		Kouchi		21	1		

[Fig. 11] Lista dos imigrantes japoneses que chegaram com o navio Kasato Maru.

indivíduos espontâneos, que não foram com família), sendo estes os primeiros japoneses a desembarcarem no porto de Santos, em 1908 vindo com o navio *Kasato Maru*. Estes primeiros imigrantes foram direcionados às grandes fazendas na condição de trabalhadores rurais, localizadas nas linhas ferroviárias da Mogiana, Paulista, Sorocabana e Itu (MORI; INAGAKI, 2008).

A imigração japonesa pode ser dividida em três fases. A primeira corresponde à chegada destes imigrantes do *Kasato Maru* até 1924; a segunda, de 1925 a 1941 e a terceira, a partir de 1952 (SUZUKI, 1995, p. 58).

Nesta primeira etapa, a chegada dos imigrantes japoneses foi custeada pelo governo brasileiro – embora sempre assistida pelo governo japonês – e direcionados às fazendas cafeeiras paulistas. Por contrato, era permitido a vinda de famílias que consistiam com no mínimo 3 pessoas aptas ao trabalho agrícola (de 12 a 50 anos), portanto, a maioria dos que vieram já eram agricultores no Japão. Incentivados pelo governo japonês, mas também motivados pelo desejo de mudar sua condição de vida, estes imigrantes tinham por objetivo o ganho financeiro e, posteriormente, o retorno ao seu país (SUZUKI, 1995).



[Fig. 12] Trabalhadores japoneses na colheita de café.

No entanto, logo que chegam se deparam com um cenário muito diferente do que era propagandeado pelas companhias de emigração. Além das dificuldades encontradas pela barreira linguística e diferenças culturais, não havia um bom retorno financeiro, como era divulgado, o qual seria possível um rápido enriquecimento e consequentemente um breve retorno à terra natal (WAWZYNIAK, 2004). Assim, esses imigrantes passaram a buscar novos terrenos, gerando fugas das fazendas e abrindo novos caminhos para que pudessem se estabelecer por um período maior de tempo no Brasil (MORI; INAGAKI, 2008).

Em um curto período de tempo, com a aquisição de lotes de terras, estes imigrantes transformam-se de trabalhadores contratados para pequenos proprietários, modificando aos poucos sua condição socioeconômica. Isso foi possível, porque existiam condições para que avançasse a expansão cafeeira e pela crescente diversificação agrícola. Assim, os japoneses destacam-se na produção de café, algodão, arroz, milho, chá, bicho da seda e, nas regiões periféricas de São Paulo, de hortaliças para o abastecimento da cidade.



[Fig. 13] Trabalhadores japoneses no campo.

Além dessas condições, em 1917 é fundada a Companhia Ultramarina de Desenvolvimento S.A., *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K.), que tinha por objetivo ajudar imigrantes a permanecerem no Brasil por meio da fixação nas terras adquiridas por ela. Estas, obtidas através de acordos de compra ou concessão do governo do estado de São Paulo (UENO, 2019; KODAMA; SAKURAI, 2008).

Nesta primeira fase da imigração, as associações e o apoio coletivo foram extremamente importantes para que a comunidade pudesse estabelecer contatos e se fixar em um território completamente novo, sendo essencial para a manutenção da identidade japonesa e para o enfrentamento das dificuldades encontradas. Entre esses suportes estão o estabelecimento de escolas primárias com o ensino da língua, jornais em japonês e o surgimento de cooperativas agrícolas (KODAMA; SAKURAI, 2008).

A partir de 1925 inicia-se uma nova fase que se estende até 1941. Nesta etapa o subsídio passa a ser pago pelo governo japonês e é quando há uma elevação no número de entrada de imigrantes japoneses, atingindo o seu auge entre 1929 e 1934. Enquanto que na primeira fase foi registrado a chegada de pouco mais de 30 mil japoneses, a segunda fase registra um total de quase 142 mil imigrantes. Isso ocorre porque o Japão ainda precisava migrar parte de sua população. No entanto, países que antes aceitavam imigrantes japoneses, como Estados Unidos e Peru, passam a não aceitar mais, principalmente após firmarem leis não permitindo a entrada. E com a chegada desse grande grupo de japoneses, inicia-se a ocupação em outras regiões brasileiras, para além do estado de São Paulo, como os estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e a região norte do país, como Pará e Amazonas (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Muitos desses imigrantes que chegaram ao Brasil até a década de 1930, tinham o propósito de enriquecer rapidamente e retornar ao Japão com melhores condições financeiras. No entanto, devido a conjuntura política e econômica — referente ao período entre guerras e a crise econômica em 1929 —, além

da já mencionada dificuldade no acúmulo de capital através da agricultura, fica cada vez mais longe a probabilidade de retorno à terra de origem. E, assim, inicia-se a perspectiva de permanência definitiva no Brasil, que só será consolidada após a derrota do Japão na Segunda Guerra (WAWZYNIAK, 2004).

É neste momento, a partir da década de 1930, que começam a surgir as políticas e campanhas anti-nipônicas e a ascensão de sentimentos nacionalistas extremos, tanto no Brasil, quanto no mundo. Com a Segunda Guerra Mundial há diversas restrições aos indivíduos vindos das nações que formaram a aliança do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Essa situação se agrava e resulta no fechamento de todas associações japonesas e escolas e na proibição da circulação de jornais em língua estrangeira em 1939, além de não permitir mais a entrada de obras literárias em língua japonesa e a suspensão da liberdade de locomoção. E é neste período que ocorre a suspensão da entrada de imigrantes japoneses no Brasil, que só será retomada em 1952, iniciando a terceira fase (KODAMA; SAKURAI, 2008).

Naquele ano foram reatadas as relações diplomáticas, e o retorno da imigração japonesa aconteceu oficialmente apenas em 1963, após diversos debates acerca das questões raciais que ainda eram permanentes no Brasil. Desde então, a entrada de estrangeiros japoneses passou a acontecer através



[Fig. 14] Escolas primárias com ensino da língua japonesa.

de particulares, não sendo mais assistido pelo governo japonês (KODAMA; SAKURAI, 2008).

No período pós guerra, diferentemente como ocorreu nos dois primeiros períodos da imigração, há uma mudança no perfil desses imigrantes. Enquanto que na primeira fase muitos japoneses que vieram para o Brasil eram originários de províncias agrárias, nesta última fase, os maiores contingente de japoneses são originários das grandes cidades, como Tóquio, Osaka e províncias próximas. Passam a vir jovens com formação técnica agrícola ou com alguma especialização industrial — engenharia, metalurgia, instalações elétricas e telecomunicações. Esses trabalhadores chegam em terras brasileiras através de contratos com empresas privadas e já com direcionamento onde iriam trabalhar (SAKURAI, 2008).

4

a mulher nipo-brasileira

4.1. Concursos de beleza e a mulher nipo-brasileira

Como visto anteriormente, após os imigrantes e descendentes decidirem pela permanência definitiva no Brasil, começa a existir uma necessidade de maior inserção na sociedade brasileira. E com a crescente diversidade de produtos agrícolas que conseguiam produzir, os imigrantes começaram a divulgar seus produtos através de festivais anuais. Nestas festas, além da exposição de produtos hortifrutigranjeiros, eram realizados concursos de “rainhas” de cada festival, onde eram escolhidas por meio de votação popular, de três a cinco mulheres descendentes de japoneses, surgindo assim, os primeiros concursos de beleza promovidos pela comunidade nipônica no Brasil (MORI; INAGAKI, 2008).

O primeiro concurso é datado de 1948, realizado em Bastos, e a partir de então começa a se popularizar estes concursos nos demais festivais agrícolas em diversas cidades, principalmente no estado de São Paulo. Posteriormente, estes concursos ganham um espaço físico e exclusivo quando o Jornal Paulista decide promover o primeiro concurso de beleza, o Miss Colônia, na década de 1950. O principal objetivo destes concursos era a integração dentro da própria comunidade nipônica brasileira que já estava espalhada em outras cidades e estados (MORI; INAGAKI, 2008).

Neste período, a população japonesa estava localizada majoritariamente no meio rural, apesar de boa parte dela já ter se deslocado para zona urbana em busca de uma vida melhor e bons estudos para os filhos. No entanto, para a mulher japonesa, ainda era reservado o espaço privado e do trabalho no campo, não sendo elas que iriam frequentar as universidades e ter uma formação profissional.

Estes concursos foram muito populares, embora tenha gerado já ali certa polêmica dentro da comunidade nipônica, devido ao caráter da exposição de seus corpos e que ia em direção contrária ao que era esperado da mulher japonesa.

[...] as mulheres, que até então encontravam-se ligadas aos afazeres domésticos e ao trabalho

nas lavouras das colônias, estavam caminhando em direção oposta à imagem da ‘mulher japonesa ideal’: ‘(...) a cultura oriental considera como ideal o comportamento recatado. (...) A quietude é, de certa forma, o sinônimo de belo.’ (MORI; INAGAKI, 2008, p. 141)

Dentre os motivos para esta imagem da mulher japonesa e nipo-brasileira, Mori e Inagaki (2008, p. 141) apresentam alguns fatores, como, por exemplo, a educação familiar, o crescimento dentro de uma comunidade fechada e com predominância rural. Estes fatores ajudam na manutenção da ideia de que o papel da mulher seja o do cuidado, de se casar e formar uma família. Outro fator que também contribui para esta imagem, é a dos homens como a autoridade máxima e o responsável financeiro, ficando a cargo da mulher os cuidados da casa e da família. Esta função, como visto anteriormente, não é de exclusividade da comunidade nipônica.

Esse papel da mulher japonesa se reflete nas falas das participantes da roda de conversa com as graduandas da FAUUSP, o qual fica claro que o papel exercido por sua avó era cuidar dos filhos, do lar e do marido.

“[...] meu avô faleceu faz uns dez anos, e obviamente foi super triste, mas parece que minha avó se soltou um pouco. [...] o papel dela sempre foi cuidar da casa, cuidar do marido. [...] A vida dela era cuidar da família, era cuidar do meu avô. E depois que ele faleceu, como ela ia ficar sozinha lá no interior do Paraná, a gente a trouxe para Atibaia para ficar mais perto de todo mundo. E parece que ela renasceu por um lado. Porque ela começou a fazer várias amizades novas. Então ela tem várias amigas baachans¹⁶ lá e elas vão jogar juntas, ela vai fazer aula de chá e ela vai pra academia. E ela gosta de viajar, então antes da pandemia, ela pegou a aposentadoria do meu avô para aproveitar a vida. E ela estava indo viajar para o Japão, ela ia passear no monte. E parece que

16 Tradução de avó em japonês.

as avós tinham um papel tão grande, tão forte de cuidar do marido, de cuidar da casa, que depois que ela se desvinculou disso, ela finalmente começou a viver a vida dela.” (Participante Y, Roda de conversa, 2021)

“Acho que com o meu avô foi a mesma coisa também. Ele ficou doente por muito tempo e a minha avó que cuidava. Meus avós tiveram cinco filhos, duas mulheres e três homens. E quem visita até hoje lá em Prudente são só as duas mulheres. Os três homens vão uma vez a cada cinco anos. A última vez que todos se reuniram foi no falecimento do meu avô. Então assim, quem acaba até hoje cuidando da minha avó são só as mulheres, os homens enfim, cada um tem a sua vida, seus problemas. Mas minha avó também, quando meu avô faleceu foi horrível e ela ficou muito tempo mal. Mas acho que depois de um tempo ela percebeu que agora ela podia ser o que ela quisesse. Então ela fez muita coisa, fez muito curso e deu muita aula.” (Participante K, Roda de conversa, 2021)

E isso continua a se refletir na forma em que elas foram educadas e criadas.

“Eu tenho um irmão mais novo, e em casa é muito diferente a maneira como ele foi criado e de como eu fui criada. Então, por exemplo, no final de ano a gente se reúne e normalmente são os primos mais próximos; eu, meu irmão e duas primas. E sempre falavam “Y., Kazu, Mido, vão lavar a louça” e ignoravam o meu irmão. [...] na cabeça dela, esse tipo de tarefa [domésticas] era igualmente ou mais importante do que os estudos.” (Participante Y, Roda de conversa, 2021)

Dentro da ideia do papel da mulher japonesa, era esperado, como mostra a formação educacional das participantes dos concursos, que elas soubessem diversas atividades relacionadas às atividades da casa, havendo cursos voltados para a “educação da boa moça”, como cursos de corte e costura, culinária e artesanato. Ter habilidades e bom

desempenho nestas atividades indicavam a maior proximidade com a “mulher ideal japonesa”, além de apresentar comportamento dócil, recatada, submissa e “pura”. Estas características acabam sendo esperadas, de certa maneira, pela sociedade até os tempos atuais, quando se enxerga descendentes de japoneses através do olhar da minoria modelo.

Além da imagem da mulher japonesa, há também a expectativa na continuidade dos valores culturais japoneses, o que só seria possível em um casamento entre descendentes japoneses. Isto resultava em uma aversão à mestiçagem e por isso, no início dos concursos de beleza, a maioria das mulheres que participaram e ganharam eram descendentes “puras”. De acordo com dados coletados por Mori e Inagaki no Censo realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, no período de 1953 a 1958, os casamentos interétnicos representavam menos de 5% do total de casamentos de imigrantes e descendentes de japoneses.

Com o passar dos anos, houve um crescimento do número de casamentos interétnicos e os concursos passam a receber maior quantidade de mulheres descendentes de japoneses mestiças, até o momento de haver maior número de mestiças do que descendentes “puras”, como era comum nos primeiros anos. Em adição a estas mudanças, com o desenvolvimento industrial e a urbanização, há um crescente deslocamento das famílias do meio rural para a zona urbana, facilitando e permitindo que não apenas os homens, mas as mulheres também tenham maior acesso à educação e à informação.

Todas essas transformações, juntamente ao surgimento de pautas feministas, como a busca por direitos trabalhistas — ainda que inicialmente esse interesse esteja relacionado ao feminismo branco —, possibilitam uma nova fase na posição social da mulher nipo-brasileira, que tem o interesse em ingressar na universidade e ter uma formação profissional. Assim, estas mudanças na sociedade aparecem também nos concursos de beleza. Enquanto que anos antes, as mulheres tinham objetivo de ser boas esposas, realizando diversos cursos

para serem boas donas de casa, a partir da década de 1960, elas têm o desejo de frequentar a universidade, alcançando uma formação profissional e até mesmo recusando a antiga identidade de servir apenas à família e aos cuidados da casa.

No entanto, o desejo de manutenção dos valores culturais através do casamento entre descendentes ainda permanece até hoje, de certa maneira. Durante a roda de conversa, fica evidente pelos relatos, que um dos primeiros questionamentos acerca de relacionamentos amorosos é sobre a descendência de seus parceiros. Nota-se que para as gerações mais velhas (primeira ou segunda geração), que normalmente são as mães ou as avós das participantes, este é um dos primeiros questionamentos sobre a relação amorosa.

[...] eu lembro quando eu contei para minha baachan que eu estava namorando, a primeira coisa que ela perguntou não foi o nome, não foi o que ele fazia. “É gaijin”¹⁷?. Ela já perguntou se era gaijin porque todos os netos também namoravam [não descendentes]. (Participante K, Roda de conversa, 2022)

Portanto, percebe-se que há diversas mudanças, principalmente no que concerne à formação profissional e a forma como as mulheres nipo-brasileiras representam na família e na sociedade, mas ainda há permanências do desejo dos membros da família, mais especificamente de membros mais velhos, na não-miscigenação.

4.2. Dualidade público x privado e domesticidade da mulher nipo-brasileira

O conceito de público e privado se transformou ao longo do tempo. Ao citar Arendt, Córdula (2020) apresenta a noção de público e privado com origem no contexto greco-romano, mas com a modernidade estabelece-se a ideia de que o público

está associado à esfera política e o privado, à esfera doméstica. E, como apontado inicialmente nos tópicos anteriores, essa ideia se amplia ainda mais quando associada ao gênero, na oposição entre “homens políticos” e “mulheres domésticas”.

A ideia do que é público está associada como algo político, do espaço público, da rua, da cidade, do que é coletivo, além de estar ligada a princípios universais, na razão e na impessoalidade. Enquanto que, em oposição, o privado está relegado ao ambiente da casa, da domesticidade, das relações de caráter pessoal e íntimo (BIROLI, 2014). Portanto, ao relacionarmos gênero a cada uma dessas esferas, do público ao homem e do privado à mulher, e projetá-las como esferas homogêneas, apagando a existência de qualquer distinção ou conflitos, corre-se o risco de negar a elas o direito à vida política e a sua identidade como sujeito de direitos e abstém-se deles os deveres domésticos. Além disso, colabora-se para que a domesticidade feminina seja vista como um traço intrínseco à sua natureza.

Embora, por essa lógica, apesar de relacionar o ambiente público ao masculino e o privado ao feminino, e de certa forma, retirar os deveres e direitos que são associados a cada uma dessas esferas aos gênero opostos — desvincular as mulheres da política e retirar o dever dos homens às atividades domésticas —, as relações de poder que são exercidas no ambiente privado não apresentam esta mesma lógica (BIROLI, 2014). Como visto anteriormente, apesar da vinculação das mulheres ao ambiente doméstico, não são elas que detém o poder sobre este ambiente, uma vez que os homens ainda são considerados os chefes das famílias, mesmo quando é a mulher quem assume esse papel (SANTORO, 2008).

Mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, eram esperadas e propagandeadas a execução de diversas atividades relacionadas ao ambiente da casa direcionado à mulher. Silva (2014; 2019) reflete em algumas de suas produções acerca da vida doméstica de mulheres de classe média entre as décadas de 1950 e 1960 pelos escritos de Clarice Lispector. Neles é possível perceber que, mesmo

17 Termo em japonês usado para se referir a pessoas não descendentes de japonês.

que poucas mulheres possuíam trabalho remunerado fora de casa, o discurso propagado apresenta uma intersecção entre as proposições da arquitetura moderna e os ideias de domesticidade. Identificam-se diversas preocupações e praticidades que facilitem o trabalho doméstico, seja através das novas arquiteturas¹⁸, seja pela diversidade de eletrodomésticos lançados com o intuito de ocupar pouco espaço e permitir que as tarefas fossem realizadas em menor tempo, não interferindo na rotina da mulher dona de casa e trabalhadora.

Neste mesmo período, embora os imigrantes e nipo-brasileiros ainda estivessem localizados em sua maioria na zona rural, como observado na tabela 2, pode-se considerar alta a taxa de urbanização, uma vez que, logo que chegaram ao Brasil, a maioria se instalou inicialmente no campo para o trabalho nas lavouras cafeeiras (CARDOSO, 1995).

ESTADOS DA FEDERAÇÃO	R E S I D Ê N C I A		
	Urbana %	Rural %	Total %
São Paulo	49	51	100 (325.520)
Outros Estados	35	65	100 (104.449)
Total	193.207	236.762	429.9691

Tabela 2 - Imigrantes japoneses e seus descendentes por local de residência e estados da Federação (1958). Fonte: CARDOSO, 1995. p. 21.

Grande parte da população feminina, tanto imigrante quanto descendentes, não ocupam a força de trabalho no campo, mas sim, ambas representam a maior parte das ocupações dos trabalhos domésticos e em escolas como

18 O palacete, estudado por Silva (2019), é produto e produtor das relações de gênero e que reservam às mulheres os papéis de mãe, esposa e dona de casa.

apresentado na tabela 3. Por esse dado é possível perceber que, dentre as mulheres imigrantes, quase 75% realiza o trabalho doméstico, enquanto que entre as descendentes, pouco mais de 75% realizam trabalho doméstico e estão estudando. Observando a ocupação de homens descendentes, também percebe-se que a maioria ocupa trabalhos domésticos ou está em escolas. Através destes dados nota-se que há uma diferença nas ocupações exercidas pelos imigrantes japoneses e seus descendentes. Essa mudança nos tipos de ocupações deve ser analisada juntamente ao processo de ascensão socioeconômico e a urbanização (CARDOSO, 1995).

Ocupações		IMIGRANTES		DESCENDENTES	
		Homens %	Mulheres %	Homens %	Mulheres %
FORÇA DE TRABALHO	Agricultores	52,4	12,4	29,9	12,9
	N/Agricultores	36,3	6,3	25,5	11,5
	Ambas Atividades	2,8	0,1	0,6	0,1
FORA DA FORÇA DE TRABALHO	Trabalhos domésticos e em escolas	2,4	74,1	43,4	75,3
	Sem ocupação	6,1	7,1	0,6	0,2
TOTAL		100 (73.764)	100 (61.159)	100 (90.217)	100 (88.540)

Tabela 2 - Ocupações dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, por sexo (1958). Fonte: CARDOSO, 1995. p. 22.

Como apresentado, era de grande preocupação das famílias japonesas que seus filhos pudessem estudar para que tivessem melhores condições financeiras e que pudessem sair do trabalho no campo. Com a facilidade em se libertarem do contrato de imigração e se tornarem proprietários de terras, além da grande mobilidade geográfica, permitindo a exploração de diversos produtos agrícolas, estes imigrantes e descendentes logo passam da condição de colonos para proprietários. Após conseguirem certo retorno no meio rural, as famílias buscam migrar para as cidades em busca de poder elevar o nível educacional de seus filhos e dedicar-se a profissões que possuem maior prestígio socioeconômico.

Esse interesse em que os filhos tenham maiores oportunidades pode ser percebido durante as entrevistas e roda de conversa realizadas. Para as mulheres presentes na roda de conversa, jovens universitárias e que são, em sua maioria, de terceira ou quarta gerações, fica evidente que a questão dos estudos não é algo opcional ou questionável para a família, mas sim, é dado como certo que seus filhos terão o ensino superior completo.

“Essa coisa do estudo também sempre foi muito forte. [...] Eu acho que a gente nem comenta porque é uma coisa dada. Não preciso falar para vocês que vou estudar porque é uma coisa dada. ‘Claramente você vai estudar né?’” (Participante F, Roda de conversa, 2022)

No entanto, percebe-se ainda que há casos em que mesmo que as mulheres nipo-brasileiras possuam ensino superior, elas acabam retornando ao ambiente doméstico e se dedicando aos cuidados dos filhos e do lar, como é possível observar na fala da entrevistada Carolina¹⁹ (nome fictício).

“Nós somos 16 mulheres na família, só mulheres. Na família do meu pai, todos os irmãos tiveram filhas.

Então foram 16 mulheres e depois que começaram a nascer os meninos. Então são 16 mulheres [em] escadinha. [...] Então com exceção de umas três ou quatro entre elas [...] todas elas são donas de casa, apesar de terem feito o curso superior. Todo mundo fez curso superior. Todas, sem exceção nenhuma. Mas todas são donas de casa e são... E cuidaram dos filhos. E tiveram uma coisa mais desse papel da mulher que é colocado a elas, não só japonesas é claro, você sabe disso. [O papel] das mulheres [...] é cuidar da casa e dos filhos porque o marido vai trabalhar. [...] Com exceção minha, da minha irmã e de uma prima, todas tiveram filhos. Muitos, tipo três, quatro filhos. E escolheram ter uma vida, porque o problema não é ter filho, claro, né? Nem é um problema também. Mas assim, é esse papel que, como você colocou, que é o papel da mulher, dona de casa, e o espaço público que é restrito. Então, a vida pública, ela é restrita em todas elas. A vida pública é a família. A vida pública não é o cinema, o teatro, os amigos, né?” (Entrevista com Carolina, 2022)

Como colocado por Carolina, o espaço da mulher nipo-brasileira se torna a sua família, o ambiente da casa, restringindo o espaço por ela frequentado à intimidade do lar. Mesmo possuindo uma formação profissional, elas puderam optar em permanecer em casa para cuidar dos filhos e do lar. Isso se reflete no papel que ainda é dado às mulheres como donas de casa e cuidadora dos filhos e de idosos, apresentado no capítulo 1 e que, devido às condições financeiras, essa tarefa se torna uma opção viável, para que exerçam de maneira exclusiva, sem se preocupar com o financeiro familiar, diferente de como ocorre com grande parte da população brasileira mais pobre, que necessitam, às vezes, de mais de um emprego para se sustentar.

Assim como as primas da Carolina, que optaram por exercer as atividades domésticas, afastando-se da vida profissional que possuíam, a mãe da Aline, imigrante que veio ao Brasil com os pais ainda criança, também optou por

¹⁹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e atualmente é associada ao Instituto Pólis. Entrevista realizada virtualmente em 16 de junho de 2022.

permanecer em casa, cuidando dos filhos enquanto o marido trabalhava.

*“Eu acho que as pessoas que tinham comércio aprendiam [o português] na marra, conversando com as pessoas. **Mas a minha mãe não saía muito. Ela tinha três filhos pequenos e não tinha muito pra que sair, né?** Então não aprendeu o português nem fazia muita questão de aprender. **E o convívio dela, realmente, sempre foi só nos meios japoneses.** Ela começou a fazer a cerimônia do chá ou foi aprender corte e costura, mas com japoneses, com livros japoneses.”* (Entrevista com Aline, 2022)

Assim, portanto, o espaço da mulher japonesa e nipo-brasileira foi e ainda está muito relacionado ao ambiente doméstico, do cuidado da família, dos filhos e do lar. Um dos fatores que aparenta ser limitante ao espaço e a vida pública para imigrantes é a barreira linguística. No caso da mãe da Aline, ao analisar juntamente a questão linguística e o encargo das tarefas do cuidado, percebe-se que foram fatores que influenciaram a prevalência do ambiente privado sobre o espaço público na vida desta imigrante.

Já nos casos das famílias da Bárbara e da Carolina, a diferença linguística tornou-se um incentivo a adaptação ao Brasil e à cultura. Pelo relato de Bárbara, nota-se que há o desejo de se adaptar à cultura ocidental, mas também o desejo da mãe em se adequar esteticamente aos padrões ocidentais.

“A minha mãe tem uma questão muito específica, porque de certa forma ela nega um pouco essas origens. Eu acho que tem uma questão muito forte nela de uma ocidentalização, isso se reflete tanto nessa questão de ter colocado a gente em uma escola que não é japonesa, não ter colocado a gente em uma escola para aprender japonês, como minha mãe e meu pai fizeram Nihongo gakko²⁰. A gente não tem nome japonês, nem eu nem minha irmã, a gente tem nome só brasileiro. Até mesmo

procedimentos estéticos, minha mãe fez o negócio no olho das dobrinhas, fez uma cirurgia plástica para dobrinha, ela fez um enchimento no nariz, na parte de cima. Então eu percebo nela várias tentativas de ocidentalização, não só nela mas um pouco na nossa formação, minha e da minha irmã.” (Entrevista com Bárbara, 2022)

No caso da família da Carolina, além da questão linguística há outros pontos que são entendidos como facilitadores à adaptação à cultura brasileira e em ser brasileiros.

*“Eu acho que os meus avós, por parte da minha mãe, eu acho que tinham mais **uma preocupação de aprender língua, de se adaptar, de serem brasileiros.** Minha mãe fala sempre isso. **Como meu avô veio por escolha, ele aprendeu logo a língua, ele queria se adaptar, inclusive para tudo, religião, tudo.** Então, minha mãe... Ela foi criada, apesar de falar japonês super bem e falar mal português, ela achava que a gente tinha que ser católica, por exemplo. **Teria que frequentar igreja, porque, para ela, o brasileiro era católico. Então ela queria que eu fosse para a igreja fazer a primeira comunhão, me adaptar mesmo. Era uma forma de adaptar o filho à cultura.**”* (Entrevista com Bárbara, 2022)

Ao passo que, há o empenho em se adaptar ao Brasil, à cultura brasileira e em “se tornarem” brasileiros ao aderir a religião católica e em aprender a língua portuguesa, nota-se que os costumes e a cultura japonesa tornam-se mais presentes no ambiente da casa, em torno da família. Tanto Carolina quanto Bárbara relatam que a cultura japonesa e os costumes se fazem presentes quando estão com a família ou em ambientes que remetem aos costumes da família japonesa. Bárbara afirma que seu maior contato com a cultura japonesa era quando convivia com os avós, que são japoneses. Outro momento que percebeu sua relação com a cultura japonesa foi ao se deparar com costumes semelhantes relacionados a casa e

20 Escola de língua japonesa.

a alimentação que outras descendentes de japoneses também possuíam.

“Então eu nunca convivi muito, e o que eu carrego de mais forte da cultura japonesa e dos hábitos é dos meus avós maternos, com quem eu convivi muito quando eu era criança. Eu tive muito contato com meus avós, eles ainda estavam bem enraizados na cultura japonesa, eles liam jornal japonês, eles conviviam só com japoneses, falavam japonês em casa, então é onde eu tinha uma ligação mais forte com a cultura em si. [...] Mas uma experiência que eu tive quando fui morar no Japão, foi que eu morei com três meninas descendentes de japoneses, e o convívio com elas me fez perceber algumas ligações que eu nunca tinha percebido antes, algumas questões que elas carregavam também, de coisas domésticas, da casa, costumes alimentares, que eu também tinha, mas que eu nunca vi parecido em outras casas, em outras pessoas. E essa experiência que eu tive, que eu morei com três meninas também descendentes de japoneses, foi a primeira vez que eu tive esse contato e eu percebi “nossa, elas também fazem isso”, “elas também fazem aquilo”, sabe? Foi quando eu tive um momento de identificação com essa raiz japonesa.” (Entrevista com Bárbara, 2022)

Carolina comenta que percebe suas raízes e compreende de onde veio quando esteve presente no Japão. Lá, ela se depara com diversas características que lhe são familiares, como por exemplo, cheiros de pratos típicos japoneses, o espaço da casa e a composição espacial, mesmo não sendo o seu país de origem.

“E quando eu fui para o Japão, uma coisa que eu fiquei surpresa comigo, por eu achar que eu sou muito brasileira, é ter uma sensação de estar em casa. Os cheiros, a comida. Muitos descendentes, amigos meus descendentes, tipo terceira, quarta geração, falam a mesma coisa que a hora que volta para a Itália, volta para a Espanha e volta para Portugal, sente uma coisa de entender um pouco

da onde você veio. Então, quando eu fui para lá, eu entendi de onde eu vim. [...] A hora que eu entrei numa casa típica japonesa que a gente alugou em Quioto, parecia que eu estava entrando na casa da minha avó. A organização era igual, o espaço era igual, a forma de dispor as coisas era igual. Então era uma coisa meio ‘Ah, eu estou indo na casa da minha avó’. [...] A Lúcia teve a mesma sensação. A gente abriu o Skype para falar com os filhos dela e ela falou ‘Olha a casa do Jiichan²¹, é igualzinha.’ Ou seja, tem alguma coisa que a gente ainda carrega com essas ascendências. E aí a gente percebe nessas pequenas coisas, nisso que você está estudando, que é o espaço, a organização dele.”

Desta maneira, percebe-se que o ambiente do lar se apresenta não apenas como o espaço físico das tarefas domésticas e de cuidado, que até os dias atuais são majoritariamente realizadas por mulheres, mas também, para a mulher nipo-brasileira, é o espaço de encontro e convívio com a cultura nipônica.

21 Tradução de avô em japonês.

5

considerações finais

Por um longo período da minha vida, as questões colocadas pelo feminismo asiático, sobre preconceito amarelo ou até mesmo os estereótipos não eram vistos como um problema para mim. E como dito anteriormente, é possível até que pessoas amarelas não se sintam incomodadas ou não as considerem problemáticas. No entanto, quando expostas determinadas situações, como por exemplo, chamar qualquer descendente asiático de “japa”, dizer que para conseguir a vaga em um curso superior é preciso matar um japonês ou qualquer outro tipo de “piada”, percebe-se que não são apenas piadas, mas sim, há a compreensão de que existe uma raiz de onde surgem tais ideias xenofóbicas e racistas.

E para além destas falas e do entendimento destas pautas, que são tão necessárias e recentes, havia o interesse em buscar entender como estas pessoas amarelas eram compreendidas no espaço urbano da cidade de São Paulo, principalmente por ser a maior comunidade nipônica fora do Japão.

Assim, a princípio, o objetivo desta pesquisa era buscar a relação de mulheres imigrantes japonesas e suas descendentes com o espaço da cidade. No entanto, durante o seu desenvolvimento, através das entrevistas e da roda de conversa realizadas, percebe-se que as relações com a cidade pelo recorte racial não ocorrem de maneira pública. Devido ao processo histórico da imigração e o assentamento dos japoneses e nipo descendentes em território brasileiro houve diversas barreiras e problemas que tais imigrantes tiveram que enfrentar e que geraram a relação que estes indivíduos têm com a sociedade e com os espaços públicos e privados.

Historicamente, os imigrantes japoneses passaram por diversas dificuldades, desde a sua saída do Japão, passando pelo enfrentamento do choque cultural, a adaptação a essa nova cultura, costumes e alimentação, até chegar ao entendimento de que não seria mais possível o retorno ao seu país de origem — como era prometido — e, por fim, a aceitação e a busca por novos meios de se estabelecerem no Ocidente.

Durante esse longo processo, como visto nos capítulos anteriores, os imigrantes amarelos não foram a primeira opção

de escolha brasileira para compor a mão de obra que era tão necessária no período cafeicultor. Assim, quando chegam em terras brasileiras e percebem que não era o esperado, passam a enfrentar inúmeras adversidades. A começar pela barreira linguística, que por um lado, para alguns imigrantes, foi um fator decisivo para a sua adaptação e abasileiramento. Como apresentado nos relatos, há japoneses e descendentes que desejam se integrar o mais rápido possível na sociedade brasileira e por isso, em alguns casos, começam a abandonar certos costumes japoneses, como por exemplo, a língua.

O desejo em se adaptar e se abasileirar passa pelo viés de que descendentes de japoneses — ou qualquer outra ascendência asiática — ainda são vistos como o *outro*, como alguém de fora, e que, portanto, não são brasileiros. Essa percepção pode gerar o sentimento de não pertencimento por parte de nipo descendentes e para serem aceitos dentro da sociedade como brasileiros, percebe-se pelos relatos que muitos abandonam diversos costumes e hábitos da cultura japonesa. Isso ocorre tanto pela adoção da religião católica, predominante entre brasileiros, quanto pelo uso da língua japonesa apenas em locais em que há maioria asiática ou apenas nos lares, junto às famílias, como relatado anteriormente.

Portanto, através dos relatos das participantes desta pesquisa, identificam-se suas percepções como mulher nipo-brasileira sobre as relações para com a sociedade e com os ambientes públicos e privados. A partir destes relatos, é possível compreender que muitas relações com outros indivíduos estão pautadas sobre a forma que nipo descendentes são vistos por brasileiros não asiáticos, ou seja, em muitos casos, como indivíduos não pertencentes a este território. Dessa maneira, considerando as adversidades que o povo japonês passou durante esses quase 115 anos no Brasil, percebe-se que sua identidade cultural como nipo-brasileiro — que possui hábitos culturais tanto brasileiros quanto da cultura japonesa — fica resguardado no ambiente familiar, da casa ou com outras pessoas também descendentes de asiáticos. Além do fato de, assim como para todas as mulheres de outras

raças e etnias, estarem associadas ao ambiente doméstico e as atividades de cuidado.

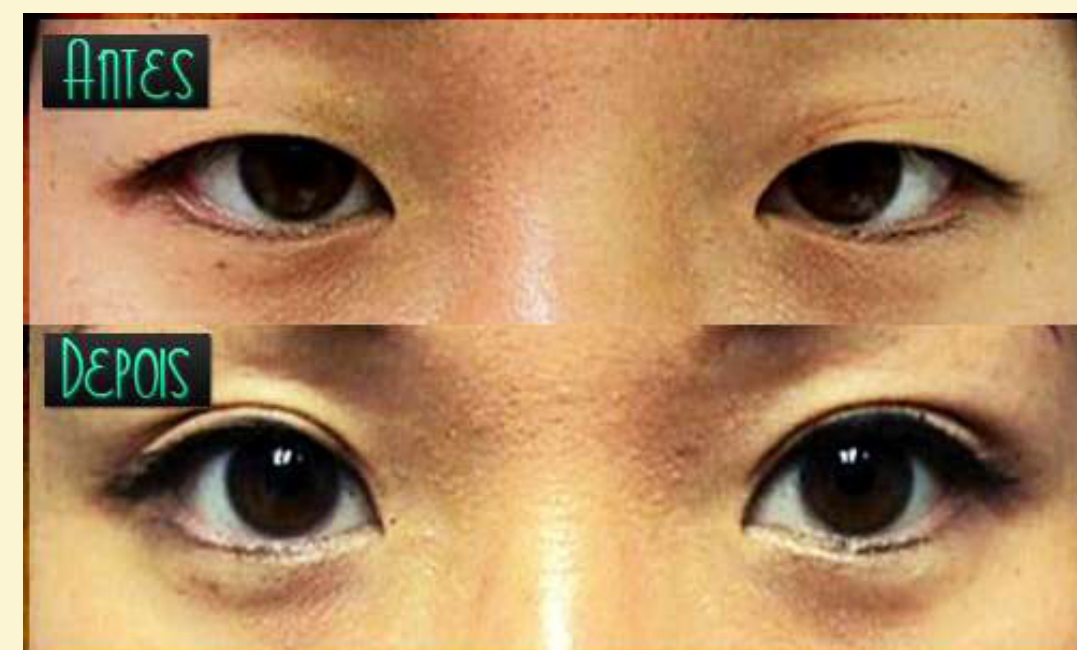
Com relação aos espaços públicos, entende-se que estes indivíduos são compreendidos em determinados casos como estrangeiros ou que não compõem parte da população brasileira. E para contornar este entendimento, busca-se o abraqueiramento através de toda e qualquer forma cultural que se pareça mais com um brasileiro do que com um asiático. Portanto, formas e expressões culturais japonesas são reservadas ao ambiente privado, enquanto que ao espaço público está reservado toda e qualquer forma de não expressão cultural japonesa, ou seja, a alimentação, a língua japonesa, os hábitos.

Uma questão encontrada nos relatos é que, as entrevistadas são mulheres mais velhas, que são filhas ou netas de imigrantes japoneses, e que, portanto, estas questões discutidas atualmente pelo feminismo asiático não são questionamentos que tiveram ao longo de sua vida. O debate sobre o preconceito com pessoas asiáticas, tanto amarelas quanto com asiáticos marrons, é muito recente e ganhou muita força nestes últimos anos, principalmente com a pandemia do Covid-19. Assim, é perceptível que durante a roda de conversa, o qual participaram jovens universitárias com idade abaixo dos 30 anos e que em sua maioria são netas de imigrantes, que estas ideias e a consciência do que é ser amarela no Brasil está muito mais em evidência para elas do que para mulheres mais velhas.

Assim, conclui-se que não há necessariamente um espaço ou localidade específica para mulheres nipo-brasileiras, mas sim, que o ambiente da casa ainda é de grande importância para nipo descendentes, onde eles passam a reproduzir e conviver com a cultura nipônica e compreender as suas origens, muito mais do que em qualquer espaço público.



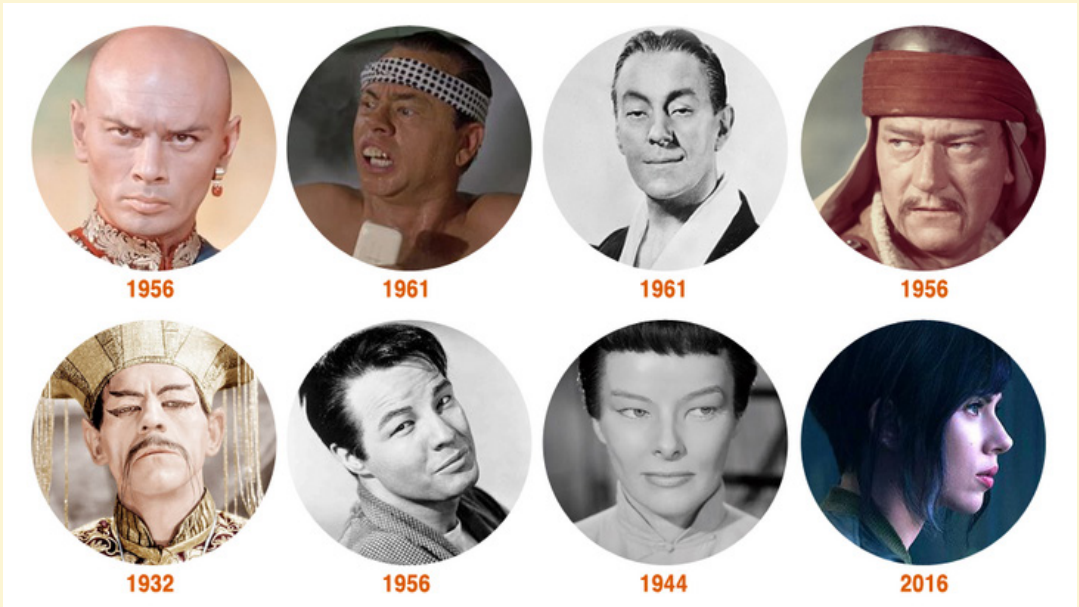
[Fig. 15 e 16] Pessoas não asiáticas fazendo gestos representando olhos puxados.



[Fig. 17] Cirurgia de ocidentalização dos olhos.



[Fig. 18] Propaganda de creme para clareamento da pele.



[Fig. 20] Whitewashing é a prática de embranquecimento de personagens, quando atores brancos representam personagens originalmente de outras etnias.



[Fig. 19] Imagens estereotipadas dos japoneses no livro "A ofensiva japonesa no Brasil", 1942.



[Fig. 21] Pouca representatividade de etnias nas mídias.



Fig. 22 a 28 - Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda na Universidade de Brasília realizado por Vinicius Chozo Inoue. Intitulado “A naturalização do racismo anti-asiático na sociedade digital brasileira”, o trabalho apresenta diversas falas direcionadas a descendentes de asiáticos que contribuem para o sentimento de não pertencimento e diversos questionamentos a sua própria identidade.

6

**referências
bibliográficas**

ABRAMO, P. **A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Librería Sete Letras / Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BARONE, A. C. C. et al. SL62 Raça e espaço urbano no Brasil. **Anais ENANPUR**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2505>. Acesso em: 27 jun. 2022.

_____. Introdução - Dimensões raciais da cultura material urbana no Brasil: a cidade como objeto de disputa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, p. 1-10, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e6intro1. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/156134>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BIROLI, F. **O público e o privado**. In: MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, p. 331-353, 2006.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995. Acesso em: 28 jun. 2022.

CONT, V. D. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CÓRDULA, A. C. C. et al. A dualidade entre o público e privado: entrefaces dos arquivos pessoais. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 8, p. 71-85, 2020.

CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. M.; SANTORO, P. F. O Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. In: Taciana Gouveira. (Org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. 1 ed. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008, v. 1, p. 60-75.

FREITAS, C. A. O. **Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI:10.11606/D.16.2019.tde-04012019-115910. Acesso em: 15 jul. 2021.

GARCIA, G. Para além do estereótipo: a arte brasileira por asiático-brasileiros. **Arte!Brasileiros**. São Paulo, SP, 30 out. 2020. Reportagem. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/reportagem/asiatico-brasileiros-preconceito-representatividade-decolonialidade-na-arte-brasileira/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **The Will to Change: Men, Masculinity, and Love**. New York: Atria Books, 2004.

KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. **IBGE Resistência e imigração**, v. 100, 2008.

LEONE, E. T.; PORTILHO, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 227-246, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11709. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11709>. Acesso em: 6 jul. 2022.

MADARIAGA, I. S. **Urbanismo con perspectiva de género**. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, v. 99, p. 10-27170, 2004. MONTEIRO, P. A produção feminista do espaço: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas. XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

MORI, K.; INAGAKI, B. Os concursos de beleza na comunidade nipo-brasileira e a imagem da mulher nikkei. **Revista de Estudos Orientais**, São Paulo, n. 6, p. 131-173, 2008.

NUCCI, P. Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945). **Cadernos AEL**, Campinas, Vol. 15, nº 27. p. 311-350, 2009.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/1989/09/16/territorios-negros-nas-cidades-brasileiras-2/>. Acesso em 28 jun. 2022.

SADER, A. P. C.; NICOLETE, J. N.; GOMES, M. F. As mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, p. 99-110, 2019.

SAKURAI, C. Dos passageiros do Kasato Maru aos aviões da Varig: quem eram os imigrantes? **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em 28 jun. 2022.

SAKURAI, C.; COELHO, M. P. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em 28 jun. 2022.

SANTORO, P. F. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu-MG. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, 2008. Disponível em: https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ABEP2008_1841.pdf. Acesso em 28 jun. 2022.

SANTOS, A. C. Fronteiras da identidade: o texto híbrido de Glória Anzaldúa. **Revista SURES**. Paraná, n.1, 2013, p.1-22.

SANTOS, C. C.; ACEVEDO, C. R. **A minoria modelo**: uma análise das representações de indivíduos orientais em propagandas no Brasil. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 281-300, ago. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SHIMABUKO, G. A. **A origem do Perigo Amarelo: Orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana**. 2016. 9 p. Dissertação (Graduação em História Geral) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP, Araraquara, 2016.

SHIZUNO, E. C. Bandeirantes do oriente ou “perigo amarelo”: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

SILVA, J. M. C. Deslocamentos na cidade sitiada. **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, v. 2, n. 9, p. 47-63, 2019. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/proa/article/view/3243>. Acesso em: 28 maio. 2022.

_____. O avesso da arquitetura moderna: domesticidade e formas de morar na habitação privada brasileira 1940-1960. **Contraste**, n. 3, p. 34-41, 2014.

SILVA, N. A.; FARIA, D.; PIMENTA, M. Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, v. 17, n. 1, 2017, São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional da Anpur**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-17.

SUZUKI, T. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 39, p. 57-65, 1995. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.voi39p57-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72056>. Acesso em: 28 jun. 2022.

TAKEUCHI, M. Y. **Entre Gueixas e Samurai – A Imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897 – 1945)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

UENO, L. M. M. O duplo perigo amarelo: O discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, n. 41, p. 101-115, 2019. DOI: 10.11606/ej.voi41.170435. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ej/article/view/170435>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Uma Epopéia Moderna: 80 anos de Imigração Japonesa no Brasil. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da imigração

japonesa no Brasil. Ed. Hucitec, Soc. Brasileira de Cultura japonesa, São Paulo, 1992.

VALDIVIA, B. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Hábitat y Sociedad**, [S. l.], n. 11, 2018. DOI: 10.12795/HabitatySociedad.2018.i11.05. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/5172>. Acesso em: 28 jun. 2022.

VALLE, L. Pandemia de covid-19 intensificou preconceito contra descendentes de asiáticos amarelos. **Portal de Cidadania do Instituto Claro**. 23 mar. 2021. Reportagens. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/pandemia-de-covid-19-intensificou-preconceito-contradescendentes-de-asiaticos-amarelos/>. Acesso em: 21 jun 2022

VIVEROS, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate feminista**, n. 52, p. 1-17, 2016. DOI: 10.1016/j.df.2016.09.005. Disponível em: https://debatefeminista.cieg.unam.mx/df_ojs/index.php/debate_feminista/article/view/2077. Acesso em: 28 jun. 2022.

WAWZYNIAK, S. M. S. **Histórias de estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/19142>. Acesso em: 01 jul. 2022

7

anexos

ANEXO 1

Entrevista com Aline (nome fictício)

Aline: O meu nome é Aline. Nasci em São Paulo, mas meus pais são *issei* e eu sou *nissei*. Meus pais vieram do Japão quando crianças. Na verdade, meus avós que vieram e trouxeram os meus pais junto. Os meus pais se conheceram aqui no Brasil, em São Paulo mesmo, mas os dois são de Tóquio. Ambos eram de famílias que não tinham experiência em agricultura, o que é uma coisa diferente. Se não eram agricultores, por que vieram? Por exemplo, o meu avô, pelo lado da minha mãe, era dentista e ele veio para a colônia aqui, pra ser dentista. Do outro lado, meu avô por parte do meu pai era carpinteiro de templos, sabe? No Japão se chama *Mia Daiko* e é uma carpintaria diferente que só constrói templos. Aquele negócio de encaixe, que não usa parafusos. E porque uma pessoa assim veio para o Brasil? Porque também teve o seu drama. Então cada um tem um drama para vir aqui ao Brasil. Nem sempre vieram por questões financeiras ou de trabalho.

Lilian: Você sabe quando seus pais vieram para o Brasil e se eles já tinham alguma família aqui?

Aline: Não tinham ninguém, não conheciam ninguém. O meu avô materno chegou em 1933 e entrou em Bastos. Já o meu avô paterno, chegou em 1935 e entrou na região de Mogiana, um lugar chamado São Simão. Mas, os dois (avôs) não ficaram muito tempo lá porque, como disse, não eram agricultores e não sabiam fazer nada de agricultura. Então, eles ficaram pouco tempo nessas fazendas em que eles foram trabalhar e vieram logo para São Paulo. Meu pai, não sei exatamente a idade que ele veio para São Paulo, mas ele já trabalhava. Trabalhou no consulado do Japão e depois na Cooperativa Agrícola Sul Brasil até seus 50 anos. Depois foi diretor da Mitsui Fertilizantes, uma empresa japonesa de fertilizantes,

já que ele trabalhava na cooperativa. Então, esse assunto de cooperativa e de agricultura, ele sabia, e foi trabalhar lá e foi diretor e ele aposentou lá como diretor superintendente.

Meu avô também veio para São Paulo logo depois da guerra. Depois, meu tio, irmão da minha mãe, conheceu o meu pai que também trabalhava no consulado e assim, apresentou a minha mãe. Foi assim que eles se conheceram e casaram. Eu nasci aqui também, e a gente não tinha parentes no interior [de São Paulo]. Então, nas férias, quando eu era criança, todo mundo ia para o interior, porque tinha *obaachan*, tinha a tia, e eu não tinha pra onde ir, e por isso, as férias eram tristes. São três meses sem escola, amiguinhos e sem onde ir. Então, o interior, para mim, sempre foi um ponto que eu queria conhecer. Queria ir.

Lilian: É diferente, porque muitos japoneses vão para o interior, por causa da agricultura. E você sabe se foi difícil a adaptação aqui? Porque é um país completamente diferente. Para se adaptar à língua, como era essa relação com as outras pessoas? Era mais com outras famílias japonesas que também moravam aqui? Ou já tentaram criar relações com outros brasileiros por causa do comércio?

Aline: Como meu pai trabalhava na Cooperativa Agrícola Sul Brasil, ele saía cedo de casa, umas 6 horas, e voltava no fim da tarde, quase à noite, por isso passava o dia fora. Então era só minha mãe, e ela, sendo dona de casa, não falava português, não falava quase nada. Acho que ela sabia falar “quanto é?”, só essas coisas. Então, desde criança ela me incumbia pra ir lá comprar carne, pra ir à padaria, desde criança.

E também me lembro que fiquei bastante impressionada com o que aconteceu quando nós mudamos de casa. Estávamos morando em Pinheiros e mudamos de uma casa para outra. Com isso, tinha que mudar a escola, porque muda a área que atinge escolas públicas que a gente estudou. Eu tinha que fazer a transferência dos meus irmãos. Eles têm um ano só de diferença comigo, mas eu era mais velha. Então eu tive que

ir lá com os meus dez, onze anos, pra falar na escola sobre a transferência, perguntar como que faz e o que precisa. E eu me lembro da diretora falar assim “Não, tem que vir os seus pais aqui, o pai ou a mãe.” Eu falei “meu pai sai cedo pro trabalho e a minha mãe não fala nada, não entende nada”. E aí acho que ela ficou com dó e me deixou fazer. Me deu o papel, o formulário e levei lá em casa para o meu pai preencher a noite e, no dia seguinte, levei de novo para a escola.

Então, até essas coisas, a gente fazia desde criança. Porque a minha mãe não falava português e ela também não fez nenhuma questão de falar. Eu acho que as pessoas que tinham comércio aprendiam na marra, conversando com as pessoas. Mas a minha mãe não saía muito. Ela tinha três filhos pequenos e não tinha muito pra que sair, né? Então não aprendeu o português nem fazia muita questão de aprender. E o convívio dela, realmente, sempre foi só nos meios japoneses. Ela começou a fazer a cerimônia do chá ou foi aprender corte e costura, mas com japoneses, com livros japoneses.

Lilian: E como foi para a senhora, que já teve que ter o contato com as duas línguas?

Aline: É a nossa vida, desde criança é assim. Eu lembro que quando eu era criança, nós entramos na escola japonesa, que é o "*youchien*". A gente começou em *Nihongo Gakko* então, a primeira língua que eu aprendi foi o japonês. Primeiro, porque a minha mãe só fala japonês, e segundo porque fui estudar na escola japonesa. Então, no *Nihongo Gakko*, estuda *nihongo*² e depois é que eu entrei no primário. E eu lembro que, no dia que eu entrei no primário, eu não sabia nada de português, quase nada. E também não entendia nada que ela estava escrevendo na lousa, não sabia nada. Eu entrei assim, sem saber nada e, antigamente, não tinha esse negócio de pré, sabe. Já ia direto no primeiro ano do grupo escolar, que é o primário. Aí eu

1 Escola primária.

2 Língua japonesa.

lembro que na lousa, a professora escrevia em letra corrida e não entendi nada.

Um pouquinho antes de começar a ir para a escola, lembro que meu pai comprou um livro de alfabetização, pequeno, bonitinho, todo enfeitado, desenhado. Mas era tudo letra de forma, letras impressas e livro mesmo. A letra corrida eu nunca tinha visto. Eu lembro que eu mesma custei muito para aprender. E aí começou a minha vida de estudar em casa. Eu voltava da escola e trabalhava. Além da escola, ciente de que precisava estudar isso, escrevendo várias vezes. Então vários cadernos que eu fiquei treinando e escrevendo todos esses alfabetos na letra corrida. Então foi assim. Uma das coisas que eu achei bem chocante para mim, era o jeito que falavam. Eu achava que a professora gritava, era um jeito meio gritado de falar que eu nunca tinha ouvido e eu morria de medo. Achava que ela estava brava por algum motivo, e também aconteciam coisas que eu não entendia por que isso acontecia.

Por exemplo, antigamente tinha inspeção de piolho. Acho que talvez ainda exista. Mas aí, entrava uma mulher de avental branco e todo mundo abaixava a cabeça. Todo mundo tinha que ficar deitado na carteira. E aí a mulher passava e olhava os cabelos pra ver se não tinha piolho. Ela separava as pessoas e ficavam enfileiradas lá na frente, depois ela levava para algum lugar, que eu também não sabia onde. Às vezes uma delas voltava quase careca, cortavam o cabelo delas. Eu pensava "nossa, o que acontece aqui parece filme de terror", porque eu não entendia, não sabia nada, não sabia por que que elas eram levadas, por que o cabelo era cortado e que elas estavam chorando. Eu não entendia nada e ficava meio assustada, com medo e traumatizada.

E também a mesma coisa acontecia, faziam fila de não sei quantas. No começo eu não sabia também o que era. Era inspeção de dente, porque quando você tem sete anos você está mudando o dente, né? Daí, as meninas voltavam de lá com chumaços de algodão de sangue. Eu morria de medo. Até que chegou a minha vez. Aí eu vi que era o dentista que inspecionava o seu dente, provando que não tem cárie. Daí

quando tem um dente já meio balançando, eu acho que ele arrancava. Na época, eu acho que o meu ainda não estava a ponto de tirar. Quando eu falei pro meu avô, que era dentista, eu falei das meninas, com chumaço de algodão sangrando. Provavelmente, tiravam esses dentes. Eu contei essa história e meu avô falou "nossa, mas não precisa tirar". Daí a minha mãe achou que seria melhor que meu avô tirasse, do que numa escola sabe-se lá do jeito que estão fazendo. Então são alguns traumas da infância, por não saber a língua. Mas no fim foi tudo bem. No fim, foi divertido.

Lilian: A senhora falou que já morou em Pinheiros. Quais outros lugares costumava frequentar? Ou que já tenha morado? E a senhora se sentia confortável nesses lugares? Porque tem muitas vezes que vamos em lugares e somos vistas como uma estrangeira. Nós, que somos descendentes de japoneses, muitas vezes somos tratados como estrangeiros, como se um não fôssemos daqui, sendo que eu nasci aqui, minha mãe nasceu aqui. Então, como a senhora se sente em relação a isso nesses espaços? Como a senhora se sente? Se considera brasileira, nipo-brasileira, japonesa?

Aline: Na verdade, como a minha mãe, não falava japonês e, também, o pouco que ela tinha de convívio era só com pessoas japonesas, inclusive, lá em Pinheiros, não sei se você sabe por ser nova, mas lá era um bairro de japoneses. Eu lembro que todas aquelas ruas, Martim Carrasco, Cardeal Arcoverde, Largo da Batata... Aquela região era só de japoneses. Tinha uma rua, acho que Martim Carrasco, acho que não tinha loja de brasileiros. Todas as lojinhas eram de japoneses. Começava a rua com uma casa de quitanda, depois tinha barbeiro, cabeleireiro, lojinha que vende papelaria. Tinha na própria Cardeal. Lá tinha a própria Kitano, casa de tecidos, loja Mizumoto, loja de comércio de doces, fotógrafos japoneses, peixeiro, loja de secos e molhados. Enfim, é porque lá tinha a Cooperativa Cotia e nela vinha muita gente do interior. Acho que eram de Cotia, Caucaia, dessas regiões. E é por isso que

todo o comércio na região cresceu bastante. Só tinha loja de japoneses. Então a gente viveu num lugar assim, além de ir pra *Nihongo Gakko*... Até o taxista era japonês, pai de uma amiguinha. Então, era um bairro muito japonês. Por isso, para essas compras de hortaliças, por exemplo, a minha mãe ia ela mesma fazer essas compras, porque dava pra falar em japonês. E acougue e padaria que eu ia, porque eles não falavam japonês.

Então, a minha relação com a cidade, o bairro de Pinheiros eu vivi lá desde que eu tinha cinco anos. Até casar eu morei lá. Então é um bairro que faz parte do meu cenário de lembrança da cidade. E o crescimento que teve essa cidade. Por exemplo, eu morava inicialmente na Rua Padre Carvalho. E aquela rua tinha um grande pedaço de terra que era plantação de alfaces e legumes, que era de japoneses também. Hoje ninguém pode imaginar, né? Se eu não me engano, era na Ferreira de Araújo. Então, essa horta pegava as duas ruas, da Padre Carvalho até a Ferreira de Araújo. Imagina! Hoje é cheio de prédios e casas. Mas antigamente era uma rua tranquila, que tinha uma grande área de plantação e verde, com plantação de hortas e hortaliças. Eu lembro também que, antigamente, na minha infância, por exemplo, leite, eles eram distribuídos na porta, e era leite de vidro.

Mas era uma rua tranquila. As pessoas passando de cavalo. As pessoas vão vender coisas, né? Então é um cenário que eu tenho de infância, da cidade ou do bairro. Não é que seja campestre, mas é bem tranquilo. Uma imagem que se parece até mesmo ser um pouquinho cidade do interior, porque eu acho assim que era bem pacato. As crianças podiam brincar na rua, soltava pipa. Eu lembro que meu irmão jogava bolinha de gude no chão com os amiguinhos. Então era uma vida bem tranquila.

Depois de casada, eu morei um pouquinho no Sumaré, numa travessa da Alfonso Bovero. E essa rua vai dar na Paulista. É o Espigão da Paulista. Então, é o lugar mais alto na verdade da cidade. E eu lembro que a gente morava em apartamento e da minha janela dava pra ver a Serra da

Cantareira inteirinha, e à noite, a gente até ouvia o trem passar lá embaixo, lá na marginal. Lá na Paes de Carvalho, quando eu morava em Pinheiros, da minha janela, dava pra ver o Pico do Jaraguá, tanto que eu lembro de ter desenhado da minha janela o dia que ia me mudar. E depois, mudando para Sumaré, a gente via melhor mesmo, porque era um lugar alto e era prédio. Então, a gente via toda a Serra da Cantareira, achava lindo aquilo lá. Enfim, essas cenas que a gente situa São Paulo como um lugar cercado pela Serra da Cantareira, a gente só tem noção quando mora num lugar alto. Porque, morando em São Paulo, na cidade, e não vendo isso, a gente não consegue sentir o que é a cidade de São Paulo. Só vendo em lugares altos mesmo que você vai ver, na verdade, que aqui é cercado por todo lado pela Serra da Cantareira. É isso que eu acho uma pena da cidade, que você perde a leitura da cidade por causa dos prédios.

Lilian: Então a senhora costuma ficar muito por essa região de Pinheiros, pela Paulista? Gosta de ir à Liberdade também?

Aline: Então você sabe que Pinheiros, depois que eu me mudei, quase nunca mais fui para lá. Lá foi se transformando muito depois que abriu a Faria Lima. Eu acho que ali mudou totalmente. Quer dizer, pra mim já é outro bairro, não é o Pinheiros que eu conhecia. Então, para mim eu não tenho nenhuma vontade também. Se não for uma necessidade, nem vou. E quanto à Liberdade? Liberdade também, né? Geralmente, quem é oriental vai muito lá e faz compras lá. É que eu não gosto muito de lugar que tem muita gente. Então eu quase não vou. Eu gostaria de comprar os produtos, mas só vou de vez em quando, uma vez em seis meses. E é porque eu preciso de algum produto que só tem lá, e quando vou, já compro bastante, porque eu não quero voltar mais.

Lilian: Então a senhora vai mais lá por causa do trabalho, por causa do museu?

Aline: Isso. Hoje, por causa do Covid e de estarmos sempre online, a gente não vai todo dia. Só vou quando tenho algum compromisso, e quando a gente vai para o museu, lá perto também tem um comércio, então eu compro tudo lá perto.

Lilian: E tem algum lugar que a senhora acha que é mais frequentado por mulheres japonesas, descendente de japoneses, onde se sentem mais confortáveis de ir? Ou acredita que não tem um lugar específico para essas pessoas, para essas mulheres?

Aline: Eu não sei muito, justamente porque eu acho que essa pandemia atrapalhou bastante. Nós paramos de ter encontros também com amigas. Eu já não fazia programas assim, porque em primeiro, não temos muito tempo. Mas eu acho que muita gente vai lá para o *Bunkyo*³ mesmo, que é sede da cultura japonesa e tem vários cursos. Então, por exemplo, sábado mesmo estava cheio de gente fazendo curso de *ikebana*⁴, de mulheres. Se bem que hoje não são nem *nikkeis*, né? Muitas brasileiras também estão indo aprender, mas tem *nikkeis* também. Então, ali, por exemplo, quem faz a cerimônia do chá ou quem quer aprender dança *kabuki*, tem curso também.

Essa facilidade de você ter diversos cursos acho que talvez seja um ponto interessante para você ir, porque vai além do museu, né? Eu acho que as pessoas, mulheres, principalmente, por exemplo, depois que os filhos crescem, saem para procurar alguma atividade. E nesse sentido, eu acho que um lugar como o *bunkyo*, na verdade, deveria ter mais outros cursos. Mas, por exemplo, tinha *shodo*, que é uma coisa interessante. Eu cheguei a fazer o curso de *shodo*⁵, mas era com uma professora particular. Eu e algumas amigas contratamos e fizemos um pouquinho de *shodo*, então eu acho que poderia ter esse tipo de curso lá. Ah! Tem de culinária lá agora. Tem

3 Associação cultural.

4 Arranjos florais em japonês.

5 Caligrafia com pincel.

muita gente assistindo também o curso de culinária japonesa, que é dado lá no centro de gastronomia, também lá no *Bunkyo*. É bom, porque daí você vai aprender. A gente sabe algumas receitas caseiras, mas aí, de repente, você vai aprender uma receita nova. Então, têm esses cursos, e por isso eu acho que o Bunkyo é um lugar bom. Tem biblioteca, parece que é bem frequentado também e tem muitos grupos japoneses lá. Então é um lugar bom para juntar japoneses e japonesas também, que gostam de atividades que tem a ver um pouquinho com a cultura japonesa.

Lilian: É um bom ponto de encontro para encontrar pessoas. Acho que era isso mesmo das perguntas que eu tinha para conversar. Muito obrigada.

Aline: Uma dica para você é que, por exemplo, nós do museu, criamos um projeto em contato com Vancouver, no Canadá, e eles estão fazendo um grande projeto, em que entramos também, nós do museu, representando o Brasil, e somos em cinco: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Brasil e Japão. Nesse projeto, eles estão discutindo os problemas que os imigrantes japoneses tiveram em cada país para onde eles migraram. E eles querem entender o que acontece com um imigrante, que é uma pessoa que vem de fora para um país. Eles pegaram uma faixa específica para analisar o que acontece com o imigrante, que é dos anos 40, por causa da guerra. Porque eles podem discutir muito sobre essa época, né? Então, principalmente Estados Unidos e Canadá, que tiveram confinamento, que foram para campo de concentração, eram fechados, tinham que ficar lá e viveram lá o período da guerra. Eles querem saber, então, sobre discriminação racial nesses países, contra os imigrantes, porque não são pessoas daquela terra. E aí eles querem comparar, por exemplo, se Estados Unidos foi pior, ou Canadá também. Porque muita gente não só foi confinada no campo de concentração e sofreu com a discriminação racial, mas também por causa da guerra. Eles perderam tudo. Quem tinha fazendas não tinha mais, quem tinha comércio não

conseguia voltar mais. Então, perderam muita coisa naquela guerra.

E em relação a isso, o interessante é que a gente vai vendo que aqui, nós no Brasil, não tivemos muito esse problema, assim, tão grave, porque aqui ninguém foi obrigado a ir para um campo de concentração. Lá era assim, você tem 24 horas para fazer uma malinha, podia levar uma mala e você tinha que ir. Então é muito diferente. Nós não tivemos isso. Algumas pessoas que moram na região litorânea, como Santos, foram obrigadas a sair de lá em poucos dias. Em tal dia tinham que pegar o trem e ir para o interior, uns quinhentos quilômetros no interior da costa. Ninguém que era do Eixo poderia ficar morando na região costeira. E aí eu conheci gente que realmente foi obrigada a sair de Santos e foi para o interior.

Então, esse tipo de problema os imigrantes japoneses do Brasil também tiveram durante a guerra. Mas era por um período pequeno da guerra. A discriminação foi forte nessa época, mas assim, não tanto quanto foi nesses outros países. Então eles também sentem “nossa, no Brasil não foi tanto assim”. Nós sabemos da concentração lá nos Estados Unidos, porque realmente é um assunto que virou filme também, todo mundo conhece. Mas é uma história difícil. E essa comparação entre diversos países, o que aconteceu com o imigrante, no caso, o japonês, porque o tema é muito, muito forte, muito claro. E até hoje isso se arrasta, porque *Asian Hate* existe nos Estados Unidos até hoje. É um grande problema e esse tipo de discriminação que acontece principalmente nos Estados Unidos, que é um país mais difícil, eu acho que assim aqui no Brasil não existe. E eu acho que a gente tem que enfatizar que no Brasil nós temos pouca discriminação. Quando você vê os outros países, você vê que é muito diferente, sim, apesar de que, como você disse, a gente está andando e as pessoas olham você como oriental. Nós somos, né? Mas eu acho que assim, ser oriental, hoje, aqui no Brasil principalmente, é visto de uma forma boa, positiva. Eu acho pouco negativo. Porque nos Estados Unidos eu tenho uma amiga que mora lá e ela estava

dizendo que, principalmente no interior, eles ainda são muito racistas. Não gostam de asiáticos, de amarelos que eles dizem, né? Então, esse tipo de problema que acontece dá para ser comparado. E valorizar, por exemplo, o que acontece no Brasil. Eu acho que o Brasil, até pela dimensão, as pessoas que moram aqui já é muito variado, são muitas raças que moram aqui. Então a gente vê que entre árabes e judeus não tem guerra, aqui dentro, não tem briga. Pelo menos não declarado, porque chineses e japoneses também poderiam estar brigando. Mas aqui não existe esse tipo de briga direto ou discriminação com chineses.

Aline: A gente vai no restaurante chinês né. Não têm esse problema, inclusive todo o comércio da Liberdade, são chineses, né? Então, eu acho que esse tipo de discriminação não existir, é um ponto forte, bom do Brasil, que eu acho que a gente tem que enfatizar mais, sabe? Porque na verdade, o Brasil eu acho, que é um exemplo de país multicultural. E multiracial, né? A religião também, podem viver pessoas de burca ou pessoas budistas, árabes, judeus ou budistas. Todos podem viver tranquilamente aqui. Eu acho que essa é a imagem do Brasil e é esse mais ou menos o que a gente está dizendo nesse encontro com o Canadá. E existem vários campos que vão estudar esse problema da imigração em outros países, porque a imigração até hoje ainda é um problema. O próprio Brasil, recebe muita gente da Venezuela, tem vindo muita gente aqui para o Brasil também. Então, o problema de imigração é um problema que existe ainda hoje e que todo mundo quer saber como resolver isso. No próprio Japão, *dekasseguis* é um imigrante. Eles têm problemas, então todos querem saber como harmonizar isso. Eles precisam de imigrantes, precisam da mão de obra, de gente para trabalhar. Mas o convívio cultural, às vezes, é conflitante, como esse que existe nos Estados Unidos, do *Asian Hate*. Para não acontecer isso, o que precisa, né? Então eu acho que o Brasil é um modelo de país que recebe vários imigrantes e eles são bem recebidos. Eu sei que até venezuelanos que chegam refugiados são bem

recebidos. Eu acho que esse exemplo do Brasil multicultural é uma coisa boa para ser tratada.

E eu acho que, como você está falando sobre discriminação, como são tratadas as mulheres de orientais ou asiáticos, que são um segmento, e como convivem com a cidade, é um tema já relacionado e que eu acho interessante mostrar mesmo a relação com a cidade, já que você é arquiteta. E a cidade, como se comunica com esses bairros orientais que existem também em outros países? Como funciona o bairro oriental? Hoje é um ponto de atração muito forte. Fim de semana você nem consegue chegar lá de tanta gente. Aquela Rua Galvão Bueno, eu já quis propor lá, por exemplo, por que a Rua Galvão Bueno não pode ser só de pedestres? Muito mais amigável para todo mundo. Se sabe que tem grandes avenidas de escape, como a própria Liberdade e o de baixo, a Glória. Eu acho que deveria ser criada essas cidades, mais para pedestres, nos lugares que as pessoas possam frequentar, já que todo mundo gosta de lá.

Lilian: De maneira segura né.

Aline: Seguro, e simpático para todo mundo. E amigável, para que você possa caminhar sem cair, por exemplo. Não é amigável para idosos, por exemplo. Porque tem muito idoso que vai para lá, né? Que gosta de morar também no bairro. Então, porque não transformar aquilo em um bairro um pouco mais amigável para todos, já que é amigável como cultura, ser também para circular? Então, tem até a igreja lá dos enforcados, que é dos negros, né? E até outro dia uma pessoa estava falando que ali o bairro da Liberdade, era dos negros. Mas isso também tem que olhar a história. Porque antigamente, quando era um descampado que não era nada, longe do centro, porque a Igreja da Sé está ali perto, mas antigamente, da Sé para trás era mato. E lá enforcavam se escravos. Então era um lugar que, provavelmente, não tinha comércio, não tinha residência, não tinha nada. E começa a ter algumas casas ali perto porque é muito próximo do centro

também, né? Os japoneses começam a morar lá na Rua Conde de Sarzedas, lá que começa a morar, porque exatamente ali tinha a casa, o palácio do Conde de Sarzedas, que era um conde cafeicultor. Os japoneses começam a alugar pequenas casas que tinham ali, na Rua Conde Sarzedas, e começam pequenos comércios lá, pequenos cafés para receber imigrantes que vêm. O próprio japonês, que veio do interior para São Paulo fazer compras e, não podendo ficar num hotel, eles queriam ficar onde estava o japonês. Tinha comida japonesa e podiam falar em japonês, justamente o problema da língua. Eles não queriam pousar num hotel brasileiro, porque até para falar é difícil. É assim que começa o comércio. Então eu acho que tratar o assunto da cidade, da imigração multicultural, multirracial, eu acho que é um programa interessante para você fazer mesmo.

ANEXO 2

Entrevista com Bárbara (nome fictício)

Bárbara: Meu nome é Bárbara, tenho 37 anos, sou arquiteta e urbanista. Minha família é descendente de japoneses, meus 4 avós nasceram no Japão e vieram para cá. Não, na verdade, meus avós paternos e meu avô materno. Minha avó materna já nasceu aqui, mas ela foi naturalizada japonesa. Minha família é de São Paulo, do interior de São Paulo. A geração dos meus avós veio para cá, minha mãe nasceu em São Paulo (município) e eu também, na Zona Leste, Vila Carrão.

A história dos meus avós paternos é que eles vieram do Japão e foram direto para uma região que acho que chama Alta Paulista, na região de Presidente Prudente. Eles trabalhavam como agricultores, mas meu avô tinha uma fábrica de refinamento de café, uma coisa relacionada a isso. E meu pai nasceu lá, numa cidade que se chama Adamantina. Ele foi estudar em Araçatuba, uma outra cidade, para terminar o colegial, e veio para São Paulo trabalhar. Depois ele trouxe a família para São Paulo.

Já a família da parte da minha mãe, meus avós são primos de segundo grau. Eles vieram para o Brasil e foi um casamento arranjado dos dois, lá no interior mesmo. Meu avô é o filho mais velho e minha avó é a filha mais velha, e (o casamento) foi arranjado entre os primos — o pai do meu avô e o pai da minha avó. Isso aconteceu também com uma irmã da minha avó e o irmão do meu avô também, de se casarem. Eles ficaram casados a vida toda.

E eles eram uma família de agricultores, eles plantavam, logo que eles chegaram em Santos eles já foram direcionados para o Noroeste Paulista, que é uma região depois de Araçatuba, na divisa com o Mato Grosso do Sul, em uma cidade que chama Mirandópolis, mas na zona rural. Essa área, não sei se você conhece, mas é uma região que tem bastante descendentes japoneses que foram direcionados para lá, tem

até uma comunidade bem forte que se chama Yuba, que é uma comunidade que trabalha em um sistema mais de cooperativa. E esse bairro na zona rural se chama Aliança, por conta da aliança Brasil-Japão.

Depois que meus avós se casaram, eles foram para São Paulo, para a Vila Carrão, e abriram um comércio, um mercadinho. Ali eles ficaram, minha mãe nasceu ali.

Lilian: Seus pais vieram para cá mais para trabalhar? E você já nasceu aqui em São Paulo?

Bárbara: Então, meu pai veio para São Paulo para terminar o colegial e para trabalhar. Ele foi fazer o ensino fundamental lá em Araçatuba, em uma escola, e veio terminar o colegial aqui e já trabalhar, porque aqui tinha mais condições de trabalho. Mas ele veio novo, acho que com 16 anos chegou em São Paulo, foi morar na Liberdade, em uma pensão. Eram 3 beliches só para homens, e um banheiro. Ele terminou a escola, trabalhava dia e noite. Ele queria fazer faculdade de Administração de Empresas e passou na FGV, porque lá tinha um esquema de bolsas bem forte. Ele fez a faculdade com essa bolsa, e conseguiu terminar o curso. Mas meu pai veio para trabalhar e minha mãe nasceu aqui já. Meus avós também vieram para trabalhar.

Lilian: E você sabe como foi a adaptação logo que seus avós vieram? Porque aqui é muito diferente do Japão, eles tiveram dificuldades, apoio de alguém conhecido, do governo japonês — porque teve uma época que eles (japoneses) tiveram essa ajuda — você sabe como foi isso para os seus avós e para os seus pais?

Bárbara: Eu acho que eles tiveram ajuda do governo, mas eles começaram do zero, e eles acabaram se unindo muito com os outros imigrantes também. Acho que tinha uma coisa bem forte dos imigrantes se juntarem. Tanto que essa coisa dos meus avós maternos serem primos, acho que foi isso de fortalecer (a comunidade). Mas eu acredito que tenha tido ajuda do governo sim, eu só não sei o quê exatamente.

Quando meus avós vieram para São Paulo, lá na Vila Carrão era um lugar que tinha muitos imigrantes, não só japoneses — inclusive tem uma comunidade forte Okinawa lá, minha família não é Okinawa, mas ali na região tem bastante Okinawa — e lá tem muitos descendentes de imigrantes portugueses e italianos também. O que minha mãe sempre fala é que tinha uma troca muito grande entre esses imigrantes, um cooperativismo digamos assim, porque todos eram imigrantes e eles se ajudavam, tinha uma troca entre eles. Por exemplo, minha avó fazia comida japonesa e eles experimentavam, os outros também faziam comidas que eles estavam acostumados, então tinha essa troca entre eles. Isso é bastante interessante aqui de São Paulo especificamente.

Lilian: Acho que estabelecer esses contatos com outras pessoas que não são descendentes (de japoneses), outros japoneses, era mais difícil mesmo, pelo que eu tenho visto. Agora, partindo um pouco mais para você e sua relação com os espaços, como é a sua vivência aqui em São Paulo, você costuma ir para vários lugares ou você costuma estar sempre nos mesmos lugares? Por exemplo, você costuma vir aqui para a Liberdade ou lugares tipo Bom Retiro que também tem bastante descendentes de coreanos, se a sua vivência é mais em espaços que tem maioria de descendentes de asiáticos ou se independe disso, e como você se sente nesses espaços? Porque uma coisa que eu sinto é que às vezes pessoas asiáticas, descendentes de asiáticos, são tratados como se fossem estrangeiros, a gente não é considerado brasileiro. Eu vou entrar um pouco nessa questão no meu TFG, de que aqui eu não sou considerada brasileira, mas se eu vou para o Japão eu não sou considerada japonesa, então que espaço que me pertence, sabe? Como você se sente em relação a isso? Você sente essa mesma coisa ou você acha que não tem isso, como que é para você?

Bárbara: Eu cresci muito fora da comunidade e da cultura japonesa. Eu estudei em uma escola que não tinha descendentes japoneses, era eu, minha irmã e mais duas outras

irmãs que tinha na escola inteira. Então eu nunca convivi muito com japoneses. O mais próximo que eu tinha de vivência enquanto criança era com primos e primas, que eram da família.

A minha mãe tem uma questão muito específica, porque de certa forma ela nega um pouco essas origens. Eu acho que tem uma questão muito forte nela de uma ocidentalização, isso se reflete tanto nessa questão de ter colocado a gente em uma escola que não é japonesa, não ter colocado a gente em uma escola para aprender japonês, como minha mãe e meu pai fizeram *Nihongo gakko*. A gente não tem nome japonês, nem eu nem minha irmã, a gente tem nome só brasileiro. Até mesmo procedimentos estéticos, minha mãe fez o negócio no olho das dobrinhas, fez uma cirurgia plástica, ela fez um enchimento no nariz, na parte de cima. Então eu percebo nela várias tentativas de ocidentalização, não só nela mas um pouco na nossa formação, minha e da minha irmã.

Então eu nunca convivi muito, e o que eu carrego de mais forte da cultura japonesa e dos hábitos é dos meus avós maternos, com quem eu convivi muito quando eu era criança. Eu tive muito contato com meus avós, eles ainda estavam bem enraizados na cultura japonesa, eles liam jornal japonês, eles conviviam só com japoneses, falavam japonês em casa, então é onde eu tinha uma ligação mais forte com a cultura em si. Eu nunca tive essa coisa de amigos descendentes de japoneses, então de certa forma eu me sentia um pouco esteticamente fora do padrão, por não estar convivendo com outras pessoas parecidas comigo. Mas isso nunca foi uma questão para mim.

Quando eu estava na FAU fui fazer um *arubaito* e eu senti pela primeira vez essa questão que você colocou, de que aqui eu sou vista como japonesa e quando eu cheguei no Japão as pessoas olhavam para mim e já sabiam que eu não era japonesa, pela cor da pele, pela forma de falar, gesticular, então as pessoas batiam o olho e já sabiam que eu não era. Quando eu voltei para o Brasil eu senti um pouco esse conflito de identidade, de que aqui eu sou japonesa e lá eu sou brasileira. Foi a primeira vez que me bateu isso mais forte.

Mas sinceramente em São Paulo eu não sinto uma discriminação, não sinto uma diferenciação pelo fato de eu ser amarela, descendente de japoneses. Eu acho que a própria construção da minha formação e o lugar de onde eu venho me colocam em um lugar de branca, dos espaços que eu ocupo. Então eu acho que é muito diferente quando se fala de uma discriminação aos negros e de uma discriminação aos amarelos. Eu não me sinto oprimida nos espaços, não sinto que eu não devo estar em alguns lugares que eu estou, não me sinto discriminada, não me sinto oprimida com ameaças que dizem respeito a minha raça especificamente como os negros e as negras. Isso, na verdade, é uma questão que eu nunca elaborei muito, nunca desenvolvi muito essa questão que você está pesquisando, para mim é uma coisa muito naturalizada.

Eu sinto bastante diferença quando eu saio de São Paulo e vou para outros lugares do Nordeste, por exemplo. Quando eu vou para o Nordeste eu sinto não uma discriminação, mas um estranhamento das pessoas pela minha aparência física, isso é muito forte, e como fora de São Paulo as pessoas não estão acostumadas a conviver com pessoas descendentes de asiáticos, eles têm um estranhamento e acham que eu sou japonesa do Japão mesmo. Então isso é bem comum. Outra questão que eu sinto quando eu vou para esses lugares, que tem relação com isso, é que enquanto mulher eu sinto que existe um fetiche ou uma beleza exótica, em mulheres descendentes de asiáticos, então eu sempre sinto isso, pessoas com quem eu me relacionei que são desses lugares, que de certa forma não estão acostumados a conviver, eu sinto isso, já senti.

Lilian: E mesmo nesse período que estamos vivendo do Covid-19, cresceu bastante essa discriminação, por exemplo de alguém chegar e falar para você “volta para o seu país” ou “você que trouxe a doença para cá” e coisas do tipo, porque meio que não existe essa diferenciação entre chineses e japoneses, então colocam a gente nessa caixinha por ter olhos puxados, sabe? Mesmo com o Covid-19 ressurgindo todos esses estereótipos, você não sentiu uma diferença?

Bárbara: Olha eu não senti isso, eu particularmente não senti nada disso em mim, esse preconceito. Não me identifico quando ouço pessoas falando isso dos chineses, não me identifico como, digamos assim, inconscientemente responsável, me colocando no lugar. Não tenho esse sentimento não.

Lilian: A última pergunta é como você se definiria hoje, depois que você passou por essa questão da identificação de quando você voltou do Japão. Como você se define hoje: brasileira, nipo-brasileira, japonesa? Pensando nessa questão de como as pessoas enxergam a gente, mas como você se enxerga?

Bárbara: Eu me enxergo brasileira. Sim, eu me consideraria brasileira. Até porque a minha proximidade com as questões da cultura brasileira é bem mais forte que a da cultura japonesa, embora tenha isso na minha família, no meu convívio social eu não tenho isso muito forte. Acaba ficando circunscrito à dinâmica mais familiar, é na minha família que eu me conecto com essas questões das nossas raízes tradicionais. Mas no meu caso, a minha história é mais particular por conta de eu nunca ter convivido muito, eu não tinha grupo de amigas descendentes de japoneses. Mesmo na FAU quando eu entrei, eu lembro que na minha turma tinha um grupinho que era só de descendentes. O grupo de amigas que eu formei na FAU era bem misturado, tinha descendentes de japoneses, mas também tinha não descendentes. Isso não era uma questão. Eu lembro que para esse outro grupo de meninas, não sei se era uma questão, mas elas acabaram se juntando e era bem peculiar isso de serem todas descendentes de asiáticos, tinha coreanas e japonesas.

Mas uma experiência que eu tive quando fui morar no Japão, foi que eu morei com três meninas descendentes de japoneses, e o convívio com elas me fez perceber algumas ligações que eu nunca tinha percebido antes, algumas questões que elas carregavam também, de coisas domésticas, da casa,

costumes alimentares, que eu também tinha, mas que eu nunca vi parecido em outras casas, em outras pessoas. E essa experiência que eu tive, que eu morei com três meninas também descendentes de japoneses, foi a primeira vez que eu tive esse contato e eu percebi “nossa, elas também fazem isso”, “elas também fazem aquilo”, sabe? Foi quando eu tive um momento de identificação com essa raiz japonesa. Foi isso, eu nunca busquei conexões, amizades e afinidades por conta dessa raiz cultural japonesa. Não que eu buscava o oposto, não, mas de certa forma eu me sentia uma mulher branca, então acho que tem essa questão para mim. Eu acho que é muito diferente de quem conviveu sempre, quem estudou em escolas japonesas, é diferente assim.

ANEXO 3

Entrevista com Carolina (nome fictício)

Carolina: Meu nome é Carolina. Eu tenho 59 anos e sou descendente de japoneses por parte de mãe e de pai. E eu sou a terceira geração. Eu sou *sansei*. Os avós, tanto de parte de pai quanto de parte de mãe, é que nasceram no Japão. Os meus pais, ambos nasceram aqui no Brasil.

Lilian: E você sabe quando que seus avós vieram para cá? Quando vieram? Onde ficaram?

Carolina: Meus avós, eles migraram para cá em 40. Deixa eu lembrar. Acho que logo pós-guerra que eles migraram para cá. A primeira guerra [período entre Guerras]. Mas foi pós guerra. Ambos eu acho, ambos. Um por escolha e o outro por opção. De um lado por escolha, de outro por opção.

Lilian: Como assim de escolha?

Carolina: É, escolha mesmo. Que assim, muitos imigrantes vieram para cá porque a vida ficou mais difícil, no pós-guerra. E no caso de uma das partes, eles vieram por escolha mesmo, mas por achar que era uma terra nova, isso que a gente ouve muito né. De que veio para tentar uma vida nova etc. Então, um dos lados da parte da minha mãe, por exemplo, ele veio para isso.

Lilian: E você sabe onde que eles, assim que chegaram aqui no Brasil, onde que se instalaram e se foram trabalhar em...

Carolina: Na Lavoura.

Lilian: É. Porque muitos vieram para a Lavoura né.

Carolina: A grande parte né. Nesse período, acho que grande parte veio para a lavoura. Então eles vieram para o interior de São Paulo. Mogi das Cruzes e Registro. Aí o registro da minha mãe é em Mogi das Cruzes.

Lilian: E você sabe como foi a adaptação deles? Quantos anos eles tinham quando eles vieram para cá?

Carolina: Então, eu acho que ambos tinham um filho. É que a idade exata eu não sei, mas ambos vieram com um filho do Japão e tiveram os outros aqui no Brasil. Os dois tinham um filho que tinha nascido lá e os demais nasceram aqui, então, talvez menos de 30 anos. Porque antes você começava a ter filhos muito cedo e em geral tinham muitos, que foi o caso de ambos. Da parte do meu pai, ela teve dez filhos e da parte da minha mãe menos, mas mesmo assim, seis, é um número grande para a gente. Para a nossa geração, muitos filhos.

Lilian: Você sabe como foi a adaptação aqui? Porque é um país completamente diferente, e como eles vieram, uma parte pelo menos veio por escolha, com essa promessa de país novo, tudo mais. Como foi isso?

Carolina: E eu acho que assim foi uma vida assim, uma vida mais dura, em todos os aspectos, eu acho. No aspecto de língua, no aspecto de trabalho, de trabalhar num lugar sem infraestrutura. Das duas partes, eu acho que tiveram... Como eles não eram de famílias já com recurso e vieram também para trabalhar numa atividade que era muito pesada, então eu acho que foi bem difícil. E isso comprometeu no sentido de formação. Então, no caso, tanto da minha mãe quanto do meu pai, eles tiveram... Primeiro, eles tiveram uma formação japonesa. Eles aprenderam a falar japonês e toda essa primeira geração aprendeu a falar japonês. Ia na escola japonesa e então não tiveram a formação ocidental. Eles iam para a escola no interior, mas era uma escola japonesa. Tanto que foram reprimidos durante o período da Segunda Guerra, eles

foram reprimidos porque o Japão não era Aliado. Então não podia aprender japonês, tinha que esconder os livros. Então minha mãe conta isso, que para ir para a escola ela andava quilômetros e tinha que, além de tudo, esconder o livro no caminho, nesse percurso longo que ela caminhava, então bem difícil.

Lilian: E sobre a região que eles ficaram? Uma parte ficou em Registro e outra parte foi em Mogi... Você sabe que eles mantiveram contato com mais japoneses ou não? Como que foi isso?

Carolina: Não, totalmente. Eles, como todo imigrante, se protegeram na colônia. Então tinha mesmo mais contato, eu acho, que entre eles do que fora. Isso altera quando eles vêm para São Paulo. Aí muda a vida de ambos, tanto da minha mãe, quanto do meu pai. Porque primeiro sai daquela atividade, então, no caso do meu avô, da parte do meu pai, eles eram comerciantes e, eu acho que ambos eram comerciantes, os tios da minha mãe, eles vieram todos para o centro de São Paulo, aquela região que chamava... Eu acho que não existe mais como bairro, chamado Lavapés, que é aquela área bem perto da Liberdade, mas um pouquinho mais da baixada. E tanto que minha mãe e meu pai se conheceram lá, nessa região do centro de São Paulo.

Lilian: Você sabe por que eles vieram para São Paulo? Seus avós também vieram?

Carolina: Na verdade, quem acho que veio primeiro foram os avós, por conta de comércio, por conta de abrir comércio ou de trabalhar com, no caso do irmão mais velho da minha mãe, ele já trabalhava no comércio atacadista lá no mercado, na região do Mercado Municipal.

Lilian: Seus avós vieram para cá por conta do comércio? Mas tinha essa questão de fazer os filhos frequentarem a escola, frequentar a universidade?

Carolina: Não, é outra geração. Meu pai queria muito ser médico. Meu pai foi prático de farmácia e foi farmacêutico a vida inteira, mas por que ele queria. Não porque a geração dos meus pais... Eu acho que já tinham uma outra preocupação. Eles sim queriam que a gente fizesse universidade. E não tivesse uma vida de comerciante, de negócio. Eu acho que os meus avós, por parte da minha mãe, eu acho que tinham mais uma preocupação de aprender língua, de se adaptar, de serem brasileiros. Minha mãe fala sempre isso. Como meu avô veio por escolha, ele aprendeu logo a língua, ele queria se adaptar, inclusive para tudo: religião, tudo. Então, minha mãe... Ela foi criada, apesar de falar japonês super bem e falar mal português, ela achava que a gente tinha que ser católica, por exemplo. Teria que frequentar igreja, porque, para ela, o brasileiro era católico. Então ela queria que eu fosse para a igreja fazer a primeira comunhão, me adaptar mesmo. Era uma forma de adaptar o filho à cultura.

Lilian: Partindo um pouco mais para a sua história e a sua relação com o espaço. Como você enxerga a cidade de São Paulo, os lugares que você frequenta? Em muitas conversas eu percebi que tem muitos descendentes de japoneses que se sentem muito mais confortáveis em um espaço que tem outros japoneses. Então o bairro da Liberdade, o bairro do Bom Retiro, acabam sendo um local também em que elas se sentem mais confortáveis de frequentar. E como é isso para você? E como foi isso na sua vida?

Carolina: Você sabe que eu sou nascida na periferia de São Paulo. Eu sou da zona leste de São Paulo. A parte do meu pai, eles se sediaram no centro para ter comércio e depois por algum motivo, e provavelmente o motivo foi terra barata e possibilidade de acesso à moradia, eles foram parar na zona

leste. Então a família inteira do meu pai, até hoje, mora na zona leste. Na Vila Matilde, Vila Dalila e Vila Carrão. Mas hoje, na Vila Matilde e Vila Dalila. Todos eles moram lá. E aí eu nasci lá. Então era um bairro muito tranquilo, muito diferente, por exemplo, da violência que já existia em Itaquera. Eu tenho amigos, o Kazu Nakano, por exemplo, é de outra geração que a minha. Mas o Kazu sofreu muito. Ele nasceu em Itaquera, na Cohab. E ele sofreu muito na infância com a violência. E não era o meu caso. A Vila era muito tranquila.

E eu convivi desde criança com não japoneses, porque primeiro não tinha mesmo. E a minha vida inteira foi, então, de conviver com crianças não orientais, e claro, a minha mãe, por conta de falar bem japonês, de ter uma cultura muito... Minha mãe falava mal português, ela tinha uma lógica japonesa de vida, porque ela foi criada como uma oriental. Existiam os clubes japoneses nos bairros, então eu frequentei durante um tempo um clube japonês. Mas não era que eu me sentia melhor. Não, para mim era indiferente até. Eu frequentei durante um tempo, até porque fiz amigos. Mas meus amigos não são orientais, desde criança. Eu tive até alguns nesse tal clube, mas que nem permaneceram. Os amigos que permaneceram não eram orientais, os que permaneceram até hoje, inclusive. Eu tenho amigos que estão lá até hoje e são meus amigos, mas não são orientais.

E eu saí da minha casa muito cedo, então eu saí da minha casa aos 18, 19 anos para trabalhar e para estudar na universidade. E então saí da zona leste. E vim morar mais aqui no Paraíso, mais para uma área mais central. Para trabalhar e para estudar que eu trabalho desde os 18 anos. Trabalho desde que eu saí do colegial e comecei a trabalhar. Então eu fazia estágio e estudava, fazia arquitetura. Mas assim, não tive relação com bairros mais característicos. Eu nunca tive. A minha relação com a liberdade? Nenhuma. Eu não tenho nenhuma relação, a não ser visitar, conhecer etc. Não é o lugar que eu frequento. E com a universidade também, acabou que eu fui fazendo uma rede de amigos e que não eram também orientais. Então não tinha essa ligação.

Lilian: Uma parte do meu trabalho eu quero falar sobre como muitas mulheres que não se sentem pertencentes aqui. Por exemplo, quando se referem a nós, descendentes de japoneses, se referem como japoneses. Nunca se referem a nós como brasileiras, mas sim como japonesas, como uma estrangeira. Teve algumas meninas que falaram que, por exemplo, se eu for para o Japão, eu não sou vista como japonesa, sou vista como brasileira. E aí eu entro nessa questão de qual é o meu lugar e como eu me relaciono com esse espaço? Então, aqui eu não sou brasileira. No Japão eu não sou japonesa. Onde eu me encaixo? Então, eu queria entender como é isso pra você, se em algum momento já se sentiu assim também. Se foi relacionado a um espaço ou se foi relacionado uma conversa.

Carolina: Eu acho que tem isso mesmo, até porque os traços são muito fortes, tanto no caso dos negros quanto o nosso. As pessoas sempre têm essa identificação de que você é japonesa e isso é verdade. É isso que você está dizendo, eu... Não que isso me incomode, sendo bem sincera com você. Não me incomoda isso de dizer, a japonesa. Isso não me incomoda e às vezes eu esqueço que eu sou japonesa, porque, de fato, eu não tenho uma lógica japonesa. Eu tenho a cultura, eu gosto etc. Mas eu não tenho tão forte. Agora eu começo a me interessar e a gostar mais e a entender. Eu aprendi a falar japonês quando criança. Minha mãe me ensinou a falar japonês até eu ir para a escola, porque ela não queria ensinar português incorreto pra mim, ela ensinou japonês. Eu aprendi português na escola para ela não me ensinar e eu não aprender coisa errada. Aí aprendi na escola. Eu não tenho memória alguma de que isso foi ruim para mim. Eu falo isso todas as vezes. A minha mãe conta que eu chegava em casa e dizia para minha irmã, “não usa essa língua [japonesa] porque ninguém fala”. Então, quando eu era criança, eu acho que devo ter pensado algo naquela época, mas não foi uma coisa que me deu nenhum tipo de frustração. Mas minha mãe disse que eu chegava em casa e dizia, “eu vou ensinar para você a língua que todo mundo fala”. Aí eu ensinava português para minha irmã menor, porque eu achava

que na escola ninguém me entendia totalmente. Mas isso eu acho que durou um tempo. A criança se adapta mais fácil, né? E eu não tenho uma memória ruim disso.

E eu senti quando eu fui para o Japão. Eu fui para o Japão, muito recentemente. A gente foi no Congresso e foi a primeira vez que eu fui para o Japão. E aí eu percebi que assim, tem uma coisa de perceber que não é japonesa por conta da vestimenta, por conta da forma de se movimentar, de falar, tudo. Mas, por outro lado... O que aconteceu? Eu estava com duas outras pessoas, uma ocidental e uma mestiça. A Lúcia tem muito traço japonês. Apesar de ser mestiça, tem muito traço japonês. O que acontecia? Ela fazia uma pergunta para as pessoas, em inglês e as pessoas olhavam para mim e respondia em japonês. Com uma perspectiva de que, como eu era a mais velha delas e como eu tinha o traço mais japonês, mais original, eu deveria saber japonês. Então as pessoas respondiam para mim em japonês. Mesmo sabendo que eu não era japonesa, mas achando que eu tinha obrigação de saber. Então isso eu percebi. Aqui nunca me senti mal, nunca fui discriminada, não posso dizer isso. Diferente daqui, lá eu sentia que eu tinha que ter uma obrigação de saber o japonês por ser descendente, como se isso faltasse. Eu entendia mais ou menos, então eu respondia como podia, porque eu tenho uma memória e minha avó falou japonês até morrer. Então eu falava japonês, mas foi isso. Minha única vez que senti que era importante saber a língua.

Lilian: E foi diferente nesse caso, porque eu vejo muito o contrário.

Carolina: Exatamente, o contrário. Quando eu cheguei lá, quase que uma vergonha de não falar bem, porque o meu japonês é muito ruim. É um japonês desarticulado, provavelmente não faz as ligações corretas nas palavras. Ele é mal pronunciado. Minha mãe sempre dizia que meu japonês era um japonês de estrangeiro. Também falou, “Seu japonês não é um japonês bonito”. Mesmo quando eu tentava falar

com a minha avó, ela dizia “Não é bonito, é um japonês de estrangeiro já”.

Lilian: E também com o tempo vai mudando a forma como as pessoas vão falando, fica meio desatualizado.

Carolina: Total, total! Isso porque eu aprendi japonês durante um tempo aqui no Bunka. Durante um tempo eu me interessei, comecei a aprender japonês e aí a minha professora acabou indo fazer um curso de economia no Japão e perdi a professora. Acabei não dando sequência. Aí eu atualizei algumas coisas, mas a língua mudou totalmente da geração da minha mãe para agora; 50, 40 anos, sei lá quantos anos depois, a língua é outra. É quase outra. Então eu fui tendo que reaprender de novo a ouvir japonês.

Lilian: Você acha que existe algum espaço específico para pessoas asiáticas, mais especificamente para as mulheres. Antigamente, o espaço da mulher era o espaço da casa e a mulher japonesa era responsável por cuidar da família. Você acha que esse espaço mudou ou se permanece a mesma coisa? Como que você vê isso?

Carolina: Não para mim, mas para as minhas primas, que são assim... Nós somos 16 mulheres na família, só mulheres. Na família do meu pai, todos os irmãos tiveram filhas. Então foram 16 mulheres e depois que começaram a nascer os meninos. Então são 16 mulheres escadinha. Então minha prima mais velha, tem 65 ou seis anos. Aí é uma escada com algumas repetições, até a última, que tem 40, talvez. Agora acho que a mais nova deve ter uns 40 já. Então, com exceção de umas três ou quatro entre elas, e eu que tenho uma outra vida, todas elas são donas de casa, apesar de terem feito o curso superior. Todo mundo fez curso superior. Todas, sem exceção nenhuma. Mas todas são donas de casa e cuidaram dos filhos. E tiveram uma coisa mais desse papel da mulher que é colocado a elas, não só japonesas, é claro, você sabe disso. As mulheres... 70% das

mulheres, que é cuidar da casa e dos filhos porque o marido vai trabalhar. Com exceção minha, da minha irmã e de uma prima, todas tiveram filhos. Muitos, tipo três, quatro filhos. E escolheram ter uma vida... Porque o problema não é ter filho, claro, nem é um problema, mas assim, é esse papel que, como você colocou, que é o papel da mulher, dona de casa, e o espaço público que é restrito. Então, a vida pública é restrita em todas elas. A vida pública é a família. A vida pública não é o cinema, o teatro, os amigos. E eu acho que é mais assim, a vida pública nossa, que tem uma vida pública, pode ter até a vida familiar. Mesmo quando eu era casada, a vida familiar existia. Eu casei com um ocidental também. Parte das minhas primas casaram com orientais e tudo isso eu acho que é um combo. E vai se formando, que vai ficando mais restrito a colônia. E a história dos espaços, eu sinto isso também. Por exemplo, o espaço desse clube japonês que eu frequentei quando era criança e adolescente, ele existe até hoje. Então, gerações e gerações usam esse espaço, que é o espaço da colônia, como várias colônias fazem. O espaço dos italianos, dos judeus. Então tem essa coisa que ainda existe, bem forte, eu acho, e nos bairros. Não sei se no Centro existe, mas nos bairros existe ainda muito estruturado [esses espaços das colônias].

Lilian: Como você se sente entrando na questão que falei, de que aqui eu não sou brasileira mas no Japão eu também não sou japonesa. Como se definiria aqui? Você é brasileira, nipo-brasileira ou japonesa?

Carolina: Você sabe que eu sou muito brasileira, né? Eu sou muito brasileira, então eu acho que essa coisa da ascendência... É muito clara e é isso que eu te disse, quando eu fui envelhecendo, foi ficando mais forte. Mas eu sempre me achei muito brasileira. Então eu tenho isso muito forte. E aí eu acho que agora eu começo a achar importante entender, cultivar e aprender. E quando eu fui para o Japão, uma coisa que eu fiquei surpresa comigo por eu achar que eu sou muito brasileira, é ter uma sensação de estar em casa. Os cheiros, a comida. Muitos

descendentes, amigos meus descendentes, tipo terceira, quarta geração, falam a mesma coisa que a hora que volta para a Itália, volta para a Espanha e volta para Portugal, sente uma coisa de entender um pouco da onde você veio. Então, quando eu fui para lá, eu entendi de onde eu vim. Mesmo o espaço... Como minha mãe era muito japonesa e meus avós também, eu sou a terceira geração só. E acho que sou uma geração mais próxima da cultura do que você, mesmo sendo a terceira. A hora que eu entrei numa casa típica japonesa que a gente alugou em Quioto, parecia que eu estava entrando na casa da minha avó. A organização era igual, o espaço era igual, a forma de dispor as coisas era igual. Então era uma coisa meio “Ah, eu estou indo na casa da minha avó” e a Lúcia, que é *shingo*, ela é quarta geração e é mestiça. E ela tem filhos que são de quinta geração, mestiços ainda. A Lúcia teve a mesma sensação. A gente abriu o *Skype* para falar com os filhos dela e ela falou “Olha a casa do *Jiichan*, é igualzinha.” Ou seja, tem alguma coisa que a gente ainda carrega com essas ascendências. E aí a gente percebe nessas pequenas coisas, nisso que você está estudando, que é o espaço, a organização dele. E é um espaço privado, não é o público, claro, porque no caso de lá os japoneses têm espaços públicos incríveis. Mas é a coisa de apropriação mesmo, de uso, apropriação, organização. A gente foi só pensando e eu só entendi isso quando eu fui pra lá, porque aqui você acha, todo mundo é assim porque... você nem sabe de onde veio. Aí, quando você vê os espaços domésticos, que é no caso o espaço doméstico mesmo, aí você entende um pouco. E muito da comida, claro.

ANEXO 4

Roda de conversa realizada em 18 de dezembro de 2021 com graduandas em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo.

M: Eu tenho muito forte isso, que a minha avó é a grande guerreira, matriarca da nossa família e que ela conseguiu lutar contra todas as adversidades da vida. E está viva. Ela é de 1927, estava aqui antes da guerra. Contam que ela estudava japonês escondido durante a Segunda Guerra. Não podia estudar japonês, falar japonês. E aí ela estudava escondido. Então, é a vivência que eu tenho.

K: Posso falar a minha [história] também. A parte paterna é um pouco difícil. Ninguém fala muito, meus avós morreram muito cedo, então nem conheci eles. Não sei de muita coisa, eles não falam também, mas por uma disciplina da FAU, da Karina Leitão, ela incentivou a gente a procurar mais sobre as nossas raízes. E aí eu fui no site do Museu da Imigração, olhei navio por navio até eu achar o nome da minha bisavó e achei. Meu pai não sabia de onde ela vinha, nem nada. Ela veio pra cá com 19 anos, grávida e só com o marido. Loucura! Enfim, e todo mundo foi pra Presidente Prudente. Não exatamente Presidente Prudente, mas a região. Não sei muito o que aconteceu, só sei que eles tiveram uma oficina.

Mas a parte da minha mãe, eles vieram de Okinawa nos anos 50, já com dois filhos. Meus dois tios mais velhos nasceram lá e viraram feirantes. Minha mãe trabalha na feira desde muito jovem. Tiveram a vida lá em Presidente Prudente e eu nasci lá também. Sou a neta mais nova. Todo mundo nasceu lá. E meu avô fundou a Associação Okinawana de Presidente Prudente, então ele era um ícone da cidade. Todo mundo conhecia o Seu Mamoru, porque ele foi quem trouxe a sopa de cabrito, que é uma sopa muito tradicional de Okinawa. Então quando eu falava que era neta do Mamoru, todo mundo

sabia quem era o meu avô, absolutamente todo mundo. Até que meu avô faleceu, e a minha avó sempre esteve presente na associação, tão presente quanto ele. Mas ele era o fundador e presidente, o nome da associação. E quando ele faleceu, a minha avó acabou virando uma das figuras mais importantes. Ela dava aula de *Odori*¹, ela costurava quimono, vendia *obentô*², fazia sushi de final de ano, ela fazia tudo. Ela sempre fez tudo, mas era o meu avô que era conhecido. Todo mundo sabia “o Mamoru”, a Yako era só *sensei*³.

Eu fiz até uma iniciação científica no passado sobre a imigração japonesa na região Paulista. E aí eu fui entrevistar as pessoas, e quando eu comentava que eu era neta da Yako, todos ficavam “A Yako *sensei*, é óbvio que eu sei quem é ela”, e antigamente não era assim, era “Ah, você é neta do Mamoru”. Agora eu sou neta da “Ya”. Então agora eu tenho essa imagem de que ela é a grande matriarca da minha família. Ela está com 87 anos, ninguém para ela. Ela ainda quer dar aula de *Odori* e a gente fala que não pode porque está na pandemia, mas ela quer dar, enfim. Ela é incrível, é quem mantém a cultura. Ela não fala muito português e eu não falo muito bem japonês então a comunicação sempre foi meio difícil, mas ela não fala muito do tempo no Japão, ela não gosta. Ela fala que foi muito difícil, então ela nunca falou nada para mim. Mas do Brasil ela fala. Ela fala bem essas coisas de meritocracia. “A gente era feirante e agora você faz USP”. Ela sempre teve esse papo. Então, mais ou menos isso.

F: A minha parte japonesa é só a parte materna. Meu avô não comenta muito sobre a infância dele. Os pais dele que vieram para o Brasil, assim como os pais da minha avó que vieram para o Brasil. Mas o meu avô nunca comenta sobre a infância dele, nunca comenta da sua juventude, nada. Ele é uma pessoa muito reservada nesse sentido. Uma coisa que ele tem muito

1 Dança japonesa.

2 Marmitta japonesa.

3 Professor (a).

forte no traço dele é essa coisa do respeito pelo pai que ele tinha. Talvez seja diferente porque ele realmente tinha uma admiração, não era um temor pelo pai. E a minha avó [era] a mesma coisa também. Ela fala com muito respeito, mas daí eu não sei se ela consegue disfarçar um pouco, mas é muito comum ela enaltecer “meu pai fez isso, o meu pai fez aquilo”. A minha avó por outro lado, ela já é mais aberta, então ela comenta.

Eles se estabeleceram em Itariri, interior de São Paulo. Uma coisa que reparei que ela nunca comenta também é que nenhum dos meus avós falam japonês, apesar que os pais dela vieram do Japão e eles não se comunicavam em japonês. Acredito que seja um pouco por conta da Segunda Guerra Mundial. Uma vez a minha mãe comentou muito brevemente “ah pergunta para a sua avó o que eles tinham que fazer na época da Segunda Guerra”. E aí ela nunca tocou nesse assunto. Faz muita falta nessa parte. Eles sempre falam da superação, mas não é visto de modo negativo, e sim como “a gente superou, a gente é bom, superou”. Nunca era “a gente superou isso, superou aquilo”, é sempre a parte melhor. Eu acho que tem a questão do orgulho também.

E aí a minha avó começou a trabalhar desde cedo. Em Itariri eles conseguiram abrir um barzinho, todo mundo da cidade ia lá e conhecia a família também. E as minhas tias avós todas ajudavam no lugar. E elas vieram pra cá para São Paulo quando tinham uns 18 e 19 anos. E aí elas começaram a trabalhar aqui em São Paulo. Acho que a minha tia avó era costureira em uma linha de produção. E a minha avó, se não me engano, ela fazia datilografia. Um trabalho similar ao de uma secretária, datilografando. Mas elas já fizeram um pouco de tudo. E é muito fragmentada, eu nunca tive esse momento de sentar com a minha família e a gente se abrindo tipo “olha, foi assim, chegou em tal ano” é sempre muito fragmentado, nunca tem uma história completa, daí eu fico muito perdida. Só sei fragmentos, então não sei se foi antes ou depois, com quem. Eu acho que na minha família, a gente fala do passado muito

brevemente, foca muito no agora essa coisa do tipo “estamos bem agora e pra frente”.

E essa coisa do estudo também sempre foi muito forte. A minha mãe nunca foi imposta a fazer um curso, elas puderam escolher. Mas essa coisa do estudo é sempre muito presente. Eu acho que a gente nem comenta porque é uma coisa dada. Não preciso falar para vocês que vou estudar porque é uma coisa dada “Claramente você vai estudar né?”.

A: Eu acho que nessa história em que ela comentou sobre a avó dela ser a grande matriarca, a minha avó também foi. O meu avô morreu logo que eles se mudaram para São Paulo, quando a família da minha mãe se mudou para São Paulo. Eu não cheguei a conhecer ele, foi antes de eu nascer. Quem sustentou a família foram as minhas tias, minha mãe que tinha acabado de entrar na USP, então ela conseguiu a bolsa e minha avó. A vida inteira os dois foram alfaiates, a minha avó e meu avô, e eles sustentaram a família por muito tempo depois de saírem do Paraná e depois eles trabalharam na agricultura. Mas mesmo assim tem uma tia minha que é a mais velha que ela não enxerga isso. Ela ainda não enxerga que quem estava no comando da casa mesmo eram as mulheres. Para ela ainda, o homem tem poder de decisão. Independentemente de qualquer coisa, mesmo se elas estavam ali levando, sabe tocando a casa inteira. Eu acho isso interessante.

Y: Uma coisa que eu acho muito estranho na minha família é que meu avô faleceu faz uns dez anos, e obviamente foi super triste, mas parece que minha avó se soltou um pouco. Parece que saiu um peso das costas dela depois que meu avô faleceu, e é horrível falar isso por um lado, mas é que minha avó, o papel dela sempre foi cuidar da casa, cuidar do marido. Ela teve cinco filhos e o papel dela era cuidar de tudo e meu avô era super machista, então ela não tinha muita uma vida própria. A vida dela era cuidar da família, era cuidar do meu avô. E depois que ele faleceu, como ela ia ficar sozinha lá no interior do Paraná, a gente a trouxe para Atibaia para ficar mais perto

de todo mundo. E parece que ela renasceu por um lado. Porque ela começou a fazer várias amizades novas. Então ela tem várias amigas *baachans* lá e elas vão jogar juntas, ela vai fazer aula de chá e ela vai pra academia. E ela gosta de viajar, então antes da pandemia, ela pegou a aposentadoria do meu avô para aproveitar a vida. E ela estava indo viajar para o Japão, ela ia passear no monte. E parece que as avós tinham um papel tão grande, tão forte de cuidar do marido, de cuidar da casa, que depois que ela se desvinculou disso, ela finalmente começou a viver a vida dela.

K: Acho que com o meu avô foi a mesma coisa também. Ele ficou doente por muito tempo e a minha avó que cuidava. Meus avós tiveram cinco filhos, duas mulheres e três homens. E quem visita até hoje lá em Prudente são só as duas mulheres. Os três homens vão uma vez a cada cinco anos. A última vez que todos se reuniram foi no falecimento do meu avô. Então assim, quem acaba até hoje cuidando da minha avó são só as mulheres, os homens enfim, cada um tem a sua vida, seus problemas. Mas minha avó também, quando meu avô faleceu foi horrível e ela ficou muito tempo mal. Mas acho que depois de um tempo ela percebeu que agora ela podia ser o que ela quisesse. Então ela fez muita coisa, fez muito curso e deu muita aula. Ela odeia viajar, então ela não sai de Presidente Prudente. Mas ela aproveitou muito, até hoje ela aproveita. Eu acho que é horrível também falar isso, mas ela começou a viver.

C: Acho que é uma situação parecida a da minha família. Meus dois avós do lado da minha mãe estão vivos, só que o meu avô está com Alzheimer. E quem cuida de tudo é minha avó, e sempre foi assim. Só que aí dá para ver... Quando somos crianças não percebemos traços machistas, porque estamos ocupados brincando, né? Mas aí, como meu avô agora está um pouco confuso, dá pra perceber como ele enxerga o papel de cada um na casa. Minha avó também não está muito bem de saúde, então às vezes ela deita um pouquinho pra descansar. E aí, se a gente está lá fazendo companhia, temos que ficar de

olho pra ele não ir lá acordar ela. Porque ele vai lá perguntar quem é que vai fazer a janta. Acho que isso foi muito evidente tanto na criação da minha mãe como na dos meus tios, porque são dois homens e a minha mãe, a única mulher. Teve uma criação um pouco diferente, então dava pra perceber.

Minha mãe fica triste ainda que teve um Natal em que todo mundo ganhou bicicleta menos ela. Ela ganhou uma boneca. E aí ela não sabe andar de bicicleta até hoje. E minha avó, ela fica triste por isso porque ela foi percebendo essas coisas a partir do momento que a saúde do meu avô foi piorando, porque ela percebeu que a única que visitava mais, era a minha mãe. Sendo que todo mundo mora aqui em São Paulo, na zona leste, e na época, a minha mãe morava em Curitiba, mas ela era a que mais visitava. E agora é a mesma coisa, estão os dois morando sozinhos e isso é um problema que a gente tem que resolver, porque não dá pra deixar os dois sozinhos. E acho que dos três filhos únicos que está considerando morar junto ou que está com esse problema na cabeça 24 horas por dia é a minha mãe.

Eu não sei se teve isso, mas valorizaram bastante a educação dos três, só que incentivaram muito mais os meus tios. Minha mãe é mais velha, então ela fica um pouco com isso na cabeça de “será que na época realmente não tinha dinheiro para ajudar com alguma coisa?”. Porque minha mãe teve que trabalhar pra conseguir fazer cursinho e para conseguir fazer faculdade, mas não tinha uma diferença muito grande de idade. Enquanto a minha mãe estava pagando a faculdade, porque meus avós não tinham dinheiro, eles eram feirantes. Meus avós pagaram o cursinho dos meus tios. Só que foi uma coisa que na época passou batido pela minha mãe e pela minha avó. A minha avó só percebeu agora. Eu achei legal que ela percebeu sozinha. E meu avô olha pra mim e fala “e você, quando vai casar? Já está na época de casar, né? Precisa casar para formar a família”. E antes de eu responder minha vó já vem gritando “que casar o quê? Maior cilada que tem”. Eu gosto de perceber isso, minha avó mudou bastante. Ela sempre foi dona de casa, mas mesmo assim ela trabalhava fora. Achei legal as

coincidências, porque a minha avó é de Presidente Prudente também. Só que ela veio um pouco antes, acho que em 1954 ela veio para São Paulo. O lado da minha mãe é de Okinawa e o lado do meu pai espalhado de várias partes do Japão.

Y: A minha mãe veio do Japão 25 anos atrás. Eu não sei a ordem direito também, porque eu fico meio confusa. Não sei se ela conheceu o meu pai primeiro no Japão quando ele foi fazer intercâmbio, se apaixonou e decidiu vir para cá. Ou se ela veio para cá primeiro para dar aula e depois quando voltou, conheceu o meu pai. Foi meio confusa essa linha do tempo. E como ela que veio pra cá, ela tem o pensamento extremamente machista e patriarcal, então é uma coisa mais recente.

Eu tenho um irmão mais novo, e em casa é muito diferente a maneira como ele foi criado e de como eu fui criada. Então, por exemplo, no final de ano a gente se reúne e normalmente são os primos mais próximos; eu, meu irmão e duas primas. E sempre falavam “Y., Kazu, Mido, vão lavar a louça” e ignoravam o meu irmão. Isso é uma coisa assim, desde pequenininho e foi acontecendo.

E minha mãe também, ela falava, por exemplo, que era mais importante eu saber ser uma boa dona de casa do que estudar. Isso pra mim era meio contraditório, porque eu acho que as famílias de imigrantes, por exemplo o caso do meu pai, ele sempre enfatizou muito que era importante estudar. A minha mãe, como ela era de uma família relativamente boa, no Japão e veio pra cá pra casar. Ela falava que era muito mais importante eu saber cozinhar, fazer faxina, ser uma boa esposa, uma boa mulher do que estudar. Então às vezes eu estava estudando no cursinho, ela me interrompia e fazia eu fazer faxina na casa sendo que faltava uma semana pra Fuvest. Porque na cabeça dela, esse tipo de tarefa era igualmente ou mais importante do que os estudos. E com o meu irmão não, ele não faz nada. Sou eu que mando ele fazer as coisas. E ela só começou a perceber que ela teve esse tipo de atitude ao longo da nossa infância hoje em dia, que eu comecei a falar para ela, mas ela não percebia. Então, por exemplo, quando

estava no terceiro ano, estava estudando. Meu irmão estava jogando no computador, fazendo nada. E era eu que parava pra colocar mesa, para fazer a janta, parava para fazer tudo e ele não porque ele era um menino. Então eu acho que é uma coisa desde os nossos avós, mas pelo menos em casa é uma coisa que se perpetua muito até hoje. Não sei se pela minha mãe ter vindo de lá, mas é uma coisa muito recente ainda para mim.

E: Eu acho que pra mim também. Sou filha única, mas já reparei que quando tem algum encontro da família, os casais estão lá, e é sempre a mulher que faz as coisas. Eu acho que eu fui meio privilegiada, porque minha mãe não me obrigava a fazer as coisas. Minha prima, por exemplo, são em três, ela é a única menina e dois meninos. E era sempre a minha prima que ia ajudar a minha tia a cozinhar e a limpar a casa enquanto os meninos não, ficavam deitados no sofá. Nessas reuniões de família também é sempre a mulher que coloca o prato do homem, tira a mesa, faz a mesa, cozinha. E isso foi uma coisa que eu fui reparando muito ao longo do tempo. Não sei se por ser filha única, mas minha mãe não teve isso de querer se eu fizesse a comida.

E minha mãe foi muito do tipo que me incentivava a estudar. Eu acho que até sentia um pouco de pressão nisso, de ir bem na escola. E aí acho que também tem um pouco aquele estereótipo de “sou descendente de japonês, tenho que saber matemática, tenho que tirar muitas notas boas na escola”. Enquanto eu estava na escola eu sentia isso. Eu ia bem e me esforçava até, mas acho que para mim foi sempre um pouco de peso “tenho que ir bem”. Só que aí eu não sei se isso era algo que a minha família, minha mãe, meu pai colocavam em mim ou se era uma coisa da sociedade. Dentro desse estereótipo que eu teria que cumprir. Para mim mudou mais na minha geração, minha mãe acho que não percebia tanto isso. E tem certas coisas que eu falo hoje, dessa pressão que eu sofria, da minha ansiedade e tudo mais. Mas a minha mãe não entende muito o porquê disso.

Y: Na minha casa essa parte de ir bem nos estudos, “não preciso nem falar, porque é óbvio que você tem que ser a melhor da sala. É óbvio que nove não é o suficiente, tem que ser dez”. Era uma coisa que nem era tão reforçada de tão óbvio que era na minha família. Meu pai era do tipo “eu batalhei tanto para você estudar em uma escola particular, então é óbvio que o mínimo que você tem que fazer é entrar na USP”. E eu internalizei muito isso pra mim. Então nem era dos meus pais pressionarem, de tanto que era óbvio isso na minha família, virou uma pressão interna pra mim também. Isso era o mínimo que eu tinha que fazer pra ser grata.

M: Pra mim também. Eu acho que a pressão de você ir bem nos estudos era uma coisa muito mais auto imposta do que externa ou da sociedade. Eu sempre estudei em uma escola de asiáticos, só tinha japonês, então não tinha o estereótipo do japonês ser inteligente, porque eram crianças “normais” para mim. Os ocidentais que eram os estranhos, sabe? Eu acho que era uma coisa muito mais auto imposta, porque os meus pais fizeram USP, o meu irmão sempre ia muito bem. E aí pensava “não tem como eu não ir bem, certo?” E o meu pai tinha uma condição financeira muito boa e ele conseguia me incentivar com recursos financeiros. Sempre que eu tirava uns dez, ele me dava um dinheiro. Então, era muito assim “eu preciso tirar dez”. E eu tinha muito isso na cabeça, porque pra mim desde pequena, era sempre ele que me pressionava a sempre tirar dez. E aí ele virou um dia pra mim e disse “não, você não precisa ser a melhor da sala, só não ser a última”. Era isso, sabe, eu só precisava não ser a última. Mas isso nunca esteve claro para mim. Eu sempre tive que ficar na primeira sala do Etapa. Eu tinha que passar na USP direto. Porque senão eu ia falhar com ele. Mas ele nunca virou e falou isso pra mim, era uma coisa que eu criei na minha cabeça.

F: Nunca conversei sobre isso com outras pessoas, acho que é muito legal ouvir de vocês. Essa cobrança para mim é muito

forte também. Mas ultimamente tenho reparado que ela sempre foi algo auto imposta e nunca foi de fora.

Y: Mas é de fora também, né? Porque é auto imposto só que ao mesmo tempo é porque todo mundo espera que se você tem essa carinha [fisionomia asiática], você vai ter uma boa nota. Mesmo a família não falando. Por exemplo, quando eu falei que queria fazer arquitetura, eles falaram “mas e engenharia civil?”, “você consegue passar em outras coisas, sua nota é suficiente para outras coisas”, “Por que você não faz, por que quer arquitetura?”. Então sim, é auto imposto, mas acho que não é também. Porque eu estudava numa escola que era diferente. Eu era a única asiática. Em Bragança, eu era “a japa”. Eles só não me chamavam de japa porque tinha mais uma na outra sala que era “a japa”. Então eu tinha nome, e meu nome era meio diferente, porque não tinha meu nome repetido em outras salas. Então eu tinha nome. Mas eu era a única da sala então era meio “a gente tem que matar ela para passar no vestibular”, era esse discurso. Na minha escola eu era a única, mas eu cresci muito em comunidade ao mesmo tempo. Então dentro da comunidade era óbvio que precisava ir bem porque tinha esse discurso que rolava muito ali dentro e na sala também, porque eu era diferente e eu era tida como “a estudiosa, a que precisava ir bem nessas coisas”. Então acho que é auto imposto, mas é a expectativa da sociedade também e da família.

M: E quantas vezes na sala a gente não ouviu os professores falarem assim “as maquetes dos japoneses são melhores”.

K: Me falaram isso o semestre inteiro. “Ah, porque eu já dei aula no Japão, e as maquetes dos japoneses são sempre melhores”. E uma vez o professor me juntou com um intercambista coreano e chamou ele de japonês, daí eu descobri que ele era coreano. Aí eu falei “mas ele nem é japonês”, e ele “ah, eu não sabia, ele parecia japonês”.

Y: Um professor, quando eu era bixete, estava sentada com o colega que é [descendente de] coreano. Estava sentado, conversando, ele falou assim “você é japonesa, né? E você é coreano, né?”. “Sim”. “Ahh, dá pra saber pelo cheiro”. A gente tava no primeiro semestre. “Porque coreano tem cheiro de alho” e saiu andando.

K: Eu infelizmente tive que fazer uma matéria com um professor da FAU, foi um semestre difícil. E no grupo era eu, a Gisele, que é mestiça, e a Mariana, que também é descendente de Japonês e o Natan. E aí no primeiro desentendimento, o professor virou e falou para o Natan: “é difícil trabalhar com japonesa, né? Eu sou casada com uma. É bem difícil”. E aí a gente ficou sem reação mesmo. Sabe o que não tem o que falar assim, era num dia de avaliação e você vai bater de frente com o professor? Mas daí ficaram as três caras e o Natan respondeu: “não, elas são incríveis e sei lá o que”. E ele: “é, eu acho difícil. Elas têm temperamento bem forte”. Aí teve outro dia que a gente teve que fazer um trabalho. E aí, eventualmente, ele descobriu que eu era da bateria. Aí ele: “você é da bateria? Japonesa não tem cara de que toca samba, que faz bateria”. Foi o semestre inteiro ele me julgando por eu ser japonesa. Foi bem difícil também.

M: Vocês já ouviram alguém falar para vocês que japonesa ou é oito ou oitenta? Ou você é super submissa, quietinha, perfeitinha em tudo que você faz ou você é completamente virada, louca. Eu ouvi isso do meu professor do cursinho. “Japonês é sempre 8 ou 80”. Às vezes, eu fico muito em choque em como algumas pessoas enxergam a gente.

Y: É que é o estereótipo da TV também, da mídia. Se você vê asiáticos na TV ocidental, ou é aquela menina super nerd ou aquela menina com cabelo roxo...

M: Que masca chiclete com a boca aberta.

F: Meio horrível falar isso, mas em casa, pelo menos a gente nunca fez parte da comunidade. A minha mãe, não sei se conscientemente, mas a gente sempre se distanciou. Na época que eu queria fazer *Kendô*⁴, por exemplo, a gente foi lá no *Kaikan*⁵ pra ver, eu vi uma aula. E aí, as mães dos alunos estavam conversando e ia ter alguma festa. E elas estavam conversando sobre o que tinham que fazer de comida para levar. E aí minha mãe viu isso e quando eu saí da aula eu pensei “interessante, talvez eu queira fazer”. Mas ela estava: “mas eu não vou ter paciência, porque eu tenho de entrar na comunidade, vou ter que participar de tudo isso” e é uma coisa que ela não se identifica. E eu acho que isso pra mim também foi muito forte desde pequena, no sentido de eu não queria ser associada à comunidade, por mais horrível que isso possa parecer. No meu colégio tinha o “grupinho” asiático, que era uma comunidade que todo mundo passava o recreio juntos e era um grupo mesmo. E eu nunca quis fazer parte e toda vez que alguém falava “por que você não anda com aquele grupinho asiático?” e eu falava: “não, não me pertence, não quero ser associado a isso”. Eu acho que é porque na minha cabeça o estereótipo era forte, porque a gente diz sim e abaixa a cabeça para tudo, e eu não queria ser associada a esse estereótipo. Então eu sempre me distanciei. E se formava uma rodinha muito grande, eu ficava: “será que vou ser associada? Será que as pessoas vão vir perto de mim?”. Hoje eu vejo o quão estranho era isso.

A: Acho que tem muito a ver com o mundo fazer a gente se odiar... Odiar nossos traços, e aí o processo de aceitação... e não fazer a gente querer se associar.

Y: Acho que é muito normal o que você falou. Por exemplo, tem alguns amigos meus que nasceram no Japão, tem minha idade. Eles vieram pra cá quando tinha uns cinco, sete anos, acho.

4 Arte marcial japonesa moderna.

5 Pequenos clubes de bairro das colônias japonesas.

E eles eram fluentes em japonês, mas quando eles chegaram, eles se esforçaram o máximo para esquecer. Tanto que hoje eles não falam nada. Não falavam em casa, até pra tentar abrigar ao máximo pra se dar melhor, pra ter mais amigos na escola. Tanto que hoje em dia eles se arrependem porque eles gostariam de ter mais esse contato. Mas eles fizeram muito esforço para apagar tudo que eles tinham de japonês e se enturmar mais. E acho uma coisa muito natural isso.

F: É algo que só percebo agora, mas as minhas tias são assim, a minha mãe é assim, eu sempre fui assim, a minha prima é assim. Ela é mais nova, mas eu percebo. Querer se desvincular para não ser associado. Acho que é por isso que não sei muito da minha história, da história dos meus avós, porque a gente quer tentar se abrigar. É o “A partir daqui pra frente”.

E: Acho que para mim foi a mesma coisa. Quando era pequena eu falava um pouco de japonês. Os meus avós maternos eram japoneses. A primeira língua da minha mãe foi o japonês. Só que hoje ela não fala mais nada, ela não sabe japonês. E quando eu era pequena, a gente falava muito pouco. Mas acho que em algum momento da minha vida eu passei por isso, de não querer ser associada a japoneses. Tanto que uma coisa que foi um gatilho para mim, para eu perceber todas essas pequenas agressões que a gente sofre, foi quando eu me lembrei de quando eu era pequena, eu não gostava do meu olho e eu ficava fazendo assim [empurrando o olho para o meio para não parecer olho puxado]. Então quando eu lembrei disso, foi como sentir ódio de si mesma e não querer estar na sua própria pele. Então acho que para mim isso foi um gatilho para eu tentar entender um pouco mais sobre a minha história, para não querer me sentir mais assim. E também tinha pouquíssimos japoneses no meu colégio. Tinha uma outra menina que era descendente de chinês. E acho que por eu realmente não querer ser associada, a gente acabou se afastando. Hoje eu tenho mais amigos japoneses, mas na época do colégio não era assim.

Y: Eu prendia o prendedor de roupa no meu nariz para tentar afinar o nariz. Eu prendia no meu nariz para tentar afinar ele.

K: Eu nunca vou esquecer. Vi uma vez no YouTube o vídeo de uma mulher que ela colava aqui.

Y: Sei, eu tentei já também.

K: Eu fiz. É uma cola especial, mas eu peguei uma cola pritt e eu tentei e óbvio que não dava. Eu não tinha acesso, infelizmente, mas fiquei muito tempo tentando colar. E era muito isso também, eu queria entender de onde vem a minha família, mas eu não queria ser associada. Em Presidente Prudente, eu podia ser japonesa. Em São Paulo, eu não podia. Eu também não tenho nenhum amigo descendente da época do colégio. Era só eu, meu irmão também no colégio. Todo mundo conhecia quem era as duas irmãs japonesas. E eu lembro também dessas pequenas agressões que me fez não querer ser associado. Por exemplo, eu levava muito *nori*⁶ de lanche. Todo mundo achava muito nojento comer alga. Era muito, muito nojento. A minha única melhor amiga que comia comigo. A gente trocava, ela me dava cheetos e eu dava *nori*. Mas todos achavam nojento. *Anpan*⁷ achavam nojento, *manju*⁸ achavam nojento. E eu lembro que uma vez enganei todo mundo, dei manju pra todo mundo e falei que era chocolate. Todo mundo comeu, e foi o meu ato mais radical aos dez anos. Mas foi bem isso.

Eu lembro que uma vez, numa brincadeira de princesas, todo mundo falou que eu tinha que ser a Mulan. Eu não queria essa Mulan. Eu falei que queria ser A Bela Adormecida. E não me deixaram ser a Bela Adormecida, porque eu era, enfim [japonesa]. E aí eu lembro que era muito disso, eu não queria ser associada, então eu falava pra minha mãe “eu quero levar

6 Folha feita a partir de alga marinha.

7 Doce japonês recheado.

8 Bolinho japonês recheado com doce de feijão.

toddynho, eu não quero levar mupy, porque todo mundo leva todinho e só eu levo mupy”. Era essas coisinhas de não querer ser nada associado.

Y: Eu tinha muita vergonha da minha mãe até recentemente. Porque minha mãe fala português, mas ela fala português com bastante sotaque. E com a gente ela só fala em japonês, em casa a gente só fala em japonês. Então, por exemplo, eu ia para o mercado com ela, e ela falava em japonês comigo. Eu fugia dela no mercado. Se ela atende o telefone no mercado, ela fala em japonês. Então eu ficava longe dela. Eu nunca chamava amigos pra ir em casa porque tinha vergonha da minha família, de a gente falar japonês em casa. Porque todo mundo ficava “o que você falou? O que foi isso? O que foi aquilo?”. Por exemplo, isso do *obentô* também, teve uma vez quando eu tinha uns três anos, a minha mãe lembra até hoje, que ela fez um *obentô* muito bonitinho com uns *onigiris*⁹ com forma de bola de futebol, ela fez umas salsichas em forma de polvo, e ela fez ovo e pôs um monte de coisa. Foi “o *obentô*” da vida dela e eu joguei fora porque estava com vergonha, porque todo mundo tinha levado sanduíche e salgadinho. Daí a professora contou pra minha mãe e ela nunca mais fez *obentô* pra mim. Tanto que a primeira vez que eu levei *obentô* de novo foi na FAU, quando era uma excursão da FAU, eu fiz a Karina, a gente fez *obentô* junto e levou. Foi revolucionário pra mim, porque morria de vergonha da minha família e é muito ruim isso.

A: Eu tenho um irmão gêmeo e éramos os únicos descendentes de asiáticos na escola. E quando entrei na FAU, fiquei muito próxima de um grupo de amigas que todas eram brancas. A não ser uma, a I. e eu só fiquei mais próxima dela. E eu nunca tive esse “click” até a pandemia, em que eu fiquei muito mais próxima da C. na pandemia, da C. e da Michele que é chinesa. E pensei “é óbvio que eu vou ficar muito mais próximo, eu sinto muito mais identificação com elas”. Eu consigo conversar, eu

9 Bolinho de arroz japonês.

consigo levar *manju* e não precisar explicar o que é isso. E eu nunca tinha tido esse click. Demorou anos pra ver isso. É só uma coisa que me ocorreu durante a pandemia.

Y: Teve uma vez na FAU que estava no primeiro ano. Eu levei aquele salgadinho que tem várias ervilhas, amendoim e uns peixinhos secos também. Eu adoro aquilo, e estava muito feliz com meu salgadinho. E as minhas amigas chegaram e fizeram um escândalo no meio do estúdio 1, porque eu estava comendo peixinho seco na aula. “Nossa que nojo, que absurdo, você trouxe peixe!” Pra mim era uma coisa muito normal e virou um escândalo. Na hora achei engraçado, mas pensando agora, eu nunca mais levei nada parecido para a FAU. Mesmo sendo um espaço mais aberto, mais progressista, ainda esse tipo de coisa chocava.

E uma coisa muito idiota que eu fiz, que hoje em dia me arrependo muito, foi no nosso primeiro ano a festa do Equador, o tema era “parece, mas não é”. E na época eu ainda não tinha nenhuma consciência sobre os debates sobre racismo asiático, por exemplo. E eu e mais amigas fomos de chinesa, com uma plaquinha escrito “pastel de frango”. Seis meses depois, olhei para aquilo e pensei “que idiotice foi essa?” e acho que é uma das coisas que mais tenho vergonha hoje em dia, mas que na hora não parecia errado, sabe? Parecia uma coisa como um “auto bullying”, então não parecia errado. Mas é uma coisa muito absurda de se fazer. E só depois que comecei a me inteirar um pouco mais sobre essas discussões que eu fui percebendo o quão errado foi aquilo que eu fiz.

E: Muitas coisas que eu já fiz, eu também não percebia. Meu pai vivia falando “ai, porque você é japonesa do Paraguai”. Acho que isso também só fez eu me distanciar mais dos costumes da minha família e não querer ser associada, e de passar por esse processo de abasileiramento.

A: Uma coisa que parte da nossa geração sofre é que em casa você não é japonês para sua família, você não é o suficiente, e

fora de casa você não é brasileiro o suficiente. E você fica num limbo.

E: E sobre o japonês? A minha mãe, ela desaprendeu a falar japonês. Não sei se foi muito pela convivência de vir pra cá para São Paulo para estudar, talvez não tinha tanto essa relação [com outros japoneses e nipo-brasileiros]. Mas com os pais dela ela só falava japonês. Tanto que a comunicação com os meus avós também era mais difícil. Eu não conseguia conversar direito com eles. Também nunca tive muito interesse em aprender japonês. Como foi para vocês? Quem da família de vocês fala japonês e como é isso?

M: A minha mãe fala japonês fluente, e o meu irmão mais velho também. Meus pais sempre tentaram colocar a gente em escola japonesa que eu nunca consegui aprender. Eu sempre entrei, fiz o N5, sai, esqueci tudo, entrei, fiz N5, sai e esqueci tudo. O meu irmão mais novo não sabe nada. A gente está tentando correr atrás agora, mas é muito mais fácil aprender uma língua quando você é menor. Quando eu era pequena, eu só queria saber de aprender inglês. Então eu pedi pra me colocarem na Cultura Inglesa e me tirarem do japonês, porque eu não aguentava mais. Mesmo tendo estudado no primeiro, a gente tinha incentivo para aprender japonês, mas eu nunca consegui aprender. Até que esse ano eu estava tentando, mas também não consigo porque é muito difícil pra mim. Mas eu tenho que falar em japonês com a minha avó. A gente diferencia, a avó é a paterna e a *baachan* é a materna. E a minha *baachan* fala em japonês para mim, que o meu japonês é estranho, mas dá para entender. E é isso que importa. O meu pai não fala japonês, quando ele era criança, a minha avó tentou fazer ele estudar japonês, eles iam para o “*nihongo gakkou*”, só que ele falava assim: “por que eu tenho que aprender japonês se a gente está no Brasil?”. Pra ele não faz sentido a gente manter essa tradição. E hoje ele se arrepende de não ter aprendido tanto japonês. E por outro lado, o irmão

mais velho dele, assim como meu irmão mais velho, sabe o japonês perfeito. E ele conversa com minha mãe também.

Y: Na minha família foi ao contrário. Meu avô, ele só falava em japonês com os filhos e ele não deixava por nada nenhum dos filhos esquecer o japonês. Tanto que, por exemplo, a minha tia, o marido dela é brasileiro. O meu avô falava em japonês com ele, e fez ele aprender a entender o básico, na força. Tem um tio meu que é colombiano, meu avô só falava em japonês, com os netos também. Eles entendem umas palavras como “*ohayou*”¹⁰, “*oyasumi*”¹¹ conseguem entender o que está rolando ali. Mas foi na força do ódio do meu avô, se a gente falasse em português, ele não respondia. Daí com os netos também, o meu primo mais novo não pegou tanto isso porque ele nasceu um pouco antes do meu avô falecer. Só que eu e meus primos mais velhos, o meu caso é diferente porque estudei, mas meus primos, eles nem estudaram tanto, mas meu avô só falava em japonês com eles. Eles não tinham opção senão tentar entender. Daí meus pais também. Em casa, foi o meu pai que impôs a regra de que em casa a gente só fala japonês. Não foi nem minha mãe. Minha mãe se esforçou para aprender português. Ela até falaria em português com a gente, mas o meu pai impôs a regra que não pode falar português em casa, a gente só fala em japonês. Então foi uma coisa muito imposta pelos pais, para tentar manter ao máximo o idioma dentro de casa. Hoje em dia eu e o meu irmão, a gente fala em português, porque é mais fácil. A gente mistura tudo. Mas quando a gente era pequeno, se a gente soltasse uma palavra português, a gente levava um “*tabefe*” na cabeça.

K: O meu avô não era tão radical assim. Mas da parte do meu pai, todo mundo já aprendeu. Ele falou que, durante a Segunda Guerra, todo mundo parou de falar japonês. Então, meu pai não sabe absolutamente nada. Não é à toa que chamavam

10 Bom dia em japonês.

11 Boa noite em japonês.

muito ele de “japonês do Paraguai”. Mas os meus avós, como vieram do Japão, só aprenderam português na marra também. Eles trabalhavam na feira então tinha que falar um pouco de português, pra vender os legumes. Só que comigo, meu avô não falava em português comigo, só falava japonês. E eu nunca entendia nada do que ele falava. Eu não consegui aprender. Fiquei muito sem entender o que ele falava. Ele morreu sem eu entender metade das histórias que ele contou pra mim. E com o meu pai ele falava em português. Mas com os netos ele falava em japonês. Era tipo “você têm porque vocês são do meu sangue, vocês tem que saber japonês”.

E aí, quando eu entrei na FAU, eu comecei a entrar em mais contato com a minha própria ancestralidade e fui pra escola de japonês. Fiquei dois anos lá, ainda sou péssima. *Kanji*¹² é muito difícil, não entrava na cabeça. A ordem era toda inversa. A minha avó falava que eu falava igual menino e eu não entendia o que ela queria dizer. Enfim, eu sei o básico, do básico. Eu sei que *hiragana*, *katakana*¹³ e algumas frases soltas. A minha irmã foi pro Japão, então ela sabe mais, mas ainda não fala muito bem. É que a minha avó fala muito *okinawago*¹⁴. Que é uma língua quase morta, mas ela fala muito. Então, a minha própria professora de japonês, que nasceu no Japão, não entende tudo o que a minha avó fala, porque ela tem muito vocabulário de *okinawago*.

K: É um dialeto, uma língua extinta, está com risco de extinção. Ninguém entende o que a minha avó fala. É muito difícil. ela demora muito para se expressar. Acho que é por isso até que ela não conta muita história porque ninguém consegue entender. Eu só tenho um primo que fala japonês. A minha avó tem 11 netos e só um realmente foi estudar e até ele. Ele é N1 e ele não entende tudo que a minha avó fala, porque é muito

12 Ideograma japonês, um dos três tipos de caracteres utilizado na língua japonesa.

13 Hiragana e katakana são símbolos fonéticos que representam sílabas.

14 Dialeto de Okinawa.

difícil. Mas é só parte da minha mãe que fala um pouco, meu pai teve que aprender um pouco na marra.

C: Tem um curso de *okinawago* numa escola na zona leste.

K: Eu estou me forçando a aprender com o meu avô. Só que como ele está esquecido, ele repete as coisas. Então eu sei um bocadinho de frases decoradas. Eu também fui pesquisar, é que a minha avó falou “Tinha que aprender, né? Está morrendo e tal. Alguém tem que manter, quando que vou ensinar, né?”. Aí eu pesquisei, um dos únicos lugares que ainda ensinam no mundo é na Zona Leste. É muito específico. E aí eu até fui ver, mas eu moro na Zona Oeste, então eu teria que atravessar São Paulo, era muito inviável. Mas aí, de vez em quando ela solta assim “aí, você sabe como é ‘*neko*¹⁵’ em *okinawago*?”. Mas é completamente diferente. Eu achava que era um sotaque só. Mas são outras palavras, é outra formação de frase. Aí eu falei, eu não consigo aprender japonês, imagina *okinawago*. Nem vou usar também.

C: Os meus avós, os dois são brasileiros, mas eles têm o sotaque japonês muito forte. Meu avô, na verdade nasceu aqui, só que ele foi criado no Japão, porque os meus avós estavam trabalhando em fazenda, então está muito difícil criar um bebezinho. O mandaram de volta pra Okinawa para ser criado pela tia dele e então agora ele fala muito mais japonês que português. A minha mãe e meus tios aprenderam japonês primeiro. Só que aí eles esqueceram quando começaram a ir para a escola. Porque eles queriam fazer parte. Então eles começaram a falar só português e esqueceram. Acho que foi a mesma coisa com o meu pai também. Eu lembro que ele estava com risco de reprovar a primeira série porque não falava português. Aí ele teve que correr atrás.

Como eu cresci longe dos meus avós, eu não sabia nada. E aí eu chegava em São Paulo e eles falavam “não, mas

15 Gato em japonês.

você tem que aprender”. Como é que eu vou aprender se meus pais não falam. Depois eles aprenderam, moraram um tempo no Japão, mas eles não falavam porque eles queriam que eu me encaixasse. Na época era em Curitiba, sempre foi a única descendente de japoneses. Então eu demorei para aprender, eu só sabia quando eu estava levando bronca, que meu pai me dava bronca em japonês, e às vezes quando eu ia para casa dos meus avós. Agora para falar como o meu avô, às vezes ele esquece que sabe o português. Então ele fala não, ele fala japonês que só sabe falar. Não sei por que eu entendo isso, mas eu não sei como que fala isso. Aí eu estava querendo aprender, fui um pouco atrás, fiz o curso da FFLCH que é para o pessoal que vai fazer japonês. Então eu me perdi muito cedo. Os dois primeiros meses, eu estava entendendo. A partir daí, eu não entendia mais nada. Tirei nota pra passar, mas eu queria aprender. Só que não deu. Também sou muito ruim.

M: Acho engraçado como o japonês reflete um pouco o como funciona cada papel da sociedade. Você tem um jeito de falar com uma mulher, o jeito de falar com um homem, tem o jeito de falar de uma forma mais polida e uma forma mais, mais polida e o jeito de falar com crianças. Isso é uma coisa que eu tenho muita dificuldade. Acho que uma das dificuldades que eu tenho pra aprender japonês é isso, essas formalidades que eu não consigo. Não bate, não entra. Por que eu não sou igual a um homem? Por que eu não posso falar da mesma forma que eles se somos iguais?

Y: No Brasil, eu falo fluente japonês. No Japão eu não falo. No Japão o meu japonês é meio antiquado. Porque hoje em dia eles falam tudo meio em inglês. É muito estranho o idioma. E também às vezes tem termos, por exemplo banheiro. Se você falar “*benjô*”¹⁶ de vão achar que você é um homem de 90 anos. E se você falar “*toire*”¹⁷, você é uma menina... só pelo jeito de

¹⁶ Banheiro em japonês.

¹⁷ Banheiro em japonês.

falar. Então lá eu não falo fluente. Lá eu falo bem mais ou menos.

F: Em casa os meus avós não falam, mas eles chegaram a morar no Japão quando eu era pequena, por um período. Então eles sabem frases soltas também, formar algumas sentenças, mas nada fluente. E aí em casa a minha mãe também não fala. Mas a gente sempre usa palavras soltas, então tipo “*benjô*”, “*kitanai*”¹⁸. Mas eu não fui atrás de aprender japonês. A minha mãe também não. Quando ela era pequena, minha avó ainda tentou fazer as minhas tias aprenderem. Contratou um professor para dar aula, mas ninguém levou a sério. E aí se perdeu, em casa só essas palavras soltas que a gente usa.

E: Em casa também era assim. Até essas pequenas palavras soltas a gente não fala mais. Quando eu era pequena a minha mãe falava “vai pro *ofurô*”¹⁹, vai no *benjô*”. E essas coisas a gente perdeu. Entrando um pouco na questão da relação com os espaços urbanos, você falou que tinha muita vergonha, né?

Y: Em São Paulo eu não tenho isso, mas eu tinha mais. Por exemplo, eu nasci e vivi a vida inteira em Bragança. Daí a gente participa de uma associação. Minha mãe é diretora da escola de japonês, meu pai hoje é o presidente da associação, então a gente é muito da associação, cresci lá. Todo mundo sabe quem é a nossa família, todo mundo sabe quem eu sou. Então lá dentro, eu estava sempre super confortável e eu sempre participei muito das coisas da colônia. Fazia *Yosakoi*”²⁰, fazia *Taiko*”²¹, participava de todos os concursos de desenho, pintura, de caligrafia. Eu era muito inserida ali e eu me sentia parte de alguma coisa, estava confortável. Mas eu botava o pé fora dali... eu me sentia muito peixe fora d’água. Então eu tinha vergonha

¹⁸ Sujo, nojento em japonês.

¹⁹ Banho em japonês.

²⁰ Estilo de dança japonesa.

²¹ Tambor, um instrumento de percussão japonesa.

da minha mãe no mercado. Na escola, eu tinha vergonha de tudo.

Por muito tempo eu achava que japoneses eram feios e todos os meus “crushes” de adolescência até os 13 anos era no perfil do Zac Efron e pessoas assim, eu amava Rebelde. Fiz futebol para tentar me inteirar com o pessoal. Foi só depois de um tempo que eu comecei a aceitar um pouquinho mais quem eu era, o que eu gosto. Eu fui mudando bastante meus gostos, me adequando mais ao que fazia sentido pra mim. Mas em Bragança sempre foi isso até hoje em dia. Se eu estou lá com os meus amigos do *taiko*, estou confortável, mas se eu não estou, já fico meio assim, sabe? Daí quando eu me mudei para São Paulo para fazer FAU, eu morei ali em Pinheiros por bastante tempo. Em São Paulo já tem muito mais asiático, né? Entrei na FAU e pensei “nossa, quanta gente”, não sabia que tinha tanta gente assim. Então em São Paulo fui ficando mais confortável.

Só que agora que moro aqui do lado, na Aclimação, eu fico bastante ali pela região da Liberdade, Aclimação que tem muito japonês, coreano, chinês, eu me sinto muito mais tranquila. Então eu falo no telefone falando alto com a minha mãe em japonês no mercado, compro o meu *kimchi*, meu *tofu* e saio tranquila sem ficar “nossa, as pessoas vão olhar o que eu estou fazendo”. Virou uma coisa muito mais natural pra mim. Até dentro de São Paulo tem umas partes que eu me sinto muito mais confortável. Por exemplo, eu fui no Bom Retiro esses dias. Não sou coreana, não sei nada de coreano, só como as comidas. E lá é um bairro meio perigoso à noite, mas mesmo assim, eu olhava em volta e pensava “parece um pouco que eu estou em casa, parece que estou mais segura”. Ou até na Liberdade, à noite, não é uma região muito tranquila, mas eu ficava “ah, eu acho que está tudo bem”, sabe? Parecia um lugar mais seguro pra mim, só de ter pessoas parecidas comigo. Então em São Paulo fui achando uns pontos. Até dentro da FAU, que encontrava pessoas parecidas e eu me sentia mais tranquila. Em Bragança isso é uma coisa que nunca tinha acontecido fora da Nipo.

C: Nossa, mas eu achava que em Bragança tinha bastante japonês.

Y: Atibaia tem. Em Bragança não tem muito.

A: Acontece no meu bairro também. Eu moro no Jardim da Saúde, que é pós Ipiranga. Já foi um bairro que tinha uma comunidade japonesa central, em São Paulo, alguns anos atrás. Foi por isso que meus tios, quando eles vieram para São Paulo, eles queriam morar lá. Agora não tem tanto, mas eu percebi isso. Eu ia na academia do bairro e as senhorinhas, as *baachans* vinham falar comigo, eu nem conhecia elas. “a aí, como que você tá?” E eu achava muito fofo. Acho que as outras pessoas também procuram por uma identificação, né?

M: É verdade isso que você falou, que na Liberdade você se sente mais à vontade. Mas não só você, as outras pessoas também. Eu ia na Liberdade e às vezes vinham umas *baachans* falando em japonês comigo perguntando, “ah, isso aqui é sei lá o quê”. E eu não sabia o que ela estava falando, não sei japonês. Só que ela virava pra mim e falava em japonês. Então, é um espaço que você se sente à vontade. Você acredita que a pessoa ao seu lado, que tem olhos puxados, sabe o seu idioma. O que não aconteceria se você fosse comprar alguma coisa na Vila Madalena, em algum mercado da Vila Madalena. Com certeza essa pessoa sabe japonês e eu vou perguntar para ela em japonês, mesmo que ela não trabalhe aqui.

Y: Na feira aqui do lado, da Aclimação. Vendem *tingensai*, que é tipo uma acelga chinesa, vende *tsukemono*²², vende *nattou*²³, vende *tofu*. Se você vai às sete da manhã só tem *baachan*. Todas elas vêm falar com você como se você fosse a neta delas. Daí quando vou nas barraquinhas de *nihonjin*²⁴ eles falam “Não

22 São verduras, legumes e frutas em conserva

23 Alimento tradicional japonês feito de soja fermentada.

24 Pessoas japonesas ou de ascendência japonesa.

quer levar *tofu*? Dá pra você fazer isso daqui, leva esse que dá pra fazer isso”, como se fosse muito parte daquilo. E é muito gostoso isso.

C: A nossa família é daqui, mora todo mundo na zona leste, ali na Vila Carrão. Tem muita gente de Okinawa. Quando eu vim para São Paulo, os meus pais queriam morar mais perto do metrô para eu conseguir ir para a escola, para eu aprender a andar de metrô. E aí eles estavam pesquisando onde que era a melhor região e eles escolheram perto do metrô Saúde porque tinha muito japonês. E acho que foi muito legal pro meu pai, porque quando ele morou no Japão. Ele sentia muita falta do tempo que ele morou no Japão. Aí acho que ele gostava desse horário, que só tinha *baachan* caminhando na rua. Ele ia fazer feira nesse horário. Acho que todo mundo que ele encontrava, que ele supunha que falava japonês. Ele ia lá e puxava assunto. Meu pai, aos 50 anos, era a *baachan* que puxava assunto com os outros. Eu acho que isso trouxe uma identificação muito legal para mim porque em Curitiba se a gente queria um tofu, a gente tinha que sair da nossa casa e ir até o Mercado Municipal que fica no centro. Não era muito prático. Aqui, eu ando duas quadras, eu estou na feira e tem barraquinha que só tem produto japonês. Não precisa nem ser na feira, tem a própria loja que fica aberta a semana inteira, o dia inteiro.

L: Eu também moro perto da Saúde e a minha mãe se sente muito mais confortável lá. A gente nunca foi na Liberdade. A gente nunca vai, eu me sinto nada confortável na Liberdade. E na Saúde, ela adora. Ela também não fala japonês. Nunca ninguém da família tenta um diálogo em japonês. Às vezes têm umas palavras soltas. Agora ninguém fala mais nada, nada mesmo. Meu irmão tem até um pouco mais de interesse, eu não tenho tanto interesse. Então ele já tentou... Até a minha mãe, ela pega o *furikake*²⁵, ela entende duas sílabas, aí ela tenta adivinhar o que é. Mas a gente se sente muito mais confortável

25 Tempero japonês feito à base de peixe.

no bairro da Saúde que é menos japonês. Mas também sempre foi essencial, então em casa sempre tem comidas asiáticas. Sempre precisou ter um ambiente para a gente comprar algumas coisas específicas. Mas nada muito abundante.

K: Eu moro perto de Taboão da Serra, que não é nenhum grande núcleo de descendentes, mas tem alguns. A minha mãe é acupunturista, tem muitas na região, mas a minha mãe acho que é a única que tem descendência japonesa. E muitos descendentes de japoneses vão pra lá de longe, Alphaville, porque se sentem confortáveis com a minha mãe, conseguem falar um pouco de japonês. Minha mãe não é nada fluente, mas a minha mãe entende tudo. Ela não vai te responder. Mas ela entende tudo que você fala. Então tem várias *baachans* que cruzam Taboão da Serra pra ser atendida por ela e é essa questão de se sentir mais confortável com quem está no lugar. A gente morava antes em uma região mais afastada e lá não tinha realmente nenhum japonês. Agora tem até uma lojinha perto de produtos orientais e eles conhecem gente. Eles falam “quinta-feira tem *tofu* novo hein”. Então, toda quinta-feira a gente vai lá comprar *tofu*.

E acho que é isso, é uma questão de se sentir mais confortável. Não é um bairro que tem muitos japoneses, mas os poucos que tem a gente já conhece e tem até um pouco de intimidade. Tem uma tia que mora no prédio, ela sempre dá bom dia no elevador e ela mostra a fotinho do neto. Ela é toda muito animada. Então acho que é isso também de se sentir um pouco mais confortável. E é até engraçado que tem muito isso de “eu não sei diferenciar chinês, japonês, coreano” e todas as *baachans* já chegam e “você é de Okinawa, né? Dá pra ver que você é de Okinawa”. Até sexta feira, eu e uma amiga estávamos conversando. Aí tem muita gente confunde nós duas, muita gente. E aí ela falou, “dá pra ver que é diferente. Eu sou de Hokkaido, ela é de Okinawa. E todo mundo ficou meio “isso não significa absolutamente nada”, só pra a gente. Para a gente é muito claro a diferença.

M: O chefe quase virou para ela e começou a conversar achando que era eu.

K: Uma mulher chegou e eu falei bom dia, eu tinha acabado de chegar. Daí ela me respondeu e disse “eu não acabei de falar com você?”. Aí eu: “você falou com a Júlia, né?”. Ela, “nossa, é verdade. Desculpa”. A minha *baachan* quando ela vem pra cá, ela quer muito vir para a Liberdade, a primeira coisa que ela quer fazer é vir para a Liberdade. E ela foi pra Liberdade e já quer voltar para Presidente Prudente, mas ela vai lá, puxa papo com todo mundo e ninguém entende o que ela fala, porque ela fala *okinawago*, mas ela conversa com todo mundo. Então acho que é muito legal ver isso de manter a cultura.

Meu namorado ele é branco e ele acha muito interessante como a gente mantém muito mais a cultura do que a família dele, que é italiana. Os avós dele são italianos, eles não falam italiano. Quando encontram outro italiano na rua não tem esse negócio de puxar papo, falar de onde vem. Ele fala que é muito legal que a gente mantém um pouco mais essa ligação.

A: Vocês sentem uma pressão de se casar, tem que casar com um japonês?

M: Eu não tinha isso. Eu tinha a pressão de não casar com coreano nem com chinês. Você pode namorar quem você quiser, se eu trouxesse um negro de dois metros tudo bem, mas meu pai fala assim “se você entrar com um coreano, eu vou dar um soco na cara do coreano”. Eu cresci com essa rixa. Eu cresci com isso de “nossa ele é coreano, é melhor eu não me apaixonar por ele”. Comecei a ouvir k-pop e o meu pai falou assim “meu Deus do céu, você é uma desgraça pra família”. Eu falei “*Annyeonghaseyo*²⁶” pra ele. Ele ficou “não”. Ele não deixa tocar k-pop no carro. Agora ele tá mais acostumado. Eu bato de

²⁶ Olá em coreano.

frente com ele “pai, larga de ser racista” e ele já vai aceitando. Mas tinha essa coisa.

Y: Então, mas eu entendo o inverso. Os coreanos não gostarem da gente eu entendo porque a gente fez coisas muito erradas. O oposto pra mim não faz nenhum sentido na gente. Eu descobri que rolava essa rixa entre japonês e coreano só depois de muito tempo.

M: E no Japão não se ensina essas coisas .

Y: Não, é super abafado. Mas em casa rola uma pressão de que só posso namorar japonês. Eles não vão falar nada se eu trouxer outra pessoa. Mas quando eu levei o meu namorado, eles ficaram aliviados. Ele nunca falou japonês, ele entende o básico. Mas só de minha mãe poder fazer *karê*²⁷ e ele não achar estranho, sabe?

K: Mas eu acho que é uma coisa assim. Fica mais fácil.

Y: Eu não sei se é mais fácil, mas minha mãe ficou aliviada.

A: O meu pai é brasileiro. Então eu sei que minha mãe sofreu. Ela foi a única das irmãs que casou com um brasileiro. Meu tio casou também, mas ele não mora em São Paulo e ele é homem. Mas eu sempre vi isso, que tinha uma pressão muito grande. E aí eu dei a sorte maravilhosa de ter nascido lésbica. Na minha casa com os meus pais, eles sabem, está tudo bem. Mas eu sinto que nunca vou me assumir pro resto da família. Acho que não ia acontecer nada, mas eu sei que se alguém falasse alguma coisa, os meus pais iam comprar briga. E eu sinto que é muito possível. E aí, para evitar uma rixa na família, principalmente do lado japonês, penso que ninguém precisa saber.

²⁷ Prato típico da culinária japonesa feito com carne, legumes e curry.

C: As pessoas olham pra mim e elas sempre acham que sou 100% hétero. Elas ficam muito chocadas.

E: Teve uma fala do meu primo, ele tem a minha idade, que me marcou. A família dele pelo lado da mãe dele é bem grande. E tem várias pessoas lá que namoram e se casam com pessoas que não são descendentes de japônês. E aí teve um dia que a gente tinha saído ou algo assim e ele falou “Acho que já chega de ter “*gaijins*” na família, senão fica feio”. E aí eu fiquei tipo...

Y: Mas o seu primo, ele é novo, não?

E: Então, ele tipo a minha idade. Ele é um pouco mais velho. E aí ele falou isso, falou pros dois irmãos dele. E na época, ele namorava uma menina que não era descendente de japônês. E pensei, qual é o sentido disso? Então eu acho que existe um pouco essa pressão. Não da minha família, mas inconscientemente.

Y: Mas para mim tem aquilo de conforto também. Eu já namorei pessoas que não eram descendentes e agora namoro um que é. E por exemplo, para apresentar para a família. Não pela questão de aceitação, mas a minha mãe é japonesa mesmo. Então ela só fala japônês em casa. Quando eu levei os meus namoradinhos, eles ficavam “o que ela falou?” e tudo era muito curioso. O meu namorado, mesmo ele não falando, é normal. Então a minha mãe faz uma comida e mesmo ele não conhecendo é uma coisa normal pra ele. Ou até quando eu cozinho, eu só sei cozinhar comida japonesa porque é o que a minha mãe me ensinou. Então pra mim é muito mais fácil, por um lado, namorar uma pessoa que é mais parecida comigo.

K: Minha mãe conta que meu avô, ele não só queria que os filhos se casassem com descendentes japoneses, mas tinha que ser descendente de Okinawa. Até porque a oferta de okinawanos em Presidente Prudente era limitada. Então é óbvio que o desejo não foi realizado, ninguém se casou com

descendente de Okinawa. Mas ele tentou arranjar casamento. O meu avô era bem problemático. Enfim, não conseguiu. E aí ele teve 11 netos e o único namorado de netos que ele conheceu foi um coreano. E minha prima namorou ele por sete anos. Não vi o momento que eles conheceram, mas a minha avó contou que ele falou “pelo menos não é estadunidense”.

Ele sofreu muito com a invasão americana em Okinawa. Então ele tinha muito ranço dos Estados Unidos. Ele falou isso, eu queria que fosse japônês, mas pelo menos não é dos Estados Unidos. Dos primos, todo mundo namora *gaijin* e eu lembro quando eu contei para minha *baachan* que eu estava namorando, a primeira coisa que ela perguntou não foi o nome, não foi o que ele fazia. “É *gaijin*?”. Ela já perguntou se era *gaijin* porque todos os netos também namoravam. Depois ela “ah, é carinhoso? Então tá bom. Você só me dá um bisneto”. Eu fiquei tipo “calma, eu sou a sua neta mais nova, tem dez na minha frente pra ter neta ainda” e aí ela “ah, é verdade”. Mas ela já está bem esquecida e toda vez ela pergunta “é *gaijin*?”, aí eu falo “é”, ela “hm, tudo bem”. Agora a esperança dela é a minha irmã. Que é minha irmã até agora só saiu com japônês. Ela nunca namorou ninguém, mas a minha irmã já falou que prefere sair com japônês porque ela se sente mais confortável.

Mas também tem essa questão, por exemplo, de comida, né? Meu namorado é muito vai muito em casa e tudo pra ele é muito novo. Mas pelo menos ele não é do tipo “o que é isso?”, que fica muito animado, animado demais. Teve uma vez que ele foi em casa, meu pai preparou um *sukiyaki*²⁸ pra ele pela primeira vez e ele gostou muito. Então ele não é muito animado, do tipo “que exótico”, mas ele sempre está perto pra entender essas palavras jogadas. Eu falo *kaikan* ele não entende, ele acha que é o nome da associação. Então ele tá nessa, mas é muito disso de ter que explicar como funciona, por que a gente faz tal coisa. Mas é algo que minha mãe e meu pai já superaram. Mas acho que minha avó ainda está nessa. E os meus avós paternos que não conheci, meu pai contou

28 Prato típico da culinária japonesa feito com carne fatiada bem finas e verduras.

que eles eram bem rígidos com isso também. Queriam que mantivesse a linhagem. Só que a minha tia mais nova se casou com brasileiro, é a única da minha família que teve mestiço, mas eles já estavam mortos. Deu tudo certo, mas se eles estivessem vivos eles nem iriam no casamento. É bem forte ainda, mas os que são mais conservadores estão morrendo. Então tá mais de boa. Mas quando eu era pequena, cresci ouvindo isso. “Tem que casar com japonês, né?”

Y: Minhas tias, teve uma que casou com brasileiro e outra com colombiano. Meu avô odiou no começo, mas depois ele viu que teria que aceitar. Daí ele só tratava como japonês, ignorava e falava em japonês. Eles se viravam pra entender.

M: A minha vó eu acho que ela tinha esperança. São cinco filhos. Meu pai é mais novo e ele foi o único que casou com uma descendente japonesa. O primeiro filho, foi super aquela guerra porque ele se apaixonou por uma brasileira. E aí o segundo filho casou com uma brasileira. Aí o terceiro também. A minha tia casou com um italiano. Aí chegou a minha mãe, se casou com meu pai e ela deu graças a Deus. Então, eu acho engraçado essa expectativa de casar com japonês, só que sempre dá tudo errado. Mas eu vou falar um negócio. Eu não sei se é só eu ou se vocês também tiveram essa experiência, quando iam crescendo vocês olhavam para as outras pessoas e falavam “eu não sou tão bonita quanto ocidentais”. Eu nunca conseguia me ver de igual para igual com uma mulher branca ou uma mulher até mesmo negra. Eu me achava muito feia sendo japonesa tendo o olhinho puxado, uma pele amarelada. Eu nunca me achava boa o suficiente para um homem ou para uma mulher, ocidental, *gaijin*. Não sei se vocês tinham isso também.

K: Como eu cresci sem muitas referências também, até no audiovisual, do meu grupo eu era a única que tinha o olho puxado, aí eu odiava. Eu lembro quando começa a ter as matinês e tal, eu era sempre a que não ficava com ninguém e

aí eu fui a última a beijar. E eu achava todas as amigas muito bonitas, e elas começaram a ter peito, elas começaram a ter bunda e eu nunca tive. Então eu ficava “nossa, como que vou ser tão bonita quanto ela?”

M: Por que alguém iria olhar pra mim, sabe? Eu achava estranho quando eu andava com alguém que era uma mulher *gaijin*. Eu sempre achava que eu ia ser sempre “a feia”, porque eu nunca vou chegar aos pés dela, porque ela tem o cabelo comprido e ondulado.

K: E se ficam com a gente é porque é diferente, ou exótica. Eu achei que eu nunca fosse escutar isso. Em 2019 numa festa da USP, chegou um cara e falou “nossa, só falta uma japonesa pra completar minha tabela”. Teve um outro nessa mesma festa. Chegou em mim e falou “eu gosto muito de Naruto” e eu fiquei muito tempo olhando pra cara dele. Ele: “eu gosto muito de anime. Eu cresci vendo Pokemon”. E pensei: “por que ele está falando isso pra mim agora sabe, a gente ainda tá em alguma década passada?”. Aí eu achava que era sempre muito exótica, que estão ficando comigo porque eles querem experimentar.

C: Não lembro nem que situação era, mas acho que estava no primeiro. E aí uma conversa que nem lembro qual era o assunto, só lembro de uma frase “mas você é uma japonesa bonita”. Eu congelei. Eu não sei o que aconteceu depois, o que aconteceu antes, mas eu fiquei assim. Inconscientemente ou conscientemente eu fui afastando um pouco dessa pessoa. A gente sabe a intenção e tal mas... A gente fez cursinho na mesma sala, só que eu não falava com ninguém, então só sabia da existência dela. E aí a gente estava num grupo de pessoas que também fez cursinho juntos e essas pessoas eram mais sociáveis que eu. Então as pessoas já eram amigas dela. Eu só fiquei quieta porque senti que falar alguma coisa ia ser horrível. Eu já não falava direito com as pessoas. Eu não ia fazer amizade por seis anos de FAU. Eu congelei completamente. Eu não sei nem como que eu saí de lá. Mas

nossa, foi horrível isso. E aí acho que junta com essa coisa de comparação com uma pessoa branca. Porque eu cresci escutando que bonita era “ai que lindo, ela tem cachinhos loiros e olhos azuis”. Não sei quantas vezes que vou falar de Curitiba, mas é que lá só tem gente branca. Lá tem muita colônia alemã e tem muito italiano, tem um monte de poloneses, ucranianos e é todo mundo assim e alto. Então eu escutava isso e pensava “nossa, o que eu tô fazendo aqui?”. Aí eu acho que eu nem me permitia gostar de alguém, porque eu já sabia que não tinha comparação. Eu não sei o quanto isso se perpetua até agora, porque fica ressoando esse comentário “você é uma japonesa bonita”.

Y: Mas quando eu era mais nova, nem associava que era uma coisa negativa quando falavam pra mim “você é uma moça bonita para uma japonesa”. Eu falava “obrigada”. Mas só depois eu comecei a entender que não era um elogio realmente. Aquilo é o máximo que eu conseguia. Para uma japonesa, você é bonita e esse era o máximo. Então quando chegava nisso, eu ficava feliz, sabe? Só depois eu entendi que estava errado.

C: Elogio que eu recebia era “nossa, o seu cabelo é liso, né?”. E era só esse o elogio.

L: Os comentários que eu recebia eram sempre relacionados ao fato de eu ser mestiça. Tinha isso de eu ser misturada, de ser um pouco brasileira. Era sempre assim “você é bonita para uma brasileira, você é mestiça, né?”. Tinha sempre esse complemento, nunca era só um elogio.

Y: Mas ouvia muito na infância. Eu tinha amigas mestiças e falavam para mim que misturar melhorava.

K: Eu lembro que eu ia nos campeonatos de *Miss Nikkey* e sempre era mestiça que ganhava. Nunca uma “100%” ganhava. Mas aí a gente estava lá na arquibancada e um cara falou “realmente, essa com sobrenome brasileiro é mais bonita” e

eu fiquei pensando muito tempo nisso, eu nunca vou ganhar o *Miss Nikkey* então, por causa do meu sobrenome japonês. Eu lembro que depois disso, era muito nova tinha uns oito anos, eu falei pra minha mãe: “quando crescer quero ter um mestiço, porque vai ser mais bonito”. Então eu também cresci ouvindo isso, que mestiço é muito mais bonito e tem o melhor de dois mundos. Tem o cabelo liso, mas tem peito. Exótico, eu sempre escutei muito isso também.

M: A minha tia falava que eu tinha que ficar fazendo assim, para o meu nariz formar aquela portinha. E aí eu achava que eu realmente tinha que ficar fazendo isso.

E: Acho isso muito difícil, depois de tanto tempo que a gente vê essas micro agressões. E o quanto isso formou a nossa cabeça de hoje e a gente se vê, a nossa relação com nós mesmas e com o outro. Acho que isso pra mim está caindo muito agora.

Y: Eu cresci muito lá na Nipo de Bragança. Então, em relação à estética, por exemplo, eu sempre via pessoas muito parecidas comigo. Lá na escola tinham várias revistas de moda japonesas. Então desde os 13 anos, que foi o momento que comecei a me entender um pouquinho melhor como descendente, eu comecei a ver muito *dorama*²⁹ japonês, então comecei a ver muita gente parecida comigo. E acho que consegui fazer isso mais nova, porque eu tive muita influência. Como minha mãe é japonesa, ela sempre tentava trazer muito, era muito presente na minha vida. Então, com 14, 15 anos, eu comecei a achar que homem japonês era mais bonito. Ter essas referências constantes acho que ajudou um pouco pra entender que têm outros tipos de beleza.

E: Acho que pra mim foi muito ao contrário, não tinha essas referências. Eu queria realmente me afastar. Não tinha muitos amigos japoneses, não assistia *dorama*, não assistia conteúdo

29 Novela japonesa.

japonês porque eu não queria. Tanto que eu não tive a fase de J-pop e era muito da minha época também.

L: Eu também não tive contato. Hoje eu descobri que os japoneses têm o nariz diferente. Eu nunca fiz essa relação porque nunca fui muito descendente de colônia. Na minha escola tinham outros japoneses, mas também tinham outros mestiços, tinha mestiço que era mais branco que eu. Então a nossa comparação era muito diferente. Existia, você via, mas todo mundo era tratado igual. Eu não sentia a obrigação de falar com japoneses que não me encaixo, mas também não sentia que tinha que falar com os brasileiros, porque com os japoneses nunca tive essa relação próxima. Mas depois que entrei na FAU, me aproximei muito mais com japoneses. Não foi uma coisa planejada e percebi muito tempo depois. Nem é de conversar sobre a cultura, muitas vezes conversávamos sobre essa cultura que a gente não tem do japonês. Nessa percebemos que nós também somos japoneses, mas não tivemos essa vivência. Acho que para mim em relação ao espaço, um ambiente que não me sinto nada confortável é na Igreja. Não entro, se for igreja católica não entro, nunca tive essa relação. Também porque não sou muito próxima da família do meu pai, brasileira. Mas da família da minha mãe tem três missas por ano. Eu me sinto muito confortável entrando em uma igreja budista. Indo lá no templo, acho super normal, faz parte da rotina.

M: Eu estou acostumada com igrejas católicas/evangélicas, de sempre ser “Os japoneses católicos”. Então eu nunca tinha parado para pensar assim.

K: Eu fiz catequese. Eu era a única japonesa da catequese e eu percebi isso também. Eu me sentia confortável porque todo mundo me conhecia, mas ao mesmo tempo eu era estranha no espaço. Na igreja budista, o senhor era amigo do meu avô, então era muito mais tranquilo esse espaço. Não tenho nenhuma religião, mas se for pra entrar num espaço prefiro

1000 vezes entrar no templo budista, porque eu me sinto muito mais à vontade do que em uma Igreja Católica. Tenho até um tio que é um dos representantes da Holiness, que é uma igreja evangélica muito famosa no interior, só de japonês. E mesmo sendo evangélica, eu me sinto mais confortável porque só tem japonês, é só japonês evangélico, mas você se sente mais confortável. Tem umas *baachans* que vão te mostrar a Bíblia, mas elas são muito mais legais de entender você e tal. Então, não sei nem se é tanto pela igreja por conta da igreja evangélica. Acho que é mais por quem está lá de não ficar olhando para você toda hora.

C: Eu nunca tinha pensado nesse aspecto religioso, mas tem muito isso. Tem uma amiga minha que é da Holiness daqui da Liberdade. Eu não sei quantas vezes eu me enfiei nas festinhas deles, porque a comida é boa.

K: E aí, nunca que eu faria isso com qualquer outra igreja. Ela sabe que eu não vou passar a frequentar. É uma coisa bem clara, ela sabe desde sempre. Conheço ela há nove anos. Tem nove anos que ela sabe, tem nove anos que eu vou na festinha de Natal. Mas aí lá eu me sinto à vontade, por mais que a religião não vá bater. Mas é um ambiente que eu me sinto mais confortável do que na igreja católica. A minha mãe ficou animada que eu vim para ter essa conversa. Minha mãe ficou animada porque ela começou a perceber essas coisas agora mais velha. E aí ela me contava umas historinhas dela criança e ela nunca percebia qual era o problema. Tipo, “por que implicavam? Por que não sei o quê?” Ela tem o cabelo mais cheio também, mais ondulado. E teve uma época em que ela tinha um cabelo comprido que ela gostava. Porque fazia ondas, daí algumas primas dela que tinham o cabelo liso ficavam com inveja. Quando ela ia pra escola andando, que era uma escola do ladinho da casa dela. Os vizinhos que eram crianças ficavam implicando porque não era liso, porque ela era japonesa, porque ela era diferente daquilo, porque não sei o que e era fácil pegar no pé dela, porque ela era pequenininha.

Chegou um dia que a minha mãe cortou o cabelo, ela cortou curtinho. Eu acho um pouco mais difícil imaginar uma menina escolher cortar o cabelo curtinho, nessa idade. Mas ela escolheu cortar curtinho para quando ela andasse na rua, pensassem que ela era um menino para não pegarem no pé dela. Eu acho isso esquisito. Pegavam no pé porque o cabelo não era liso, porque era menina. E ela gostava do cabelo, e ela cortou e aí ela começou a usar a roupa dos irmãos para se disfarçar para chegar na escola. Não sei o quanto isso afetou ela até hoje. Mas ela me conta como se fosse uma historinha engraçadinha. Mas ela ficou feliz que viemos conversar. Ficou sem entender no começo.

acervo iconográfico

[Fig. 1] https://wikitravel.org/wiki/fr/index.php?title=Fichier:Map_of_Asia.svg&printable=yes

[Fig. 2] Le Petit Journal Numéro 374 (16.1.1898). Disponível em: <https://mindthegaps.hypotheses.org/1261>

[Fig. 3] <https://outracoluna.wordpress.com/2017/03/26/a-origem-do-perigo-amarelo-orientalismo-colonialismo-e-a-hegemonia-euro-americana/>

[Fig. 4] Dr Fu Manchu, I. W. Publishing, 1958, arte de Carl Burgos. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a1/Dr_Fu_Manchu_I_W_Publishing.jpg

[Fig. 5] Dorothea Lange/National Archives/The LIFE Picture Collection/Getty Images. Disponível em: <https://www.history.com/news/japanese-internment-camp-wwii-photos>

[Fig. 6] Library of Congress / Corbis / VCG / Getty Images. Disponível em: <https://www.history.com/news/japanese-internment-camp-wwii-photos>

[Fig. 7] <https://www.wnyc.org/story/hates-crimes-hard-prosecute-anti-asian-violence/>

[Fig. 8] <https://pacificasiamuseum.usc.edu/exhibitions/online-exhibitions/debunking-the-model-minority-myth/>

[Fig. 9] Aventuras na História. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/cartaz.jpeg>

[Fig. 10] Aventuras na História. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/imigracao-japonesa-no-brasil-111-anos.phtml>

[Fig. 11] <https://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/fotos/>

[Fig. 12] Aventuras na História. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/imigracao-japonesa-no-brasil-111-anos.phtml>

[Fig. 13] <https://www.todamateria.com.br/imigracao-japonesa/amp/>

[Fig. 14] IBGE Resistência & Integração.

[Fig. 15] <https://esportes.r7.com/futebol/lavezzi-pede-desculpas-apos-ofender-chineses-com-foto-puxando-os-olhos-06072022>

[Fig. 16] <https://www.hypeness.com.br/2017/07/precisa-que-desenhe-para-entender-que-chamar-asiaticos-de-japa-e-dizer-que-sao-todos-iguais-e-preconceito-pois-um-estudante-desenhou/>

[Fig. 17] <https://segredosdomundo.r7.com/5-cirurgias-plasticas-bizarrras-que-estao-na-moda/>

[Fig. 18] <https://www.amazon.co.uk/Whitening-Lightening-Moisturizers-Moisturizing-Anti-Aging/dp/Bo81CN2QTC>

[Fig. 19] Jornal da USP. <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>

[Fig. 20] <https://imgur.com/gallery/ddIsboC/comment/630487300>

[Fig. 21] <https://entretetizei.com.br/tbt-10-coisas-que-tornaram-o-disney-channel-inesquecivel/>

[Fig. 22 a 28] <https://www.hypeness.com.br/2017/07/precisa-que-desenhe-para-entender-que-chamar-asiaticos-de-japa-e-dizer-que-sao-todos-iguais-e-preconceito-pois-um-estudante-desenhou/>

